

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

BÁRBARA MARIA CORREIA SOARES

**A ABORDAGEM DA ÉTICA  
NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM  
ADMINISTRAÇÃO DE SALVADOR**

Salvador  
2005

BÁRBARA MARIA CORREIA SOARES

A ABORDAGEM DA ÉTICA NOS CURSOS DE  
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE SALVADOR

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. José Célio Silveira Andrade

Salvador  
2005

BÁRBARA MARIA CORREIA SOARES

A ABORDAGEM DA ÉTICA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM  
ADMINISTRAÇÃO DE SALVADOR

Dissertação de Mestrado Profissional apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Aprovada em 08 de julho de 2005.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Célio Silveira Andrade  
Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Profa. Dra. Tânia Maria Diederich Fischer  
Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Prof. Dr. Carlos Roberto Sanchez Milani  
Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Profa. Nadja Maria Valverde Viana  
Faculdade de Tecnologia Empresarial – FTE

Dedico este trabalho a minha Mãe, Jesuína Correia, exemplo de integridade, generosidade, força e coragem.

# AGRADECIMENTOS

Ao meu pai e à minha mãe pelo amor infinito.

Aos queridos irmãos Osvaldo Soares Filho e José Correa, pelo amor e apoio de uma vida inteira.

Ao meu Luiz Augusto pelo amor, sempre tão presente.

A José Célio Silveira Andrade, orientador dedicado e atencioso.

Aos Diretores e Coordenadores das IES pesquisadas pela generosidade.

A todos os Docentes e Discentes que entrevistei pela doação dos seus preciosos momentos.

À FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia pelo apoio ao trabalho de campo.



Nenhuma ética no mundo pode nos dizer (...) em que momento e em que medida um fim moralmente bom justifica os meios e as conseqüências moralmente perigosas.

Max Weber

## RESUMO

Ao abordar uma temática com a extensão e complexidade que a ética envolve, procurou-se demarcar o seu foco de estudo no tratamento do tema nos cursos de graduação em Administração, reconhecidos pelo Ministério da Educação, das Instituições de Ensino Superior de Salvador (IES) e no exame da literatura existente. O estudo percorre a evolução do pensamento da ética até os dias de hoje. A origem da ética nos negócios e a discussão do conceito de Responsabilidade Social demonstram a importância da inclusão do estudo do tema pelos cursos de Administração. A partir de pesquisa realizada em 10 Instituições de Ensino Superior de Salvador-Bahia, investigou-se de que modo o assunto é tratado nos cursos de Administração. Para isso, esta pesquisa foi realizada junto a oito diretores de IES, 13 coordenadores de cursos, 112 docentes, 524 estudantes e analisados 462 planos de ensino. Os sujeitos da pesquisa foram submetidos a questionários semi-estruturados e as respostas tratadas estatisticamente. Os resultados apontam para o despreparo dos docentes para tratar do tema ética e revelam a baixa frequência do assunto nos planos de ensino investigados. Este estudo apresenta sugestões para o preenchimento de uma lacuna no campo de conhecimento da ética no ambiente acadêmico de formação do Administrador.

Palavras-chave: Ensino de ética; Ética filosófica; Ética Empresarial; Formação do Administrador; Instituições de Ensino Superior – Salvador – Bahia.

## RESUMÉ

Quand à l'approche d'un thème avec l'extension et complexité que l'éthique implique, il a essayé de délimiter son centre de l'étude dans le traitement du thème dans le degré court dans Administration, reconnue par Ministère d'Éducation, des Institutions d'études supérieures de Salvador (IES) et dans l'examen de la littérature existante. L'étude voyage l'évolution de la pensée des éthique aux jours aujourd'hui. L'origine des éthique dans les firmes et la discussion du concept de Responsabilité Sociale démontre l'importance de l'inclusion de l'étude du thème pour les cours d'Administration. Commencer de recherche a accompli dans 10 Institutions d'études supérieures de Salvador-Bahia, il a été enquêté sur que chemin que le sujet est traité dans les cours d'Administration. Pour cela, cette recherche a été accomplie huit directeurs d'IES près de, 13 coordinateurs de cours, 112 professeurs, 524 étudiants pédagogiques et a analysé 462 plans de l'enseignement. Le sujet de la recherche a été soumis à questionnaires structurés semi et les réponses a traité estatisticamente. Les résultats paraissent pour le manque de préparation des professeurs pour traiter des éthique du thème et ils révèlent la fréquence basse du sujet dans les plans de l'enseignement enquêtés sur. Cette étude présente des suggestions pour l'achèvement d'un intervalle dans le champ de connaissance des éthique dans l'atmosphère académique de formation de l'Administrateur.

Parole Chef: Enseignement de l'éthique; Éthique philosophiques; Éthique de l'affaire; Formation de l'Administrateur; Institutions d'études supérieures - Salvador - Bahia.

# LISTAS

## LISTA DE QUADROS

	pág.
1 Teorias da Ética Empresarial.....	74
2 Cronologia da Abordagem Ética em Negócios.....	79
3 Normas e Certificados.....	83
4 Tendências Históricas da Ética e Responsabilidade Social Corporativa.....	85
5 Características da Gestão de um Modelo Alternativo ao Tradicional.....	88
6 Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior (IES) Brasil 1980-2003..	95
7 Índices de Acesso ao Ensino Superior de Jovens entre 18 e 24 anos.....	96
8 Marco Histórico da Estratégia nas Empresas.....	108
9 IES consideradas na Pesquisa.....	135
10 Instituições de Ensino Superior de Salvador, Cursos e Habilitações.....	136
11 Currículo Mínimo do Curso de Graduação em Administração.....	138
12 Assertivas da Ética da Integridade.....	140
13 Assertivas da Ética do Oportunismo.....	140
14 Universo de Discentes da Pesquisa.....	141
15 Dimensões e Indicadores da Abordagem da Ética nas IES.....	143
16 Demonstrativo Geral dos Dados Coletados.....	148
17 Distribuição de Coordenadores por IES.....	152
18 Frequência de Disciplinas do Currículo Mínimo do Curso de Graduação em Administração.....	156
19 Comparativo entre o que Afirma o Docente e o que Afirma o respectivo Plano de Ensino.....	160
20 Disciplinas cujos Planos de Ensino possuem Conteúdo de Ética.....	161
21 As Dissonâncias da Voz do Docente.....	167
22 Depoimentos de Docentes acerca de Situações Vivenciadas em Sala de Aula.....	168
23 Frequência de Autores Considerados Humanistas.....	174
24 Predomínio de Autores Considerados Gerencialistas.....	174

## LISTA DE GRÁFICOS

	pág.
1 Evolução da Quantidade de Bacharéis em Administração no Período de 1963 a 1971 e entre os anos de 2000 a 2004.....	93
2 A posição de 40 Países sobre a Escala da Distância Hierárquica e do Controle de Incerteza.....	130
3 A posição de 40 Países sobre a Escala da Masculinidade e do Controle de Incerteza.....	131
4 Cobertura de Docentes das Disciplinas do Currículo Mínimo do MEC.....	147
5 Assuntos Tratados em Eventos das IES.....	153
6 Qualificação do Corpo Docente.....	157
7 O Tipo de Abordagem da Ética como tema de aula.....	158
8 Declaração Afirmativa do Docente quanto à Existência do Tema Ética em seu Plano de Ensino.....	159
9 Presença Efetiva da Ética no Plano de Ensino da Disciplina.....	159
10 Atividades do Corpo Docente.....	162
11 Perfil do Discente.....	169
12 Freqüência de Habilitações em Administração.....	169
13 Turno Frequentado pelos Alunos Formandos.....	170
14 Tipo Moral Predominante para as IES.....	171
15 Freqüência da Moral da Integridade por IES Pesquisadas.....	172
16 Freqüência da Moral do Oportunismo por IES Pesquisada.....	172

## LISTA DE TABELAS

1 Importância da Ética na Opinião do Diretor.....	149
2 Papel da Empresa Júnior na Opinião do Diretor.....	149
3 Disciplinas Específicas de Ética nas IES.....	154
4 Resumo da Formação Acadêmica dos Docentes das IES.....	156
5 Classificação da Ética Trabalhada pelo Docente em Sala de Aula.....	163
6 A Opinião do Docente acerca do Motivo para Discussão do Tema Ética.....	164
7 Grau de Interesse dos Alunos pelo Tema Ética.....	167
8 Moral da Integridade.....	170
9 Moral do Oportunismo.....	171

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CES – Câmara de Educação Superior
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CENE – Centro de Estudos de Ética nas Organizações
- CRA – Conselho Regional de Administração
- DASP – Departamento de Administração do Setor Público
- DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
- EAESP-FGV – Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação  
Getúlio Vargas
- FABAC – Faculdade Bahiana de Ciências Contábeis
- FIB – Centro Universitário da Bahia
- FIDES – Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social
- FTE – Faculdade de Tecnologia Empresarial
- IES – Instituição(ões) de Ensino Superior
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- MBA – *Master Business Administration*
- MEC – Ministério da Educação
- OLGA METTING – Faculdades Integradas Olga Mettig
- RUY BARBOSA – Faculdade Ruy Barbosa
- SÃO CAMILO – Faculdade São Camilo- Bahia
- UCSAL – Universidade Católica do Salvador
- UFBA – Universidade Federal da Bahia
- UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UNIFACS – Universidade Salvador
- UNYAHNA – Instituto de Educação Superior Unyahna de Salvador - IESUS

# SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	
	1.1 Problema, Objetivos e Relevância do Tema .....	pág. 14
	1.2 Limitações do Estudo.....	16
	1.3 Questões Orientadoras.....	18
	1.4 Estrutura do Trabalho.....	19
2.	A ÉTICA E A MORAL	
	2.1 Conceitos de Ética e Moral.....	20
	2.2 O Campo da Ética e seu Objeto de Estudo.....	21
	2.3 Ética Grega.....	24
	2.3.1 Sócrates .....	24
	2.3.2 Platão.....	25
	2.3.3 Aristóteles.....	28
	2.3.4 Os Sofistas.....	31
	2.3.5 Estóicos e Epicuristas.....	33
	2.4 Ética Cristã e Medieval.....	34
	2.5 Ética Moderna	
	2.5.1 A Ética de Descartes.....	37
	2.5.2 A Ética de Spinoza .....	41
	2.5.3 A Ética de Hobbes.....	42
	2.5.4 A Ética de Kant .....	46
	2.6 Ética Contemporânea.....	49
	2.6.1 Pragmatismo .....	50
	2.6.2 Marxismo.....	51
	2.6.3 Existencialismo.....	54
	2.6.4 O Pensamento Nietzscheano.....	55
	2.6.5 Empirismo.....	57
	2.6.6 Utilitarismo.....	59
	2.6.7 Positivismo.....	60
	2.6.8 Historicismo.....	62
	2.6.9 A Escola de Frankfurt.....	64
3.	A ÉTICA EMPRESARIAL	
	3.1 Modelos de Ética Empresarial.....	69
	3.2 A Natureza da Ética Empresarial.....	71
	3.3 A Natureza da Ética Empresarial no Brasil.....	73
	3.4 Teoria Deontológica.....	74
	3.5 Teoria Teleológica.....	75
	3.6 Outros Modelos (Convencionada, Relativismo, Virtudes, Justiça).....	76
	3.7 A Evolução de Conceitos de Ética nos Negócios e nas Empresas.....	78
	3.8 Responsabilidade Social.....	80

4.	O ENSINO DA ÉTICA NAS ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO	
4.1	O Ensino da Administração – O Surgimento das Escolas de Administração.....	87
4.2	O Ensino Superior no Brasil e na Bahia na atualidade.....	94
4.3	Surgimento do Ensino da Ética em Escolas de Administração .....	98
4.4	Surgimento do Ensino da Ética nas Escolas de Administração no Brasil.....	101
4.5	A Orientação Gerencialista X A Orientação Humanista: os olhares de Porter e Aktouf.....	102
5.	METODOLOGIA.....	135
5.1	Pesquisa no Corpo Docente.....	137
5.2	Pesquisa no Corpo Gerencial.....	139
5.3	Pesquisa no Corpo Discente.....	139
5.4	Pesquisa Documental.....	142
5.5	Dimensões e Indicadores Utilizados na Pesquisa.....	143
6.	RESULTADOS DA PESQUISA	
6.1	IES Pesquisadas.....	146
6.2	A Voz do Diretor.....	148
6.3	A Voz do Coordenador.....	151
6.4	A Voz do Corpo Docente.....	155
6.5	A Voz e o Perfil do Corpo Discente.....	169
6.6	Perfil e Bibliografia do Curso.....	174
7.	CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS.....	176
	REFERÊNCIAS.....	180
	APÊNDICES.....	191
	ANEXOS.....	204

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 Problema, Objetivos e Relevância do Tema

Esta pesquisa tem o propósito de investigar como se dá o tratamento da questão da ética nos cursos de Administração reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) até o mês de janeiro<sup>1</sup> do ano de 2004 nas Instituições de Ensino Superior (IES) de Salvador.

Esse assunto assume importância, sobretudo, para as IES responsáveis pela formação profissional de estudantes que num breve espaço de tempo irão desempenhar o papel de agentes ativos de mudanças sociais.

O presente estudo assume como objetivos específicos verificar a abordagem da ética na estrutura curricular dos cursos presenciais de graduação em Administração das IES de Salvador e identificar o tipo de enfoque para o ensino da ética em Administração: a orientação humanista ou a orientação gerencial.

A orientação humanista tende a ser mais rigorosa no que diz respeito a teorias e fundamentos lógicos envolvendo abordagem epistemológica, filosófica e metafísica. Passa a ser entendida aqui em seu sentido mais amplo, designando o conjunto de doutrinas e mesmo de atitudes que tendem a considerar o homem como fim e valor superiores.

Por outro lado, a filosofia gerencial passa a ser entendida aqui como aquela que tem foco voltado para as decisões centradas no mercado e na maximização dos resultados organizacionais. A eficácia, o planejamento e a produtividade tornaram-se as palavras de ordem do enfoque gerencialista.

A idéia desse trabalho surgiu no início do ano de 2003, produzida durante aulas da disciplina Recursos Humanos, primeira experiência em docência da autora deste estudo, ministrada para o terceiro semestre do curso de Administração de uma IES da rede privada de Salvador.

Em uma das aulas, a temática abordada era o processo de transformação organizacional e a capacidade requerida aos seus administradores para o

gerenciamento de organizações com estruturas mais flexíveis e formas compartilhadas de gerir e decidir de modo a criar condições para gerar e disseminar conhecimentos e competências. Um dos objetivos da abordagem era também fazer com que os alunos refletissem sobre o papel de agente de mudanças do administrador. As suas características mais especificamente humanas, como o saber, a intuição, a criatividade e a conduta moral, vêm sendo mais valorizadas e a tendência é de que se caminhe para uma transição na qual a empresa finalmente reconheça que se relaciona com pessoas, e não com recursos.

De forma acalorada, a maioria da turma se manifestou contrária às idéias que ali estavam sendo discutidas. O posicionamento de 30 dos 42 alunos presentes foi de que a abordagem em questão pertencia a um “mundo cor-de-rosa” que só cabia no “mundo da professora” e no “mundo acadêmico”. Para os alunos, no “mundo real”, o das empresas (que para eles era o que realmente importava), as demandas eram outras.

Assim, a autora, instigada pelo desafio de despertar, na medida do possível, o espírito crítico dos jovens, incrédulos e amargurados, solicitou que cada um deles expusesse e justificasse então a leitura que realizavam acerca do “mundo real”. Um dos estudantes explicou que era o responsável pelo processo de licitação de uma organização de grande porte localizada na região metropolitana de Salvador e que, num desses processos, um empresário participante de uma concorrência descobriu os dados da sua conta corrente e depositou determinada quantia em seu favor. Feito isso, o referido empresário lhe transmitiu um comprovante de depósito e, em seguida, lhe telefonou pedindo para saber “apenas” o menor valor das propostas apresentadas.

O referido aluno concluiu afirmando que atendeu ao pedido do empresário e que “não matou nem roubou ninguém” e que, de qualquer modo tudo correu “direitinho” e sem nenhum prejuízo para a empresa na qual trabalhava. Ao ouvir tal depoimento, o grupo de alunos reafirmou de modo inequívoco que todas as pessoas têm um preço.

---

<sup>1</sup> Havia 11 IES reconhecidas até janeiro de 2004, no entanto, uma delas foi excluída da pesquisa por estar com o seu curso de Administração em processo de extinção, segundo o INEP, constatado durante a fase de coleta de dados de campo.

Neste veio argumentativo, o conflito entre professor e alunos se estabeleceu de modo que originou um aprofundamento do tema ética em sala de aula. Verificou-se que aqueles jovens não apresentavam capacidade de análise crítica no que se referia aos aspectos de ordem ética e moral no “mundo dos negócios” como também não percebiam a importância da adoção de condutas éticas na construção de um novo modelo de gestão.

Assim, a constatação da passividade dos jovens, futuros administradores, em relação aos procedimentos relacionados à conduta ética e moral no “mundo dos negócios” sugeriu a necessidade de uma investigação acerca de como as IES com cursos de graduação em Administração, reconhecidos pelo MEC até o mês de janeiro de 2004, tratam a questão da ética. Procurou-se estudar a estrutura curricular dos cursos, as atividades acadêmicas desenvolvidas e as orientações dirigidas ao corpo docente e discente, considerando as Diretrizes Curriculares do MEC e a importância do tema ética para a formação do aluno.

Adicione-se a isto a necessidade de preencher lacunas no campo do conhecimento que envolve a questão da ética no ambiente acadêmico, haja vista que é nas IES que o futuro Administrador aprende as técnicas e desenvolve as habilidades para orquestrar suas atividades pessoais e profissionais.

## 1.2 Limitações do Estudo

Diante da complexidade que um tema tão amplo como a ética envolve, procurou-se delimitar o foco de estudo na abordagem da temática nos cursos presenciais de graduação em Administração reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) até o mês de janeiro de 2004, das IES de Salvador.

Segundo dados acessados no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), existem três tipos de modalidades de ensino: presencial, semipresencial e a distância. A modalidade presencial exige a presença do aluno em, pelo menos, 75% das aulas e em todas as avaliações. O ensino semipresencial combina ensino presencial com parte de ensino e de outras atividades que podem ser realizadas a distância. A modalidade ensino a distância é do tipo em que a relação professor-aluno não é presencial, e o processo de ensino ocorre utilizando os vários meios de comunicação: material impresso, televisão e internet (INEP, 2005).

No processo de exploração das referências bibliográficas foi observada uma diversidade de conceitos e abordagens que, mesmo sendo importantes, não foram considerados por fugirem do escopo do presente estudo.

Alguns dos assuntos identificados, mas que não foram aprofundados foram os seguintes: Códigos de Ética; Indicadores de Balanço Social; as novas conformações do capital e do trabalho na nova ordem mundial; o poder, a sociedade e os indivíduos; movimentos sociais; organizações do terceiro setor; movimentos alternativos em administração; gestão ambiental; governança corporativa, entre outros.

Outro ponto que deve ser aqui registrado refere-se ao universo da pesquisa. Inicialmente, foi planejada uma pesquisa sobre a abordagem da ética nos 11 cursos de graduação em Administração de Salvador reconhecidos pelo MEC até o mês de janeiro de 2004.

Do universo considerado, apenas uma das IES não retornou às diversas solicitações de autorização para a realização do presente estudo. Durante a fase de coleta de dados, constatou-se que a referida IES encontrava-se com o curso de Administração em processo de extinção conforme dados acessados no INEP (2005).

Para discutir a abordagem da ética nos cursos de graduação em Administração reconhecidos pelo MEC nas IES de Salvador, verificou-se a impossibilidade de um aprofundamento sobre a prática acadêmica de cada IES, uma vez que o Projeto Pedagógico das mesmas não foi objeto deste estudo. Aspectos como: a seqüência das disciplinas com definição dos pré-requisitos; a orientação e a prática do Estágio Supervisionado; as disciplinas Eletivas e Complementares não foram investigados. Reconhece-se aqui que seria necessário a realização de um estudo de caso em cada uma das IES selecionadas

O estudo do perfil do corpo discente ateuve-se aos alunos concluintes do oitavo semestre ou quarto ano, segundo o regime de cada IES, não investigando, portanto, a totalidade do corpo discente.

Desse modo, resolveu-se examinar a estrutura curricular dos cursos, os planos de ensino de todas as disciplinas, a bibliografia indicada e a visão do corpo gerencial, docente e discente das instituições selecionadas.

### 1.3 Questões Orientadoras

A introdução do tema ética nos cursos de Administração está sendo determinada pelas sérias falhas éticas que vem ocorrendo nos diversos setores relacionados ao campo da gestão. A necessidade de compatibilizar uma extensão de valores importantes e conflitantes, como os valores pessoais e as preocupações gerenciais, requer um novo olhar acerca das questões éticas pelas IES que oferecem os cursos de graduação em Administração.

Nas palavras de Nash (2001, p.5): “Nenhum Administrador pode se dar ao luxo do ponto de vista econômico ou moral, de manter suas noções morais em um compartimento fechado, reservado para os casos mais estreitos e óbvios”.

Para esta investigação, a pergunta de partida procurou saber: De que forma a ética vem sendo abordada nos cursos de graduação em Administração, reconhecidos pelo MEC, nas IES de Salvador?

No desenvolvimento desta investigação pretende-se responder as seguintes questões orientadoras:

1. Como a questão da ética está inserida na estrutura curricular do curso de Administração das IES pesquisadas?
2. Que abordagem teórica em administração orienta a estrutura curricular das IES pesquisadas?
3. Qual a titulação do corpo docente responsável pelas disciplinas que compõem o núcleo básico/instrumental e profissional do curso?
4. A abordagem do tema ética está presente nos planos de ensino de quais disciplinas?
5. Qual o perfil da postura moral do aluno “formando” dos cursos de Administração reconhecidos pelo MEC até o mês de janeiro de 2004, das IES de Salvador?

Para responder a estas questões, a pesquisa recorreu à investigação em campo com levantamento documental e entrevistas realizadas junto ao corpo gerencial, docente e discente das IES consideradas na pesquisa.

## 1.4 Estrutura do Trabalho

O segundo capítulo deste trabalho é dedicado à conceituação da ética, à sua delimitação, à definição do seu campo de estudo, à sua fundamentação teórica, e ao seu embasamento filosófico, apresentando-se, assim, uma análise histórica da evolução do tema.

No terceiro capítulo são discutidos os modelos de ética empresarial e suas vertentes, a teoria deontológica e teleológica, outros modelos de ética e a Responsabilidade Social.

No capítulo quatro é abordado o ensino da ética nas escolas de Administração, a evolução do ensino superior no Brasil e na Bahia, o surgimento das escolas de Administração e as características da escola gerencialista e da escola humanista. Neste capítulo, elegeu-se os estudos realizados por Fischer e Bertero para articular a influência dos padrões americanos nas estruturas curriculares dos cursos de graduação em Administração no Brasil e na Bahia e os estudos de Arruda para explicar como se deu o ensino da ética em Administração.

Para orientar as diversas articulações deste capítulo, optou-se pelas lentes do pensamento estratégico representado por Porter e da teoria crítica orquestrada aqui, principalmente, por Aktouf. Em outras palavras, decidiu-se pela articulação de olhares antagônicos acerca do campo da Administração. Definiu-se neste estudo configurar a primeira lente como orientação gerencialista e a segunda como orientação humanista.

No capítulo cinco encontram-se os aspectos metodológicos desta pesquisa, o modelo de análise e suas dimensões e os indicadores do estudo.

No capítulo seis são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa realizada junto às IES, ao corpo gerencial, docente e discente bem como o perfil e a bibliografia do curso.

No capítulo sete são feitas as considerações e recomendações finais do presente estudo.

## 2. A ÉTICA E A MORAL

### 2.1 Conceitos de Ética e Moral

O estudo da ética envolve o ser humano, o lócus em que ele exerce suas atividades e as suas formas de interação social (SROUR, 2000, p.18-19).

Neste sentido, Freire (1999) expressa sua concepção acerca da inserção do homem e sua relação com o mundo.

O ser humano está no mundo e com o mundo. Se apenas estivesse no mundo não haveria transcendência nem se objetivaria a si mesmo. Mas como pode objetivar-se, pode também distinguir entre um eu e um não-eu. Isto o torna um ser capaz de relacionar-se; de sair de si; de projetar-se nos outros, de transcender. Pode distinguir órbitas existenciais distintas de si mesmo. Estas relações não se dão apenas com os outros, mas se dão no mundo, com o mundo e pelo mundo (nisso se apoiaria o problema da religião). O animal não é um ser de relações, mas de contatos. Está no mundo e não com o mundo (FREIRE, 1999, p.30).

O lócus da ética pode ser compreendido como o espaço de convívio do ser humano, ou seja, nos espaços em que ocorrem as relações de trabalho, nos atos institucionais, nos grupos sociais, entre outros. Nesse sentido, Sá (1998, p. 157) expressa que a diversidade de ambiências exige capacidades especiais de convivência que resulta na construção de uma “consciência ética genérica”, sem, no entanto, negar a existência de “conveniências isoladas de grupos”.

Assim, a vida em sociedade exige de cada indivíduo uma série de condutas permeadas pela ética. Os indivíduos têm responsabilidades sociais, à medida que o seu comportamento afeta outros indivíduos, que, por sua vez, estão dispostos a cobrar tais responsabilidades.

Para Vásquez (2003, p.23-24), a ética é a teoria do comportamento moral das pessoas em sociedade. Para o autor, existe uma relação entre ética e moral, sendo a palavra ética deriva da grega *ethos* que pode ser entendida como “modo de ser” ou caráter e moral deriva do latim *mos* ou *mores*. Essa expressão pode ser traduzida por “costume” ou “costumes”, significando um conjunto de padrões que são adquiridos pelos seres humanos por meio dos seus hábitos.

Para Srouf (2000, p.29-30), ética diz respeito à disciplina teórica, ao estudo sistemático, operando no campo da reflexão ou dos questionamentos, estudando os costumes da sociedade. Neste sentido, o autor entende por moral um

conjunto de valores e de regras de comportamento, um código de conduta adotado por coletividades, quer sejam uma nação, uma categoria social, uma comunidade religiosa ou uma organização. Por outro lado, a ética diz respeito à disciplina teórica, ao estudo sistemático, a moral corresponde às representações imaginárias que dizem aos agentes sociais o que se espera deles, quais comportamentos são bem-vindos e quais não.

A ética opera no plano da reflexão ou das indagações, estuda os costumes das coletividades e as morais que podem conferir-lhes consistência com o objetivo de libertar os agentes sociais da prisão do egoísmo que não se importa com os efeitos produzidos sobre os outros. A ética visa à sabedoria ou ao conhecimento temperado pelo juízo. A moral, por outro lado, corresponde a um feixe de normas que as práticas cotidianas deveriam observar e que ilumina o entendimento dos usos e dos costumes (SROUR, 2000, p.18-19).

Na mesma direção, Morin (2005, p. 195) destaca a complexidade e a natureza dialógica da ética:

A ética é complexa por ser de natureza dialógica e ter sempre de enfrentar a ambigüidade e a contradição. É complexa por estar exposta à incerteza do resultado e comportar aposta e estratégia. É complexa por não impor uma visão maniqueísta do mundo e renunciar à vingança punitiva.

Srouer (2000, p.30) ainda explica que não há vantagem em confundir ética com moral, como induzem expressões consagradas como “ética protestante”, “ética católica”, “ética liberal”, “ética socialista” ou “ética nazista”. Para o autor, seria mais válido falar de moral protestante, moral católica, moral liberal, moral socialista ou moral nazista porque a ética, como teoria, estuda as morais na plenitude de sua natureza histórica. Para o autor, apenas quando estudiosos pesquisam sobre as morais e produzem um estudo sobre elas, pode-se falar de ética do protestantismo ou de ética do socialismo.

## 2.2 O Campo da Ética e seu Objeto de Estudo

Conforme Vásquez (2003, p.20-21), a função fundamental da ética é semelhante à de toda teoria que é o de esclarecer ou investigar uma dada realidade, elaborando os conceitos adequados. Nesse sentido, o campo da ética não está no âmbito da moral efetiva e também não se limita a um determinado aspecto temporal e relativo da mesma. A ética é teoria, investigação ou explicação de um modelo de

comportamento humano, o da moral, contemplado na sua totalidade, diversidade e variedade.

Assim, o valor dessa teoria está em explicar e não em prescrever ou recomendar uma ação em circunstâncias concretas. A ética é explicação daquilo que foi ou é e não uma mera narração, não lhe cabendo juízo de valor sobre a prática moral de outras sociedades ou de outras épocas em nome de uma moral absoluta e universal, devendo sim, explicar o fato de os seres humanos terem lançado mão de práticas morais divergentes ou contrárias.

O ponto de partida da ética é a multiplicidade de diferenças de morais em épocas diferentes com seus valores, princípios e normas equivalentes. A ética, como as demais ciências, confronta-se com acontecimentos praticados pelo homem (VÁSQUEZ, 2003, p.22).

Srouf (2000, p.35) estabelece dois tipos de ética: a ética filosófica e a ética científica. A ética filosófica, em todo o tempo, buscou estabelecer princípios constantes e universalmente válidos para a boa convivência em sociedade, definindo o bem moral como o modelo perfeito para agir e para ser e buscando a inspiração nas divindades, na natureza ou no pensamento racional. Já a ética científica reconhece o relativismo cultural e o adota como pressuposto, considerando as normas que as coletividades adotam sem, no entanto, julgá-las, investigando e explicando a razão de ser da diversidade e da dinâmica das morais históricas. Em suma, a ética filosófica tende a apresentar um caráter prescritivo enquanto a ética científica tende a ter um caráter explicativo e de análise, enfocando a diversidade de culturas.

O objeto da ética é o ser humano, enquanto ser racional de forma que à medida que se constrói a teoria sobre o homem, simultaneamente se estabelecerá a teoria da ordem política. Segundo Vásquez (2003, p.272), isso pode ser explicado a partir do olhar aristotélico no sentido de que não se pode pensar no homem fora do espaço do político. Para Aristóteles (2002), a política se manifesta como o mundo propriamente humano, onde será possível a compreensão de si mesmo. Oliveira (1995) expressa a dimensão humana em termos do exercício de uma opção de condução de si mesmo, segundo seus ideários de vida:

O político constitui, assim, o espaço no seio do qual o homem pode conquistar-se como homem: nele reside a semente de um desenvolvimento, pois o homem é ser livre e enquanto tal ele não é simplesmente conduzido a um fim através de um fundamento não posto por ele ou diante do qual ele não se decidiu, mas se conduz a si mesmo através de uma decisão a

respeito do fundamento legitimador de sua ação na direção de um fim (OLIVEIRA, 1995, p.30).

Assim, o campo ético é composto por dois extremos que se relacionam internamente que são o sujeito moral e os valores morais ou virtudes éticas. O sujeito moral pode apresentar um caráter de passividade e atividade. Passivo é o indivíduo que se deixa dominar e ser levado por impulsos, ambições e paixões, pelos acontecimentos, pelo acaso, pela opinião de terceiros, pelo medo dos outros, pela vontade de uma outra pessoa, deixando de considerar a sua própria consciência e vontade.

De uma outra forma, ativo é o indivíduo que mantém o controle sobre os seus impulsos, seus desejos e paixões, discutindo consigo próprio e com os outros o sentido dos valores e dos objetivos determinados. Esse indivíduo questiona se devem e como devem ser honrados ou desrespeitados por outros valores e propósito superiores aos existentes, consultando a sua razão e vontade antes de tomar uma atitude. Ativo é aquele que tem consideração pelos outros sem submeter-se ou subordinar-se a eles, responde pelo que faz, julga suas próprias intenções e não admite violência contra si mesmo nem contra terceiros (OLIVEIRA, 1995, p.30-35).

Do ponto de vista dos valores, a ética expressa a forma como a cultura e a sociedade enunciam a si mesmas o que sentenciam ser a violência e o crime, o mal e o vício.

O campo ético é constituído ainda por um outro componente: os meios para que o indivíduo realize os fins. Costuma-se dizer que os fins justificam os meios de forma que para se atingir um objetivo legítimo, todos os meios disponíveis são também legítimos. Contudo, sob o ponto de vista da ética, tal sentença deixa de ser incontestável porque nem todos os meios são justificáveis, mas somente aqueles que estão em conformidade com os fins da própria ação, o que significa dizer que fins éticos exigem meios éticos (CHAUÍ, 2001, p.338).

Para explicar tais considerações, examinaremos a seguir o desenrolar das idéias acerca da ética na Filosofia.

## 2.3 Ética Grega

O presente tópico dedica-se à apresentação e discussão das principais teorias éticas e seus reflexos sobre a prática moral na sociedade contemporânea. Assim, por meio da articulação histórica da evolução da temática da ética se trará os argumentos que fundamentarão a abordagem desta pesquisa.

### 2.3.1 Sócrates

Para Chauí (2001, p. 339), sob o ponto de vista filosófico, o estudo da ética teve início na Grécia a partir de Sócrates que, de acordo com os registros de Aristóteles e Platão, perguntava aos cidadãos atenienses o significado dos valores que eles acreditavam.

Sócrates utilizava um método denominado *maiêutica* que significava a arte de fazer o parto, “uma alusão ao ofício de sua mãe que era parteira”. O filósofo também se considerava como um parteiro, contudo de idéias e assumia como sua missão auxiliar a dar à luz as idéias alheias (SACCOL e MUNCK, 2005, p.4).

Conforme Peçanha (1991) *apud* Saccol e Munck (2005, p.4) o filósofo tinha o objetivo de fazer com que os indivíduos fossem ao encontro de si mesmos, fazendo de si próprios o ponto de partida.

Sócrates ao perguntar sobre temas como amor, justiça e coragem, obtinha como resposta que todos os três temas eram virtudes. Novamente o filósofo questionava: O que é virtude? Os atenienses respondiam que virtude era agir conforme o bem e o mal. Mais uma vez, Sócrates indagava: O que é o Bem? O que é o Mal? Os questionamentos socráticos faziam com que o povo de Atenas refletisse sobre a origem e o significado das virtudes não mais como verdades sagradas e impostas por um ser supremo.

Desse modo, recriminado por desvirtuar a juventude preconizando idéias antagônicas à religião tradicional, Sócrates foi precito à morte tomando cicuta em 399 a.C. (PLATÃO, 2000, p.10).

A ética socrática é racionalista e estabelece a concepção do bem como felicidade da alma, a concepção do bom como o útil para a felicidade, a tese da virtude como conhecimento, e do vício como ignorância no sentido de que quem age mal é porque ignora o bem; por conseqüência, nenhuma pessoa pratica o mal de

forma voluntária e, por último, a tese de que a virtude pode ser transmitida ou ensinada.

Desse modo, para Sócrates, o homem age com retidão quando conhece o bem e sabendo o que é o bem não pode deixar de praticá-lo. Conforme a máxima de Sócrates “conhece-te a ti mesmo”, o saber essencial é o saber sobre o homem que é caracterizado por três elementos: um conhecimento universalmente válido, antes de qualquer coisa, é um conhecimento moral, e, por último, um conhecimento prático (conhecer para agir com retidão). Para o filósofo, o indivíduo, ao invés de questionar o mundo, deveria questionar a si mesmo (VÁSQUEZ, 2003, p. 270).

Para Chauí (2001, p. 341), o surgimento do “sujeito ético moral” que vem a ser o indivíduo que tem a consciência das suas atitudes, delimitando o campo em que as obrigações morais podem ser estabelecidas, conhecendo as causas e os fins de tal ação, surgiu a partir das indagações do filósofo Sócrates. Nesse sentido, Sócrates afirma que apenas o ignorante é corrompido porque aquele que distingue o que é o bem do que é o mal não poderá deixar de tomar atitudes virtuosas.

Por outro lado, para o filósofo grego Aristóteles, a realidade segue leis necessárias e universais, em relação às quais não é cabível decisões ou escolhas, como será visto em 2.3.3.

### 2.3.2 Platão

Platão foi discípulo de Sócrates e também inimigo da democracia ateniense, nasceu em Atenas em 427 e morreu em 347 (a.n.e). A ética de Platão se relaciona estreitamente com a filosofia política. Para ele, como também para Aristóteles, a pólis é o terreno próprio da vida moral. Nesse sentido, o indivíduo sozinho não pode aproximar-se da perfeição, sendo necessário o Estado ou a comunidade política. O homem é bom enquanto bom cidadão. A idéia do homem só se concretiza na comunidade (VÁSQUEZ, 2003, p.270).

Conforme Vaz (1993, p.51), Platão constrói a ciência do *ethos* como ciência da justiça e do bem que resulta numa ciência da ação justa e boa, que é a ação segundo a virtude (*areté*).

Valls (2004, p.28) estabelece que o que mais caracteriza a ética platônica é a concepção do Sumo Bem, da equivalência de contemplação filosófica e virtude, e da virtude como ordem e harmonia do universo. Segundo o autor, Platão

considerava o Sumo Bem como a prática de algo precioso para o homem: a virtude (*areté*).

Segundo Mattar Neto (2004, p.19), Platão, contrário à instabilidade da percepção e do mundo sensível dos sofistas, opõe e particulariza o mundo ideal e inteligível. Châtelet (2000, p.19) reforça o argumento de que Platão não quer saber do utilitarismo, do convencionalismo, do relativismo dos sofistas: “não é o homem em sociedade que o interessa, mas o divino no homem”.

Platão, na obra *A República*, concebe um Estado ideal à semelhança da alma. Existe neste Estado ideal classes importantes que devem ser orientadas pela respectiva virtude como: a classe dos governantes deve ser guiada pela razão; os filósofos devem ser guiados pela prudência; a classe dos guerreiros deve ser guiada pelo ânimo ou vontade; os defensores do Estado devem ser guiados pela fortaleza; os comerciantes e os artesãos devem ser guiados pela temperança (VÁSQUEZ, 2003, p.271).

O desprezo pelo trabalho físico revela-se na ética platônica, por isto, os artesãos fazem parte do nível social inferior e as classes voltadas para as atividades superiores, como contemplação, política e guerra, são exaltadas.

Por outro lado, conforme as idéias que dominavam naquele período, não há espaço algum no estado ideal para os escravos, porque eram desprovidos de virtudes morais e de direitos cívicos. Com tais restrições de classes sociais, a ética de Platão apresenta uma estreita unidade da moral e da política porque, para ele, o homem se forma espiritualmente apenas no Estado e mediante a subordinação do indivíduo à comunidade (VÁSQUEZ, 2003, p.271).

Arruda, Whitaker e Ramos (2003, p.26) resumem o olhar do idealismo platônico sobre a ética e o mundo da seguinte forma:

- a) agir eticamente é buscar atingir o ideal
- b) o bom uso da inteligência conduz ao bem
- c) o mundo sensível é uma cópia do mundo ideal
- d) aquele que é realmente sábio trata de buscar o ideal e corrige quando erra.

Para Platão (2000) a filosofia é essencialmente teoria o que significa dizer que é a capacidade de enxergar, por meio de um processo de abstração e de superação da experiência concreta do indivíduo, a verdadeira natureza das coisas em seu sentido eterno e imutável de conhecer a verdade.

Nesse sentido, o conhecimento teórico é necessário e indispensável para o método de análise, antecedendo-o e tornando-o viável porque é nele que o método se fundamenta. Assim, para Platão, é necessário uma metafísica, entendida como doutrina sobre a natureza última e essencial da realidade, para que seja possível definir o tipo de compreensão e de conhecimento que se possa ter dessa realidade (MARCONDES, 2002, p.57).

Platão mantém a preocupação socrática essencialmente ética e voltada para os valores que guiavam a ação do indivíduo. Para Platão (2000), o interesse prático da filosofia está voltado para a dimensão ética e política da existência humana. Contudo, esse interesse prático só se concretiza por meio da articulação entre teoria e prática.

Platão (2000) estabelece que toda ação humana envolve uma escolha feita pelo indivíduo: aceitar ou declinar convites, cometer ou não um ato, escolher este ou aquele caminho, escolher entre uma profissão e outra de modo que a decisão poderá afetar o projeto de vida do indivíduo de uma forma mais profunda. Para ele, toda escolha contempla alternativas do tipo fazer e não fazer algo, envolvendo um processo de decisão e que é nesse processo que a teoria tem o seu papel porque a tomada de decisão implica critérios segundo os quais será tomada.

Desse modo, os critérios poderão indicar qual a alternativa favorável em termos de praticidade, economia, segurança, rapidez, entre outros, permitindo julgar ou avaliar as alternativas a partir de definições e princípios, de um conhecimento ao qual só é possível chegar pelo raciocínio teórico. As decisões do indivíduo devem ser universais, gerais, com grau de abstração e evitando casuísticas. Além disso, os princípios servem para justificar decisões e atos realizados, sendo este o sentido do racionalismo que Platão é o primeiro a inaugurar.

Assim, uma ação é justificada, legítima quando baseada numa decisão que por sua vez obedeceu a alguns critérios que se fundamentam em princípios gerais, em normas de ação (MARCONDES, 2002, p.58).

É como se Platão dissesse que o indivíduo só pode refletir sobre a sua prática e avaliá-la caso rompa de alguma forma com ela, interrompendo-a, passando para a esfera do pensamento reflexivo e crítico, o que exige um distanciamento da prática.

### 2.3.3 Aristóteles

Na sua obra *Ética a Nicômaco*, Aristóteles (2003, p.50) coloca na sua ética virtudes como moderação, bravura, cautela, generosidade. Na filosofia aristotélica, há duas espécies de virtude, a intelectual e a moral.

A virtude intelectual deve em grande parte, sua geração e crescimento ao ensino, e por isso requer experiência e tempo e a virtude moral é adquirida em resultado do costume, de onde o seu nome se originou, por uma diminuta modificação dessa palavra (do grego *ethos*, e sua derivação *ethiké*).

Para o filósofo Aristóteles, nenhuma das virtudes morais surge no ser humano naturalmente, porque nada que existe por natureza pode ser modificado pelo hábito.

A pedra que por natureza se move para baixo não pode adquirir o hábito de ir para cima mesmo com tentativas de adestrá-la jogando-a mil vezes para cima, muito menos seria possível fazer com que o fogo adquirisse o hábito de mover-se para baixo, nem qualquer coisa que por natureza se comporte de certa maneira pode ser habituada a comportar-se de forma diferente (ARISTÓTELES, 2003, p.40).

Na leitura aristotélica, não é por natureza nem contrariamente à natureza que as virtudes se geram nos indivíduos. A natureza oferece a capacidade de que o ser humano as receba, e tal capacidade se aperfeiçoa com o costume. Toda virtude é gerada e destruída pelas mesmas causas e pelos mesmos meios, do mesmo modo como acontece com toda a arte:

Tocando a lira é que se formam os bons e os maus músicos, ocorrendo o mesmo com os arquitetos e demais profissionais, construindo bem, tornam-se bons arquitetos; construindo mal, tornam-se maus. De todo modo, se assim não fosse não haveria necessidades de mestres, e todos os indivíduos teriam nascidos bons ou maus em suas profissões (ARISTÓTELES, 2003, p.41).

Da mesma forma ocorre com as virtudes: pelos atos que as pessoas praticam nas relações com outras pessoas, tornam-se justos ou injustos; pelo que faz em situações perigosas e pelo hábito de sentir medo ou de sentir confiança, tornam-se corajosos ou covardes.

Ainda de acordo com a filosofia aristotélica, as disposições morais do indivíduo nascem de atividades semelhantes a elas e, por esta razão, torna-se necessário observar a qualidade dos atos que são praticados porque as disposições morais correspondem às diferenças entre as atividades do ser humano. Não será

irrelevante a diferença se, desde tenra idade, os indivíduos se habituarem desta ou daquela maneira.

Conforme Vásquez (2003, p.272), a ética de Aristóteles está diretamente ligada à filosofia política já que a comunidade social e política é o ambiente necessário da moral. Apenas na comunidade o ideal da vida teórica, na qual se baseia a felicidade, pode se realizar. O homem é por natureza um animal político, isto é, social, devendo viver necessariamente em sociedade. Desse modo, não pode levar uma vida moral como indivíduo isolado, mas como pertencente a uma comunidade. A vida moral, por sua vez, não é um fim em si mesmo, mas o requisito para uma vida genuinamente humana: a vida teórica na qual consiste a felicidade.

Nesse sentido, conforme Faria (1994, p.72), Aristóteles considera a ética como um capítulo da política: enquanto a ética diz respeito à realidade individual do homem e como este se conduz em busca da felicidade, a política se preocupa com o homem em sua dimensão social.

Ao contrário de Platão, Aristóteles não buscava apenas o Sumo Bem porque dada a complexidade humana, não basta ao homem somente um único bem, mas uma variedade de bens para que a felicidade (*eudaimonia*, em grego) seja alcançada (ARRUDA, WHITAKER & RAMOS, 2003, p.26).

Para Aristóteles (2003, p.34), os homens não podem ser verdadeiramente felizes na miséria, na exploração, na falta de liberdades políticas nem na discriminação racial. O filósofo, no entanto, pondera que tal reflexão poderia desaguar numa posição simplista caso se pensasse que a criação das condições sociais favoráveis ao desaparecimento dos males que imergem na maior infelicidade tantos seres humanos seria o bastante para prover a todos os indivíduos a sua felicidade pessoal.

Para Aristóteles *apud* Vásquez (2003, p.159), o problema da felicidade não pode ser tratado sem se levar em consideração o seu conteúdo concreto, o que significa dizer o tipo de felicidade que se procura e no qual os homens, a partir de uma determinada situação, vêem a realização de suas mais valiosas aspirações pessoais.

Numa sociedade em que o homem vale pelo que possui e não pelo que é, a felicidade se resume na posse de bens materiais e na aquisição do daquilo que tem o poder de adquirir todos os objetos e de emprestar ao seu possuidor um verdadeiro ser: o dinheiro.

Desse modo, nesse tipo de sociedade, a felicidade é representada pela satisfação do “espírito da posse”, na propriedade do dinheiro, e nela o homem rico, em termos materiais, será feliz de modo que aquele que não tem posses, o pobre, será infeliz.

Assim, o sistema econômico social fornece um conteúdo concreto ao conceito da felicidade; por sua vez, a busca dessa felicidade colabora no fortalecimento do sistema. Percebe-se, então, como uma sociedade forja o seu próprio conceito de felicidade e como tal conceito equivale, por sua vez, às necessidades das forças sociais empenhadas na manutenção da sua estrutura social.

Aristóteles discute a questão da liberdade a partir da relação entre o bem e a felicidade. Do mesmo modo que Platão aponta como ponto essencial para avaliação do grau de liberdade do homem, o conhecimento do Bem e o agir segundo o bem que dele se origina.

Na concepção de Aristóteles (2003, p. 29), o homem feliz vive bem e age bem, visto que define a felicidade como uma espécie de boa vida e boa ação.

Vaz (2000, p.91) preconiza que “a relação ativa da práxis com o bem universal é, individualmente, conhecimento e liberdade. É, por excelência, o agir ético, ou seja, o agir voltado para a *eudaimonia*”.

Assim, o estado de felicidade exige certas condições concretas, determinada pela situação econômica e liberdade pessoal, sem as quais esse estado seria impossível.

Nas palavras de Oliveira (1995, p.79), a “felicidade, enquanto bem supremo, é a situação vital do homem em que ele se possui a si mesmo e a tudo o que é necessário a uma vida autônoma” e assim “o bem supremo do homem é a realização de suas possibilidades”.

Vásquez (2003, p.159) entende que a maneira aristotélica de tratar a questão da felicidade não só não perdeu força nos dias de hoje, mas também se reforçou.

Nessa linha de argumentação, a busca do bem e da felicidade são o cerne da vida ética. Sob o olhar dos antigos filósofos da Grécia e de Roma, a vida ética perpassa por um conflito constante entre as ambições e desejos e a razão.

Nesse sentido, o ser humano é passional e a primeira tarefa da ética é a educação do caráter para que a orientação da razão seja seguida.

O indivíduo passional se deixa levar por todas as coisas que atendam de forma imediata aos seus desejos, transformando-se em escravos deles, ignorando o que é moderação.

Assim, a ética era compreendida como educação do caráter do sujeito moral para prevalecer de forma racional sobre os impulsos e desejos, conduzindo a vontade em direção ao bem e à felicidade como também para educá-lo como pertencente da coletividade sociopolítica. O seu objetivo era a conformidade entre o caráter do sujeito virtuoso e os valores da comunidade, que também deveriam ser virtuosos (CHAUÍ, 2001, p.342).

Como se vê desde a antiguidade a ética permeia a vida em sociedade e seus conceitos vêm atravessando os séculos, constituindo-se uma preocupação da atualidade.

#### 2.3.4 Os Sofistas

A partir dos sofistas, o homem substitui a Natureza como agente principal da reflexão filosófica. Com esse movimento, a crítica social e os debates acerca das interações entre o homem e o estado tornam-se principais, particularmente na democracia ateniense, no século V a.C. A partir de então abordagens como Política, ética e teoria do conhecimento passam a dominar a filosofia em oposição ao espírito investigativo acerca da natureza do período pré-socrático (MATTAR NETO, 2004, p.15).

Como afirma Vásquez (2003, p. 268-269), o período dos sofistas consiste num movimento intelectual na Grécia do século V a.C.. Na sua forma original, a palavra sofista tem o sentido de mestre ou sábio. O sofista reage contra o saber a respeito do mundo porque o percebe como árido e se sente fascinado por um saber acerca do homem no sentido político e jurídico, pretendendo um conhecimento prático que influencie na vida pública. Por isso, os sofistas se transformam em mestres que transmitem a arte de convencer, ou retórica. Neste movimento, destaca-se o relativismo de Protágoras, no sentido de que tudo é relativo ao “homem, medida de todas as coisas”.

Nesse sentido, os sofistas são qualificados como céticos porque não levavam em conta as discussões filosóficas para as quais não poderiam descobrir soluções.

Segundo Mattar Neto (2004, p.15), a interpretação da importância dos sofistas é diversa e o seu papel tem sido relegado a um segundo plano em história da filosofia. Para muitos, os sofistas instituem na filosofia um reino de relativismo filosófico e subjetivismo porque o homem passa a ser a medida de todas as coisas. A partir daí surge então a paradoxal idéia de que com os sofistas surge o verdadeiro humanismo ocidental.

Os sofistas apresentavam-se como mestres de oratória e afirmavam ser possível ensinar aos jovens a arte da retórica para que fossem bons cidadãos (CHAUI, 2001, p.37).

Os sofistas sofreram forte oposição por parte de Sócrates, Platão e Aristóteles em função da influência na forma de preparação do cidadão para a participação na vida política (MARCONDES, 2002, p. 42).

Protágoras, Górgias, Hípias, Pródico, Crítias, Antifonte e Trasímaco foram os sofistas mais conhecidos que viveram no século V a.C. Eles viajavam por toda a Grécia, fazendo conferências e fundando uma forma de ensino itinerante e remunerada. Como afirma Mattar Neto (2004, p. 16), são os primeiros professores de que se tem notícia na história e que prezavam a erudição. A forma de educação proposta pelos sofistas deveria acompanhar o homem desde criança até a idade adulta porque era um método que procurava desenvolver em seus alunos o espírito crítico e a capacidade de expressão.

Segundo Jaeger (1989) *apud* Mattar Neto (2004, p. 16): “É com eles que a *paidéia*, no sentido de uma idéia e de uma teoria consciente da educação, entra no mundo e recebe um fundamento racional”.

Nessa mesma direção Marcondes (2002, p. 43) afirma:

sofistas como Protágoras não eram meros manipuladores da opinião, mestres sem escrúpulos que vendiam suas habilidades retóricas a quem pagasse mais, mas, de forma contrária, acreditavam não haver nenhuma outra instância além da opinião a que se pudesse recorrer para as decisões da vida prática, as quais deveriam ser tomadas com base na persuasão a fim de produzir um consenso em relação às questões políticas.

Chauí (2001, p.40) complementa que a diferença entre os sofistas e Sócrates e Platão está no fato de que os sofistas admitem a validade das opiniões e das percepções sensoriais. Assim, lidam com elas para criar argumentos de persuasão enquanto Sócrates e Platão reputam tais percepções como fonte de erro e falsidade, gerando formas imperfeitas do conhecimento e que nunca atingem a verdade plena da realidade.

### 2.3.5 Estóicos e Epicuristas

O estoicismo e o epicurismo tiveram origem a partir do processo de declínio do mundo antigo grego-romano, período caracterizado pela perda de autonomia dos Estados gregos e pela organização, desenvolvimento e queda dos grandes impérios: num primeiro momento o macedônio e posteriormente o romano (VÁSQUEZ, 2003, p.274).

A característica principal dos movimentos filosóficos que surgiram nesse período era a preocupação com questões éticas com o ser humano enquanto ser individual e não mais político (MATTAR NETO, 2004, p. 28).

A escola estóica surgiu em Atenas em 300 a.C. por Zenão de Cítio, um pensador de origem fenícia que havia se fixado em Atenas. O termo “estoicismo” origina-se da *stoa poikilé*, ou “pórtico pintado”, local em Atenas onde os membros da escola se reuniam.

O estoicismo percebe a filosofia de forma sistemática e composta de três partes essenciais: a física, a lógica e a ética cuja relação é esclarecida por meio da metáfora da árvore. A física corresponderia à raiz, a lógica ao tronco e a ética seria o fruto.

Nesse sentido, a parte mais significativa é a ética porque são os frutos que podemos colher da árvore do saber, porém não se pode obtê-lo sem as raízes e o tronco (MARCONDES, 2002, p.91).

Os estóicos concebem o mundo ou o cosmo como um único grande ser que tem Deus como princípio, alma ou razão. No mundo só acontece o que é da vontade de Deus e tudo será determinado por Ele, não tendo o homem dessa forma o domínio sobre o seu destino. A fatalidade é absoluta e não existe nem liberdade nem acaso (VÁSQUEZ, 2003, p.274).

Nesse sentido, o bem supremo para o homem é viver de acordo com a natureza, ou seja, conforme a razão, com consciência do seu destino e do seu papel no universo, deixando de levar em conta as paixões e as coisas exteriores.

De modo semelhante, Arruda, Whitaker e Ramos (2003, p.30) afirmam: “Para o estóico, a vida feliz é a vida virtuosa, isto é, viver conforme a natureza, que é viver conforme a razão”.

O epicurismo foi fundado em Atenas por Epicuro (341-262 a.C.) em 306 a.C.. Os epicuristas foram os grandes defensores de uma física materialista,

atomista e mobilista. Sua ética encontra-se exposta principalmente em suas Epístolas a seus discípulos (MARCONDES, 2002, p.92).

Para o epicurismo, a serenidade e o prazer, entendido como ausência de perturbação e de dor, seriam as finalidades maiores do ser humano (MATTAR NETO, 2004, p.28).

## 2.4 Ética Cristã e Medieval

Vásquez (2003, p.275) afirma que o cristianismo se ergue sobre as ruínas da sociedade antiga e que, após uma luta duradoura, se estabelece como a religião oficial de Roma no século IV, impondo o seu domínio por dez séculos.

Com o declínio do mundo antigo, a sociedade medieval organiza-se baseada no regime da servidão, caracterizada como um sistema de dependências e de vassalagens, o que lhe outorga um aspecto hierárquico e estratificado. Em tal sociedade, constituída de uma profusão de feudos, a religião estabelece certa unidade social sendo que a política está na dependência dela e a Igreja exerce um poder espiritual e controla a vida intelectual. Nesse período, a ética está impregnada de um conteúdo religioso que pode ser encontrada em todas as manifestações da vida medieval.

Assim, a ética cristã pressupõe um conjunto de verdades reveladas sobre Deus, das relações do homem com Ele e da forma prática de viver que o homem deve adotar para conseguir a salvação no outro mundo. Na religião cristã, o que o homem é e o que deve fazer define-se, antes de qualquer coisa, em relação a Deus e não, como visto na ética aristotélica, em relação a uma comunidade humana como a pólis. O homem origina-se de Deus e a sua moral deve orientar-se para ele como objetivo principal. A essência da felicidade é a contemplação de Deus no sentido de que o amor humano fica subordinado ao divino.

Para a ética cristã, a vida moral atinge a sua realização total apenas quando o homem se eleva a um outro mundo, a uma ordem sobrenatural, colocando o seu fim em Deus.

Ainda de acordo com Vásquez (2003, p. 278), o cristianismo não é uma filosofia, mas antes de tudo, uma fé e um dogma e que, apesar disso, faz-se filosofia na Idade Média para explicar, por meio da razão, o domínio das verdades reveladas ou para contemplar questões que derivam da teologia. Naquele período, a filosofia e

a ética eram vistas como servas da teologia, verificando-se uma ética limitada pelo seu caráter religioso e dogmático, que aproveitava-se a herança da Antigüidade e especialmente de Platão e de Aristóteles, subjugando-os a um processo de Cristianização. Nesse contexto, estão presentes a ética de Santo Agostinho (354-430) e de Santo Tomás de Aquino (1126-1274).

Conforme Marcondes (2002, p.110) Aurélio Agostinho viveu num período conturbado, os últimos anos do Império Romano, que se encontrava em fase de declínio e dissolução.

Para Marcondes (2002, p.109), Santo Agostinho foi o filósofo de maior relevância devido à sua autenticidade e criatividade. Apesar da ligação com os clássicos, o pensamento de Santo Agostinho já refletia uma preocupação com as transformações pelas quais passava aquele período, predizendo o papel do cristianismo na formação da cultura ocidental.

Conforme Rezende (2002, p.90), Santo Agostinho é o pensador que, por meio da sua produção literária, marcou a especulação cristã. Dentre as suas obras destacam-se os Solilóquios, as Confissões e A Cidade de Deus.

Segundo Vásquez (2003, p.278), Santo Agostinho se afasta do pensamento grego antigo ao ressaltar o valor da experiência pessoal, da interioridade, da vontade e do amor, contrapondo-se dessa forma ao racionalismo ético dos gregos. O pensador aderiu ao maniqueísmo, religião de origem persa fundada por Mani no século III como um desdobramento do cristianismo e que apresentava uma perspectiva dualista do mundo eternamente em combate entre dois princípios equivalentes, o Bem e o Mal. Contudo, na obra Confissões VIII, 10, criticou o maniqueísmo e suas interpretações.

Desapareçam, ó meu Deus, da vossa face, como vãos faladores e sedutores do espírito, os que, ao observarem a deliberação das duas vontades, afirmam que temos duas almas de naturezas diferentes: uma boa e outra má. Ora, esses tais são realmente maus, ao seguirem essa má doutrina. Só serão bons quando sentirem a verdade e concordarem com os homens de verdade, para que o vosso apóstolo lhes possa também dizer: "Outrora fostes trevas, mas agora sois luz no Senhor". Porém, enquanto quiserem ser luz em si mesmos e não no senhor, julgando que a natureza da alma é a mesma que a de Deus, vão-se fazendo trevas cada vez mais densas. Com efeito, na sua repugnante arrogância, afastaram-se para mais longe de Vós, verdadeira luz que ilumina todo homem que vem a este mundo. Refleti no que afirmais e corai de vergonha. Aproximai-vos d'Ele para serdes iluminados e os vossos rostos não serão cobertos de confusão (AGOSTINHO, 1973, p.162-163).

Nessa obra, conforme Russel (2002, p.182), Agostinho também apresenta um relato de suas lutas contra o pecado: num dado momento, quando criança, saqueou uma pereira no quintal de um vizinho. A preocupação com o ato ampliou-se e a sua própria maldade infantil tornou-se algo imperdoável.

A obra teológica de Agostinho objetivou contrapor as visões moderadas de Pelágio, monge inglês que possuía um temperamento mais humanista do que a maioria dos sacerdotes da época. Ele contestava a doutrina do pecado original e pregava que o ser humano obteria a salvação caso optasse por uma existência virtuosa. Por outro lado, Agostinho adotou uma postura de oposição e colaborou para que a doutrina pelagiana fosse considerada herética (RUSSEL, 2002, p. 183).

Para Costa (2002, p. 93), um dos temas mais relevantes do pensamento agostiniano está na sua visão sobre a história universal, cujo tema é desenvolvido na obra *A Cidade de Deus*. Agostinho escreveu sobre o desenvolvimento de duas cidades originadas de dois princípios diversos e antagônicos: a cidade terrena, criada pelo egoísmo, e a cidade celeste, criada pelo amor a Deus. Esses dois reinos existem simultaneamente e se unem nas contingências da história do ser humano e incorporam a batalha entre o Bem e o Mal, entre Deus e o Demônio. Tal batalha acabará com o Juízo Final, que efetuará o rompimento dessas duas esferas, determinando a vitória de Deus sobre o Demônio.

Para Rezende (2002, p. 96), o feito de Santo Agostinho ao cristianizar o pensamento de Platão foi realizado de forma semelhante por Santo Tomás em relação à filosofia de Aristóteles.

Tal feito pode ser encontrada na obra *Suma Teológica*, conforme Aquino:

Somos senhores de nossas ações no sentido de que podemos escolher isto ou aquilo. Não há escolha, porém, no que diz respeito ao fim, mas somente sobre “o que se ordena ao fim” (como se diz na *Ética* de Aristóteles). Daí que o querer o último fim não é uma daquelas coisas de que somos senhores.

*Sumus domini nostrorum actuum secundum quod possumus hoc vel illud eligere. Electio autem non est de fine, sed “de his quae sunt ad finem”, ut dicitur in III Ethicorum. Unde appetitus ultimi finis non est de his, quorum domini sumus* (I, 82, 1 ad 3) (AQUINO, 2000, p.144).

De acordo com Cretella Júnior (1989, p. 113), Santo Tomás de Aquino, apresenta uma obra volumosa sendo que a mais relevante é a exposição sistemática de suas conclusões e também de toda a escolástica que se encontra na *Suma Teologica*.

A ética de Santo Tomás de Aquino equipara-se nos seus aspectos gerais com a de Aristóteles, ressaltando-se, contudo, que trata de cristianizar tanto a sua moral como a sua filosofia. Para ele, Deus é o fim supremo e o conhecimento e a contemplação é o meio mais indicado para alcançar o fim último (VÁSQUEZ, 2003, p.279).

Para Marcondes (2002, p.126), o pensamento de Santo Tomás de Aquino exerceu significativa influência na época em que viveu, prolongando-se até o período contemporâneo, tomando Aristóteles como ponto de partida para a construção de seu sistema. Por outro lado, Aquino também desenvolveu o que se pode denominar de teologia dogmática, que trata de questões só compreensíveis por meio da revelação. Lança mão dos primeiros autores cristãos, com destaque para Santo Agostinho, cujas reflexões acerca da graça e da salvação parecem corroborar de forma completa. Nesse sentido, a teologia dogmática diverge do espírito da filosofia antiga, não sendo encontrado nenhum ponto de convergência com a filosofia aristotélica.

Conforme Russel (2002, p.220), o Deus de Aristóteles é percebido como um arquiteto desprovido de interesses e a existência não é vista como alguma coisa que necessite ser verificada ou comparada a coisas particulares. De outra forma, para São Tomás de Aquino, Deus é a fonte de toda a existência.

De acordo com Vásquez (2003, p.279), em relação à doutrina político-social, São Tomás de Aquino atém-se à tese do homem como ser social e político e inclina-se para uma monarquia moderada, mesmo considerando que todo o poder derive de Deus e o poder supremo caiba à Igreja.

## 2.5 Ética Moderna

### 2.5.1 A Ética de Descartes

Para Japiassú (2002, p.101-102), o período denominado Ética Moderna compreende a ética dominante desde o século XVI até o início do século XIX. Esse período apresenta uma série de transformações de ordens econômicas, sociais e políticas na Europa, marcadas pela Renascença, uma época de expressão de novas idéias e de novas concepções humanas.

Nesse momento de mudanças, configura-se uma nova relação entre as forças produtivas com o desenvolvimento das relações capitalistas. Na ordem social, se fortifica uma nova classe social, a burguesia, que tem como preocupação estabelecer o seu poder econômico por meio de diversas revoluções (Holanda, Inglaterra e França). No que se refere ao plano estatal, são criados os grandes Estados modernos, únicos e centralizados, desaparecendo então a fragmentação da sociedade feudal com os seus numerosos pequenos Estados. No campo espiritual, a religião perde a força, deixando de ser a forma dominante de ideologia e a Igreja Católica, a partir da reforma Protestante, perde a sua primazia.

Segundo Japiassú (2002, p.106-108), na nova sociedade que se forma, toma-se consistência um movimento de separação de tudo aquilo que a Idade Média havia promovido a união, assim:

- a) a natureza se separa de Deus
- b) a razão se separa da fé
- c) o homem se separa de Deus
- d) o Estado se separa da Igreja

Desta forma, o homem passa a adquirir um valor pessoal e sua natureza se revela tanto na contemplação quanto na ação, confirmando esse valor no campo da ciência, da arte e da natureza.

Desse modo, o homem surge no centro da ciência, da política, da arte e da moral, havendo uma transferência do centro de Deus para o homem, que se apresentará como o absoluto ou como o criador em diferentes domínios, inclusive o da moral.

As mudanças nas concepções éticas, neste período moderno da história, têm seus principais sinais na obra de Descartes, quando se deixa entrever a tendência a basear a filosofia no homem. Para Descartes, o homem é essencialmente um animal racional. Em seu discurso sobre o método, ele afirma a igualdade de direito, do bom senso ou razão, no sentido de que todas as pessoas possuem a razão, o que significa dizer que possuem a capacidade de discernimento e de julgamento do que é verdade e do que é falso, contudo nem todos os homens usam a razão da forma correta (JAPIASSÚ, 2002, p.104).

Assim, Descartes trata a razão como um bem a todos os homens permitido:

O bom senso é a coisa mais bem dividida do mundo, pois cada qual julga estar tão bem dotado dele que mesmo os mais difíceis de contentar-se em outras coisas não costumam desejá-lo mais do que possuem. E, a esse respeito, não é verossímil que todos se enganem; isso prova, ao contrário, que o poder de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso, isto é, o que se chama o bom senso ou a razão, é naturalmente igual em todos os homens. A diversidade das nossas opiniões não provém do fato de conduzirmos o nosso pensamento por diferentes caminhos e não consideramos as mesmas coisas. Não basta ter a mente sã: o essencial é aplicá-la bem. As maiores almas são capazes dos maiores vícios como das maiores virtudes. Os que marcham muito devagar podem avançar muito mais, se seguirem sempre o caminho direito, do que aqueles que correm e se distanciam desse caminho (DESCARTES, 1996, p.13).

De acordo com Russel (2002, p.278), o método de Descartes é fruto do seu interesse pela matemática enquanto que no campo da geometria ele já havia demonstrado a possibilidade de descrever as propriedades de grupos inteiros de curvas por meio de simples equações. O filósofo acreditava que o método poderia ser estendido a outras áreas de forma que possibilitasse ao pesquisador o mesmo tipo de certeza que conseguia com a matemática. O objetivo do Discurso consiste em demonstrar quais são as regras a serem seguidas a fim de usar favoravelmente o equipamento racional.

Acerca da filosofia, Descartes (s/d) afirma que nenhum modo de pensar é tão absurdo que não tenha sido sustentado por alguém.

Gostaria de explicar, aqui, a ordem que, parece-me, devemos seguir para que nos instruamos. Primeiramente, o homem, que ainda só possui conhecimento vulgar e imperfeito, deve, antes de tudo, encarregar-se de formar uma moral que seja suficiente para ordenar as ações da vida, porque isso deve ser adiado e porque devemos procurar viver bem. Em seguida, também deve estudar lógica, não a da Escola..., mas aquela que ensina a bem conduzir a razão na descoberta das verdades que se ignoram... É bom que ele se exercite, por muito tempo, na prática de regras pertinentes a questões fáceis e simples como as da matemática. Depois, quando já tiver adquirido o hábito de encontrar a verdade nessas questões, deve começar a aplicar-se à verdadeira filosofia, cuja primeira parte é a metafísica, que contém os princípios do conhecimento, entre os quais está a aplicação dos principais atributos de Deus, da imaterialidade de nossas almas e de todas as noções claras e simples que estão em nós. A segunda é a física, na qual, após ter encontrado os verdadeiros princípios das coisas materiais, examinamos em geral como o universo é composto... Desse modo, a filosofia é como uma árvore cujas raízes são a metafísica, o tronco é a física, os ramos que daí saem são todas as outras ciências (DESCARTES (s/d) *apud* JAPIASSÚ, 2002, p.103).

A filosofia de Descartes é essencialmente crítica, relacionando-se ao valor e ao alcance das faculdades de conhecimento do indivíduo. O problema do conhecimento é o primeiro que deve contemplar a filosofia que tem a intenção de conduzir ordenadamente os seus pensamentos e o método que deve ser utilizado

para resolver o problema crítico é a dúvida. É também uma filosofia dualista porque define o corpo e a alma como duas substâncias plenas, heterogêneas e, simultaneamente, contrárias por essência (JAPIASSÚ, 2002, p.112).

Para Descartes, o ser humano possui três tipos de idéias: as formadas pelo homem a partir do mundo exterior; as idéias criadas pela imaginação e as idéias inatas, recebidas de Deus. Tais representações mentais claras e diversas compõem os elementos necessários ao conhecimento das leis naturais e criadas por Deus.

Assim, o idealismo metódico de Descartes é a doutrina racionalista e que se opõe ao empirismo que parte da existência do pensamento a fim de afirmar a existência de qualquer outra realidade e de estabelecer sua garantia pela verdade divina.

Para Japiassú (2002, p.109), a sabedoria além de ser um objetivo da filosofia, é um estado de comportamento no qual a inteligência mostra à vontade o partido que ela deve adotar. Entretanto, o homem concreto não se identifica com a alma, substância pensante revelada pela ação racional também não se identifica com o corpo, conhecido pela física, trata-se de solucionar o conflito entre a premência da ação e as exigências do método.

Nesse sentido, Descartes sugere uma “moral provisória” para solucionar esse conflito, não construindo normas universais de comportamento, haja vista que não tem a intenção de ser um reformador, até por ser conservador, mas por estar mais preocupado com o crescimento do indivíduo de forma que os tornem capazes de uma justa apreciação dos bens. Na hierarquia dos bens, o lugar principal deve ser concedido à liberdade, não ao saber. Segundo Descartes, julgar bem para agir bem não é o suficiente porque a moral não se origina somente do conhecimento.

Dessa forma, Descartes adota um código provisório de conduta que lhe proporcionará as melhores condições de vida. Com efeito, resolve respeitar os costumes e as leis do seu país e continuar fiel à religião, agindo com determinação e perseverança ao tomar uma decisão acerca de uma linha de ação, não só tentando se dominar, não tentando a sorte, como também adaptando os seus desejos à ordem das coisas e não o inverso.

Assim, o filósofo comprova que o seu papel é o de prosseguir na busca do conhecimento e do aperfeiçoamento da razão que influencia de forma determinante a sua teoria ética.

Enquanto na ética antiga o ponto de partida são os costumes vividos pela sociedade, cujas razões o saber ético irá explicar e organizar, na ética cartesiana o ponto de partida será a razão.

O cartesianismo dá origem a duas correntes filosóficas que são o racionalismo, tendo como principais figuras Spinoza, Malebranche e Leibniz, e o empirismo que se apresenta como oponente de Descartes e tendo como principais representantes Bacon, Hobbes, Locke, Berkeley e Hume. No presente estudo, dentre os filósofos citados, foram cotejados os pensadores Spinoza e Hobbes (JAPIASSÚ, 2002, p.112-113).

### 2.5.2 A Ética de Spinoza

A filosofia de Descartes influenciou o mundo cultural francês e europeu de modo que o desenvolvimento lógico do cartesianismo é representado por pensadores como Baruch Spinoza. Contudo, ao contrário do pensamento cartesiano que partia do homem para chegar a Deus, Spinoza partiu de Deus para chegar ao homem, cujo desejo de conquistar a felicidade é a base da sua filosofia.

Uma das primeiras obras de Spinoza foi seu comentário a Descartes em Os princípios da filosofia cartesiana demonstrada segundo o método geométrico. Nesse período, entretanto, Spinoza já começa a se afastar de algumas teses de Descartes e dedica-se à construção de sua própria filosofia, cuja expressão se dá com a obra Ética demonstrada à maneira dos geômetras, publicada após a sua morte. Nessa obra, Spinoza questiona as interpretações clássicas de “bem” e “mal” e de “vício” e de “virtude” (MARCONDES, 2002, p.191).

Nas palavras de Spinoza:

Quanto ao bom e ao mau, não indicam também nada de positivo nas coisas, pelo menos se consideradas em si mesmas, e não são senão modos de pensar ou noções que formamos porque comparamos as coisas entre si. Uma só coisa pode ser ao mesmo tempo boa e má, e também indiferente. Por exemplo, a música é boa para o melancólico, má para o aflito, para o surdo não é boa nem má. Se bem que seja assim, contudo é preciso conservar esses vocábulos. Desejando, com efeito, formar uma idéia do homem que seja como que um modelo da natureza humana colocado diante de nossos olhos, será-nos de utilidade conservar esses vocábulos no sentido que disse. No que segue, pois, entenderei por “bom” o que sabemos com certeza ser um meio de nos aproximar, cada vez mais, do modelo da natureza humana que nos propomos. Por “mau”, ao contrário, aquilo que sabemos, com certeza, impedir que reproduzamos esse modelo. (SPINOZA, 2003, p.286)

Desse modo, Spinoza (2003, p.287) define o “bem” e o “mal”, a “virtude” e o “vício” em relação à natureza do homem e ao que isso acrescenta para a preservação do seu ser.

O que despertava interesse em Spinoza (2003, p.32) era o mundo das relações do homem para com Deus e para com os seus semelhantes. Partindo de uma apreciação da natureza humana e de suas paixões, o filósofo descobre um caminho para a ética no conhecimento:

Pela ignorância, os sentidos nos mantêm na inconsciência da nossa escravidão. Pela ciência, o intelecto nos torna conscientes da nossa escravidão. Pela sapiência, a razão nos liberta da escravidão (SPINOZA, 2003, p.32).

Nesse contexto, segundo Spinoza (2003, p.37), compreender o universo é estar libertado dele. Entender o universo é estar livre de tudo. O ser humano é escravo de tudo aquilo que ignora e livre de tudo aquilo que sabe.

A ignorância mantém o homem em uma posição inferior de modo que o saber oferece atitude de superioridade porque o *compreendido* é de algum modo inferior ao seu *compressor*. À medida que o sujeito desconhece algum objeto, esse objeto é senhor dele, o sujeito é servo desse objeto, contudo, no instante em que o objeto, de ignorado passa a ser conhecido, é ele vencido pelo conhecedor.

Dessa forma, todo saber, conhecer ou compreender confere libertação e liberdade aos indivíduos. Para o filósofo, a ética racional é a aclamação da suma e determinante liberdade do homem.

Compreender o universo é ser libertado de qualquer espécie de *temor* e de *ódio*, filhos da ignorância. O compreendedor cósmico, que é o homem da ética racional, entra em um mundo de perfeita paz e tranqüilidade e nele vive para sempre, contemplando todas as coisas da excelência da sua compreensão, não com sobrançeria, secreto desprezo e orgulho – indivíduos de ignorância escravizante – mas com a suave benevolência de amigo e aliado que, à luz da sua grande sabedoria, vê em todas as coisas do universo seus irmãos e suas irmãs empenhados em revelar, cada um a seu modo, a infinita Divindade, o Pai dos Céus... (SPINOZA, 2003, p.37).

### 2.5.3 A Ética de Hobbes

Enquanto o racionalismo de Descartes explicava o conhecimento humano a partir da existência de idéias inatas que se originavam de Deus, os empiristas tinham a intenção de explicar o conhecimento a partir da experiência, banindo a

visão de idéia inata, considerada confusa e problemática (MARCONDES, 2002, p.197-198).

A princípio, o empirismo desenvolveu-se na Inglaterra e representava o pensamento da burguesia inglesa que, a partir do século XVII, passou a deter o poder econômico e político por meio da monarquia parlamentar, marco do surgimento do liberalismo. Tal ordem política nasce da aliança entre a burguesia e a nobreza em oposição à monarquia absoluta.

Nesse contexto, surge o pensamento hobbesiano, cujo ideal ético é a vida conforme as “leis da natureza”.

Marcondes (2002, p. 197-198) destaca que Hobbes é empirista, mas também racionalista na medida em que coloca em prática o empirismo nas suas reflexões sobre a natureza humana, e, por outro lado, analisa as palavras e o raciocínio que é dedutiva e racionalista. Ele tem uma visão associacionista da psicologia e adota um nominalismo profundo a respeito da linguagem.

Hobbes (2004, p.33-34) considera que, até aquele momento, somente a ciência que existe é a geometria e a função da razão se revela no argumento, como na geometria. Desse modo, a razão só se adquire com a prática e não é inata como defende Descartes. Na sua reflexão sobre a natureza humana apresenta o conceito de *conatus*, a força genética do comportamento.

Em Abbagnano (1998, p.163), conação ou *conatus* em latim “recebe o nome de vontade quando se refere só à mente; quando se refere à mente e ao corpo ao mesmo tempo chama-se apetite, que por isso é a própria essência do homem”.

Para Hobbes (2004, p.45-47), *conatus* é um estímulo original do movimento animal para se aproximar do que lhe causa satisfação ou para se desvencilhar do que não lhe agrada. Esse *conatus* impele o homem a vencer sempre. A vida tem início com o *conatus* positivo que é o desejo. Em relação à vida social, transpor o outro é fonte básica de satisfação de modo que ser sempre vencido é infortúnio enquanto vencer continuamente quem está na frente é contentamento. Assim, é da natureza humana o egoísmo, constituído por um constante e infinito desejo de poder e mais poder que só tem fim com a morte.

Conforme Russel (2002, p. 275), “Hobbes considera que, no estado natural, todos os homens são iguais e procuram se preservar de diversas maneiras,

à custa dos demais, de modo que existe um estado de guerra de todos contra todos”.

De acordo com Hobbes (2004, p.38), a vontade submete-se à razão, conforme o racionalismo clássico. Entretanto, para ele, é somente apetite. Um determinismo mecanicista governaria não só os deslocamentos do universo, mas também a ação psicológica do indivíduo. Assim, o livre arbítrio é um devaneio de forma que se trata somente de uma expressão com o fim de escamotear a falta de conhecimento das reais causas das decisões do homem.

Hobbes (2004, p.99) afirma que o *conatus* promove a guerra de todos contra todos, é o estado natural em que vive o ser humano, anteriormente à sua inserção no estado social. O homem é gerido por suas paixões e tem como direito adquirir o que desejar.

Por outro lado, ainda em Hobbes (2004, p.99-100), não só o *conatus* rege o ser humano, mas também a tendência natural à conservação que também reflete o desejo da paz.

Desse modo, o instinto de preservação é um aspecto relevante na filosofia de Hobbes (2004, p.100), tanto quanto sua idéia do *conatus*. Para o filósofo, de forma contrária ao pensamento de Aristóteles que percebe o homem como um animal político, os indivíduos só se inserem na comunidade a partir do momento em que a conservação da vida está em perigo.

Para Oliveira (1993, p.19), as leis não são deduzidas por Hobbes de um instinto natural ou de um consentimento universal, mas da razão que procura os meios de conservação do homem.

Segundo Oliveira (1993, p.19) “A condição natural do homem é tremendamente lastimável, porque está marcada basicamente pela preocupação da autoconservação, em última análise, pelo medo, pulsão fundamental da vida humana”.

Hobbes (2004, p.103-105) considera que a base para o contrato entre os homens é o medo da morte e da falta de suprimento para as suas necessidades básicas. Nesse sentido, Hobbes apresenta-se como um pioneiro do utilitarismo, pois explica a obediência moral e a necessidade do autocontrole como um meio para se atingir uma vida social confortável e pacífica.

Desse modo, a razão surge como moderadora do progresso moral, dando origem ao Estado, o qual possibilitará, por meio de leis, a autopreservação e a

satisfação das necessidades básicas do indivíduo. Hobbes (2004, p.101) destaca a diferença da lei para o direito:

Porque embora os que têm tratado deste assunto costumem confundir *jus* e *lex*, o direito e a lei, é necessário distingui-los um do outro. O direito consiste na liberdade de fazer ou de omitir, ao passo que a lei determina ou obriga a uma dessas duas coisas. De modo que a lei e o direito se distinguem tanto como a obrigação e como a liberdade, as quais são incompatíveis quando se referem à mesma matéria.

Segundo Vaz (1999, p.303), a capacidade natural da razão, inseparável da natureza humana e da qual se deriva a saída do 'estado da natureza' é que torna possível o surgimento da sociedade civil e, a partir dela, a realização do ideal ético como vida de acordo com as leis naturais.

Para Paulino (2003, p.61), Hobbes, apesar de ter estudado Aristóteles com profundidade, criticou a sua obra porque a teoria hobbesiana exalta a absorção da ética na política de modo que toda a ação do ser humano na sociedade estará definida pela sua condição de cidadão: "Assim, uma ética eudaimonística, baseada na tendência do indivíduo para um bem objetivo (o Sumo Bem Aristotélico-Platônico), não se enquadra em sua teoria".

O conceito de virtude é o principal alvo da crítica de Hobbes (2004, p.58) e a virtude deixa de desempenhar a sua função específica como característica do bem agir que estabelecerá a vida virtuosa do indivíduo. Para Hobbes (2004, p.58), a virtude se ajusta com o movimento voluntário ou paixão ao passo que constitui as leis da natureza de forma a obedecer à primeira lei que tem o propósito de buscar a paz.

Dado que a condição do homem – conforme foi declarado no capítulo anterior – é uma condição de guerra de todos contra todos, sendo neste caso cada um governado por sua própria razão, não havendo nada que possa lançar mão, que não possa lhe servir de ajuda para preservação de sua vida contra seus inimigos, segue-se que em tal condição todo homem tem direito a todas as coisas, incluindo os corpos dos outros. Ora, enquanto perdurar esse direito de cada homem a todas as coisas, não poderá haver para nenhum homem – por mais forte e sábio que seja – a segurança de viver todo o tempo que geralmente a natureza permite aos homens viver. É um preceito ou regra geral da razão, que todo homem deve se esforçar pela paz, na medida em que tenha esperança de consegui-la. Se não conseguir, pode procurar e usar toda a ajuda e vantagens da guerra. A primeira parte desta regra encerra a lei primeira e fundamental da natureza, que é procurar a paz, e segui-la. A segunda resume o direito natural, isto é, por todos os meios possíveis, cuidar da própria defesa (HOBBS, 2004, p.101-102).

Assim, da primeira lei fundamental da natureza que determina que todos os indivíduos procurem a paz, deriva a segunda lei que ordena a efetivação do pacto:

Que um homem concorde, conjuntamente com outros, e na medida em que tal considere necessário para a paz e para a defesa de si mesmo, em renunciar a seu direito a todas as coisas, contentando-se, em relação aos outros homens, com a mesma liberdade que aos outros homens permite uma relação a si mesmo. Pois enquanto cada homem detiver seu direito de fazer tudo quanto queira, a condição de guerra será constante para todos. Porém se os outros não renunciarem a seu direito, assim como ele próprio, nesse caso não há razão para que alguém se prive do seu, pois isso equivaleria a oferecer-se como presa – coisa a que ninguém é obrigado -, e não se dispor para a paz. Esta é a lei do evangelho: Faça aos outros o que queres que te façam a ti. E esta é a lei de todos os homens: *quod tibi fieri non vis, alteri ne feceris* (HOBBS, 2004, p.102).

A segunda lei, ao determinar o acordo, determinará também o que é justo e o que é injusto, conforme estabelece a terceira lei ao ordenar que os indivíduos têm de cumprir os acordos ou pactos que celebrarem. Desse modo, e a partir também das demais leis, a obra de Hobbes vem a contribuir com a construção do agir ético dentro de uma sociedade civil.

#### 2.5.4 A Ética de Kant

Comparando os pensamentos filosóficos, as propostas éticas para Sócrates, Platão e Aristóteles se baseavam na concepção do bem enquanto que para Kant a essência da ética era o dever (ARRUDA, WHITAKER e RAMOS, 2003, p.31).

As obras principais de Kant sobre questões éticas são: Fundamentação da metafísica dos costumes (1785), Crítica da razão prática (1788) que aborda a ética no sentido puro e Metafísico dos costumes (1797), que representam uma tentativa de aplicação dos princípios éticos. A ética de Kant se apóia sobre dois conceitos essenciais que são a razão prática e a liberdade.

No entender de Marcondes (2002, p.213), é no domínio da razão prática, na concepção kantiana, que o ser humano é livre, significando dizer que são postas em discussão a questão da liberdade e da moralidade. Já no domínio da razão teórica existe a limitação da própria estrutura cognitiva humana. Diante disso, a ética é puramente racional e universal de modo que não se limita a regras de caráter pessoal ou subjetivos e muitos menos a costumes culturais ou sociais.

De acordo com essa perspectiva, os princípios éticos são derivados da racionalidade humana. A moralidade cuida do uso prático e livre da razão. Os princípios da razão prática são leis universais e definem os deveres das pessoas.

Em suma, os princípios morais resultam da razão prática e se aplicam a todos os seres humanos em qualquer situação.

Desse modo, o imperativo moral não é um imperativo hipotético condicional que submeteria o bem ao desejo (cumpre teu dever se nele satisfazes teu interesse, ou então, se teus sentimentos espontâneos a ele te conduzem), mas o imperativo categórico, ou seja, cumpre teu dever incondicionalmente.

A questão relacionada à moral exige que se analise o princípio básico da bondade dos atos no sentido do que se compõe o bom. A essa questão Kant responde que o único bom em si mesmo é uma boa vontade. A bondade de uma atitude não se deve buscar em si mesma, mas na vontade com que se praticou. “O mandamento ou dever que deve ser cumprido é incondicionado e absoluto; ou seja, o que a boa vontade ordena é universal por sua forma e não tem um conteúdo concreto: refere-se a todos os homens em todo o tempo e em todas as circunstâncias” (VÁSQUEZ, 2003, p. 282).

Kant assim se refere à vontade:

A vontade é concebida como independente de condições empíricas e, conseqüentemente, como vontade pura, determinada pela simples forma da lei, sendo esse motivo de determinação considerado como a suprema condição de todas as máximas. [...] A autonomia da vontade é o único princípio de todas as leis morais e dos deveres correspondentes a elas; e, ao contrário, toda *heteronomia* do livre-arbítrio não apenas deixa de fundar qualquer obrigação, como também se opõe ao princípio desse livre-arbítrio e à moralidade da vontade. Com efeito, é na independência de toda a matéria da lei (isto é, de um objeto desejado) e, ao mesmo tempo, na determinação do livre-arbítrio por meio da forma legisladora universal comum, de que toda máxima deve ser capaz, que consiste o princípio único da moralidade (KANT, 2004, p.40-43).

A ética de Kant, uma ética do dever, pretende discriminar as regras do que é certo ou errado moralmente utilizando um princípio moral de universalização de regras subjetivas de ação, denominado “imperativo categórico”. Segundo este princípio, a ação moral é aquela que pode ser representada por uma lei moral universal. Em outras palavras, se ela puder ser observada e seguida por todas as pessoas.

No entender de Arruda, Whitaker e Ramos (2003 p.32):

A fórmula do imperativo categórico é: *age sempre de acordo com uma máxima que possas erigir em lei universal*. Uma máxima que possa ser erigida em lei universal é racional e objetiva; aquela que não pode sê-lo permanece subjetiva e empírica. Veja-se um exemplo: roubar não é ético, porque o homem não pode querer que esta ação – o roubo – se converta em lei universal. Kant é contra qualquer prêmio. O prêmio de uma ação deve ser a própria ação.

Nesse sentido, Passos (2004, p.41) interpreta a doutrina de Kant de uma forma que convém aqui reproduzir:

Enquanto as doutrinas éticas anteriores tinham por objetivo atingir uma felicidade ou um bem, esta é uma moral da *pura razão* e do *puro dever*. A prática moral devia basear-se apenas nas orientações da razão, deixando totalmente de lado o mundo empírico. Assim, ele construiu uma moral desinteressada, desprovida de qualquer finalidade e de qualquer motivação, que não fosse o “cumprimento do dever pelo dever”, pois, para ele, a única coisa verdadeiramente boa seria, como dissemos, “uma boa vontade”, a disposição em seguir a lei moral em detrimento das vantagens que ela pudesse proporcionar ao indivíduo. Assim, a lei moral seria incondicional e absoluta.

Para Kant (2004, p.34), a noção da busca da felicidade mostra-se insuficiente como fundamento da moral, porque o conceito de felicidade é variável, dependendo de fatores subjetivos, psicológicos, enquanto que a lei moral não varia e é universal, explicando assim o fato de que seu fundamento é o dever:

Ser feliz é o desejo de todo ser racional, mas finito; por conseguinte, é um princípio que inevitavelmente determina a sua faculdade de desejar. Com efeito, estar sempre satisfeito com a sua existência e gozar de uma felicidade que suporia a consciência da sua independência completa e perfeita não é o seu estado original, e sim um problema que se lhe impõe em virtude da sua natureza finita, porque ele tem necessidades, as quais concernem à matéria da sua faculdade de desejar, isto é, a alguma coisa referente a seu sentimento de prazer ou de desprazer, que lhe serve de fundamento subjetivo que determina o que precisa para contentar-se com a sua condição.

Nesse contexto, Kant reconhecia que os ensinamentos da sua ética eram duros e difíceis de serem aplicados na prática, porém, acreditava que a perfeição da sociedade só seria alcançada se a beleza, o amor, a felicidade se subjugassem à moralidade e ao dever (PASSOS, 2004, p.41).

Para Kant, tomar o homem como meio é imoral porque todos os homens são fins em si mesmos e desse modo constituem parte do mundo da liberdade.

Nas palavras de Vásquez, a filosofia de Kant é vista como aquela que inspira uma abordagem humanista:

Kant – fiel ao seu antropocentrismo ético – empresta assim à moral o seu princípio mais alto, e o faz exatamente num mundo humano concreto no qual o homem, longe de ser um fim em si, é meio, instrumento ou objeto (mercadoria, por exemplo), e no qual, por outra parte, ainda não se verificam as condições reais, efetivas, para transformá-lo efetivamente em fim. Mas esta consciência de que não deve ser tratado como meio, e sim como fim, tem um profundo conteúdo humanista, moral, e inspira hoje todos aqueles que desejam a realização desse princípio kantiano não já num mundo ideal, mas em nosso mundo real (VÁSQUEZ, 2003, p.283).

Por um lado, o antropocentrismo ético kantiano reflete de forma figurada, o mundo celestial e sagrado, distante de uma realidade profana e marcada pela

ética situacional. Nesse sentido, o princípio kantiano propõe que o homem seja considerado como um fim e não como um meio.

Por outro lado, percebe-se que a ética kantiana corresponde a um idealismo purista, dogmático, maniqueísta, rígido e que se assenta nas verdades absolutas, o que gerou reações diversas por parte das doutrinas éticas posteriores a Kant, como será visto em seguida.

## 2.6 Ética Contemporânea

A ética contemporânea tem suas origens na reação contrária ao formalismo e ao racionalismo encontrado em Kant o que significa dizer que representa um movimento que se opõe a uma ética centrada em valores absolutos.

Para Vásquez (2003, p.284) e Aranha e Martins (2003, p.144), inclui-se na ética contemporânea tanto as doutrinas éticas atuais como aquelas que, apesar de terem surgido no século XIX, continuam exercendo a sua influência nos dias de hoje, como por exemplo, os pensamentos de Kierkegaard, Stiner ou Marx. As doutrinas éticas do período posterior a Kant surgem numa sociedade influenciada por ideais da Revolução Francesa de 1789, marco divisor da história, na passagem da Idade Moderna para a Idade Contemporânea e caracterizada pela destruição do absolutismo e da consolidação da hegemonia burguesa no mundo ocidental.

Conforme Vásquez (2003, p. 284), esse período foi marcado por transformações sociais, por progressos técnicos e científicos e pelo desenvolvimento da capacidade produtiva, o que levará ao questionamento da própria existência da humanidade diante da ameaça que seus usos destruidores ocasionam.

Nesse sentido, o pensamento ético contemporâneo surge com uma concepção:

- a) em favor da busca da origem da ética no próprio homem e não na análise da linguagem moral;
- b) em favor do reconhecimento do irracional no comportamento do homem;
- c) em favor do homem concreto, o que para Marx tem como significado o homem social e para Kierkegaard, o indivíduo.

Para analisar o período que representa a ética contemporânea, serão destacados neste estudo os seguintes movimentos:

- a) o Pragmatismo

- b) o Marxismo
- c) o Existencialismo
- d) o pensamento nietzschiano
- e) o Empirismo
- f) o Positivismo
- g) o Historicismo
- h) a Escola de Frankfurt

Feitas essas apresentações, serão discutidos a seguir cada um desses movimentos e seus representantes.

### 2.6.1 Pragmatismo

O pragmatismo deriva do vocábulo *prágma* que significa em grego a ação e depois prática, originou-se entre pensadores norte-americanos como explicação para o valor concedido pela burguesia ao lucro e ao bem-estar proporcionado pelos bens materiais. Charles Sanders Peirce (1854-1914) foi considerado criador desse movimento e William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952) foram seus principais representantes (PASSOS, 2004, p.44).

Segundo Vásquez (2003, p.288), essa doutrina tem como particularidade a sua identificação da verdade com a utilidade, no sentido de que vê o útil como o único caminho da verdade.

No terreno da ética, dizer que algo é bom equivale a dizer que conduz eficazmente à obtenção de um fim, que leva ao êxito. Por conseguinte, os valores, princípios e normas são esvaziados de um conteúdo objetivo, e o valor do bom – considerado como aquilo que ajuda o indivíduo na sua atividade prática – varia de acordo com cada situação.

Trata-se de uma compreensão que se distancia da investigação teórica e se une aos problemas de ordem prática e utilitarista. Em relação à moral, alguma coisa pode ser considerada boa caso proporcione o alcance dos objetivos propostos, não existindo, dessa forma, valores absolutos no sentido de que o que é bom ou mau é relativo e pode variar em diferentes situações.

Para Vásquez (2003, p.288), a redução do comportamento moral às ações que proporcionam o sucesso pessoal torna o pragmatismo uma versão utilitarista caracterizada pelo interesse individual e que “por sua vez, rejeitando a existência de valores ou normas objetivas, apresenta-se como mais uma visão do

subjetivismo e do irracionalismo”. William James lecionou na Universidade de Harvard e sistematizou de forma integral o pragmatismo de Peirce, ressaltando a teoria pragmatista, sendo considerado figura de projeção na filosofia norte-americana, escrevendo e divulgando a doutrina em aulas e conferências. John Dewey lecionou na Columbia University e contribuiu com uma versão pessoal ao pragmatismo, que chamou de instrumentalismo. Ele dedicou a sua existência a serviço da educação, do qual foi considerado líder em meados do século XX.

Nestes termos, Cretella Júnior (1989, p. 248) afirma:

Dewey parte do pressuposto de que o homem é dominado por um sentimento de insegurança, procurando algo estável e perene, que lhe tem sido dado, no decurso da história, de vários modos: rituais primitivos que dominam as forças da natureza, manifestações artísticas, ao mesmo tempo que por objetos tradicionais do saber e da filosofia, mediante a atividade filosófica que procura o imóvel refugiado na contingência e na transmutação.

Entretanto, a filosofia não se encerra num processo do saber pelo saber, mas sim de um conhecimento voltado para a vida e para a sua adequação ao seu meio. Ainda para Cretella Júnior (1989, p.248):

Por isso, o pensar começa com dificuldades e não com premissas, como pretendia o racionalismo clássico [...] Pensamento e teoria são elementos peculiares à vida humana, programas que o homem elabora para resolver situações futuras.

## 2.6.2 Marxismo

Karl Marx (1818-1883) nasceu na Alemanha e fazia parte de uma família de classe média de origem judaica.

O marxismo, como filosofia ética, proporciona um esclarecimento e uma análise das morais do passado, e, de forma simultânea, ressalta as bases teóricas e práticas de uma nova moral. De acordo com Vásquez (2003 p.291) “os fundamentos da teoria marxista da moral se encontram nas tentativas de Marx de recuperar também o homem concreto que se tinha transformado numa série de abstrações [...]”.

Dessa forma, Marx compreendia o homem como um ser social e histórico, dotado de objetividade e subjetividade, com possibilidade de intervir no mundo real e modificá-lo ao seu modo (PASSOS, 2004, p.42).

Para Marx (2004, p.149-154), sendo o homem um ser social, só ele produz de maneira que, em paralelo, produz determinadas relações sociais,

entendidas aqui como relações de produção, a partir das quais se erguem as outras relações humanas. Sendo o homem um ser histórico, as diversas relações que ele estabelece constituem uma unidade econômico-social que se transforma historicamente sob o impulso de seus conflitos interiores e, em particular, quando alcança o seu amadurecimento, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtoras e das relações de produção. Desse modo, variando a base econômica, varia também a superestrutura ideológica e também a moral. A infra-estrutura para Marx é a base econômica e o alicerce de toda a atividade social de produção, ou seja, as forças produtivas mais as relações de produção, e influencia a superestrutura que são as idéias políticas e jurídicas, a moral, a religião, filosofia, arte, linguagem e todas as ideologias. A infra-estrutura exerce um domínio sobre a superestrutura. Esta superestrutura é ideológica e tem por função promover a sustentabilidade à infra-estrutura existente.

Na relação de dependência entre o mundo material das forças produtivas (infra-estrutura) e das relações de produção (superestrutura), a infra-estrutura, representando a base econômica, predomina sobre a superestrutura, que representa as formas da consciência de uma forma dialética ou como um processo de descrição exata do real.

Sendo o fator econômico predominante, sua variação influencia na superestrutura ideológica e resulta numa interferência nos valores morais. Para Passos (2004 p.42-43):

A moral (e o processo a ela articulado) na sociedade, em geral, e na burguesia, em específico, serve de justificação às relações materiais e sociais que os seres humanos estabelecem entre si. Muitos dos preceitos morais definidos só podem existir em determinados regimes sociais. Por exemplo, o preceito 'não roubar' só pode existir em uma sociedade onde impera a propriedade privada; sem ela, não poderia existir roubo. Assim, a moral, ao mesmo tempo se assenta e se direciona às relações que os seres humanos estabelecem entre si. Daí vem a compreensão de que a moral compõe, com outros elementos, a superestrutura espiritual da sociedade.

Independentemente do grau de consciência com o qual participam do processo, são os homens que constroem a sua própria história. Contudo, em cada momento da história o principal agente da mudança é a classe cujos interesses se equiparam com o ritmo do movimento histórico.

Vásquez (2003, p.292) afirma que dessas premissas podem ser destacadas as seguintes teses fundamentais para a Ética:

1 - A moral, como toda forma de superestrutura ideológica, desempenha um papel social no sentido de aprovar as relações e circunstâncias de existência de acordo com os interesses da classe dominante.

2 - Existiram morais de classe diversas até a atualidade de modo que enquanto não se verificarem as condições de uma moral universal não pode haver um sistema moral válido para todos os tempos e todas as sociedades.

3 - A moral de cada sociedade apresenta um caráter relativo. A moral proletária é a moral de uma classe que está destinada a suprimir a si mesma como classe para dar lugar a uma sociedade essencialmente humana.

4 - A história está sujeita a uma necessidade objetiva, e as morais surgem nesse processo histórico necessário, o qual determina, por sua vez, a aparição delas.

5 - O surgimento de uma nova moral faz-se necessário para equilibrar as relações entre os homens com vistas à transformação da sociedade e também objetivando assegurar a unidade e a harmonia entre os membros da nova sociedade socialista.

6 - A necessidade da moral na transformação radical da sociedade não quer dizer cair num moralismo ou tampouco significa dizer que se desprezem os apelos morais.

7 - O homem deve intervir na transformação da sociedade porque, sem a sua intervenção prática e consciente pode-se chegar a voltar à barbárie, ou de que o homem não possa subsistir como tal.

De modo semelhante, Marx preconiza:

Tudo o que tens se deve tomar *venal*, isto seja, proveitoso. Suponhamos que eu indago a um economista: estou obedecendo às leis econômicas quando ganho dinheiro pela prostituição do meu corpo para a luxúria de outra pessoa (na França, os trabalhadores das fábricas chamam prostituição das suas mulheres e filhas às X horas de trabalho – o que é expressamente verdadeiro), ou quando vendo o meu amigo para os marroquinos (e a venda direta de seres humanos existe em todos os países civilizados na forma de comércio de recrutas), o economista responderá: Não estás agindo contra as minhas leis; mas debes atender ao que dizem a primeira moral e a primeira religião. A minha ética e a minha religião *econômicas* não têm qualquer oposição a colocar, mas... Mas, então, em que hei de acreditar, na economia política ou na moral? A moral da economia política é o ganho, o trabalho e a poupança, a moderação – no entanto, a economia política promete a riqueza de uma boa consciência, da virtude, etc., mas, como poderei ser virtuoso, se não existo, e como poderei ter uma boa consciência se não sei nada? A característica da alienação implica que cada esfera me propõe normas diferentes e contraditórias, uma a moral, outra a economia política, porque cada uma delas constitui uma determinada alienação do homem: cada um concentra-se num círculo

específico de atividade alienada e encontra-se alienada em relação à outra alienação [...] Além do mais, a antítese entre a moral e a economia política não passa apenas de aparência; é ao mesmo tempo uma antítese e uma ausência de antítese. A economia política exprime apenas, à sua maneira, as leis morais (MARX, 2004, p. 153-154).

Nesse sentido, Marx (2004) dizia que a alienação do indivíduo leva à perversão de todos os valores, constituindo a economia e seus valores (lucro, poupança, sobriedade e trabalho) a meta central da existência humana.

### 2.6.3 Existencialismo

O Existencialismo firmou-se como uma corrente radical do pensamento francês no período do pós-guerra e tem como principais representantes os filósofos Kierkegaard (1813-1855) e Jean-Paul Sartre (1905-1980).

Segundo Aranha e Martins (2003, p.148), Kierkegaard é considerado o pai do existencialismo e se autodenominou como o Anti-Hegel. Para ele, o que conta é o homem concreto, o que o levou a se opor ao determinismo lógico de Hegel. Kierkegaard entende que não existe qualquer predeterminação relativa ao ser humano e que tal indeterminação e liberdade conduzem o homem a uma angústia constante. Desse modo, cada ação que leve a uma decisão é um ato arriscado.

Kierkegaard determina três estágios essenciais na existência humana: o religioso, o ético e o estético. O estágio superior é o religioso pois a fé que o apóia é uma relação pessoal, unicamente subjetiva, relacionada com Deus. No estágio ético, o homem deve orientar o seu comportamento por normas universais. Esse estágio ético se situa numa posição inferior ao religioso e acima do estético. No estágio estético, o homem busca fugir da angústia por meio do prazer, ignorando o próprio eu (VÁSQUEZ, 2003, p.286).

A orientação individualista e irracionalista de Kierkegaard é renovada por Jean-Paul Sartre. Contudo, Sartre se diferencia de Kierkegaard por seu ateísmo. O cerne do seu pensamento existencialista é que a existência antecede a essência, no sentido de que o ser humano é aquilo que quiser ser. Não existe nenhum Deus que tenha criado o homem. O homem é livre sendo ele o único responsável pelo que faz de si mesmo. Tal liberdade e responsabilidade tornam-se para ele a fonte da angústia, colocada assim também por Kierkegaard.

Segundo Marcondes (2002, p.259), para Sartre Deus não existe e torna-se necessário deduzir desta constatação todas as conseqüências. Sartre defende a idéia de que apesar de o homem acreditar que foi criado por Deus, é o homem que cria Deus. Contudo, ao contrário da paixão de Cristo, o homem é uma paixão sem utilidade, pois nunca conseguirá ser como Deus, de forma a atingir o absoluto.

O existencialismo tem uma dimensão ética relevante pela forma como estabelece a questão da liberdade e da autenticidade como elementos que compõem o cerne da existência do homem. Uma reflexão que representa o pensamento de Sartre está em “Nós somos o que fazemos do que fazem de nós” (SARTRE (1997) *apud* MARCONDES, 2002, p. 260).

No existencialismo, a ética fundamenta-se na liberdade como fim de forma que são os indivíduos que concederão valor ao mundo porque ele não tem valor nem significado.

Nas palavras de Passos (2004 p.45):

Assim, o valor do ato moral não se dá pela submissão a princípios estabelecidos e sim pelo uso que o sujeito fizer de sua liberdade. Só a *liberdade* decide, e como não existem parâmetros, leis, normas, a liberdade torna-se o fim da moral e o valor mais importante.

#### 2.6.4 O Pensamento Nietzscheano

Friederich Nietzsche (1844-1900) nasceu no seio de uma família de pastores protestantes, na Alemanha. O filósofo pensou em seguir a carreira do pai, mas afastou-se do Cristianismo e transformou-se num crítico de toda a razão ocidental, incluindo as teorias científicas, a sociedade e o próprio Cristianismo.

Para Portocarrero (2002, p.221), a crítica de Nietzsche se origina de sua preocupação com a modernidade européia, promovida pelo positivismo de Augusto Comte e pela teoria da evolução das espécies de Darwin que considerava uma nova concepção do ser humano e estimulava discussões com a teologia e a filosofia.

Nesse sentido, Nietzsche buscou transcender a dicotomia que estabelecia a verdade como um Bem e o erro como Mal, procurando apreciar a origem dos valores e compreender o porquê da valorização das ações humanas. Nessa linha de argumentação Passos (2004, p.44) destaca:

A crítica recai, em especial, sobre os representantes do Cristianismo, que, segundo ele, procuravam passar um ideal ascético para a vida humana, onde as pessoas estivessem distantes da ambição, da alegria e das transgressões, por exemplo. [...] Disse que a sociedade ensina os

indivíduos a viverem de acordo com um moralismo doentio, que desqualifica o que existe de mais humano, como os sentimentos, os instintos. Para isso, a disciplina os ‘educa’ a fim de torná-los ‘apreciáveis’. Nesse processo, usa a dor como um recurso importante, como auxiliar da memória. Situação que ele criticava veementemente, pois acredita que somente os indivíduos que conseguiram livrar-se dos costumes e da moral serão independentes e “próximos de si mesmos”.

Desse modo, pode-se entender que, para Nietzsche, o problema da verdade se coloca sob a visão da vida, dos instintos:

Depois de ter passado bastante tempo a observar de perto os filósofos, acabei por concluir que a maior parte do pensamento consciente deve também ser incluído nas atividades instintivas, do que não excetuo mesmo a meditação filosófica. Neste ponto, torna-se necessário aprender a julgar de outro modo, como já se fez com a hereditariedade e com os “caracteres adquiridos”.

Do mesmo modo que o ato de nascer não influi no conjunto do processo da hereditariedade, tampouco o fato da “consciência” se opõe de qualquer modo decisivo ao *instinto*. Quase todo o pensamento consciente num filósofo é dirigido secretamente pelos instintos e forçado a seguir determinado caminho.

Por detrás de toda a lógica e da autonomia aparente dos seus movimentos há valorizações, ou, para me exprimir mais claramente, exigências fisiológicas para a manutenção de um determinado tipo de vida. Exemplificando, afirmar que o determinado tem mais valor que o indeterminado, a aparência menos valor que a “verdade”: tais valorizações, apesar da importância reguladora que têm para nós, poderiam ser apenas valorizações superficiais, uma espécie de *niaiserie*, útil talvez para conservação de seres tal como nós. Em se admitindo, bem entendido, que não é justamente o homem a “medida de todas as coisas” (NIETZSCHE, 2003, p.35).

Assim, o objetivo do filósofo é revelar e, ao mesmo tempo, criticar a tradição ocidental, buscando restaurar os valores primitivos desaparecidos.

Para Nietzsche, não há uma diferença significativa entre a racionalidade filosófica clássica e a racionalidade científica moderna, pois elas são manifestações negativas da vontade de dominar, que é a “vontade de potência” própria do ser humano. Desse modo, um dos conceitos que determina o pensamento nietzschiano é o conceito de “vontade de dominar” (PORTOCARRERO, 2002, p.221).

Conforme Mattar Neto (2004, p.184), a inclinação instantânea seria conceber “vontade de poder” como sinônimo de “querer o poder” e tal julgamento vai de encontro ao espírito de Nietzsche. Por isso, poder significando pura posse também não pode ser entendido como elemento fundamental da “vontade de poder”. A vontade descomedida de posse tende a sinalizar um domínio de valores firmados sobre essa mesma vontade.

Somente até certo grau a posse torna o homem independente, mais livre; um grau a mais – e a posse se torna senhor, e o possuidor, escravo: o qual tem de lhe oferecer em sacrifício o seu tempo, sua meditação, e daí em

diante se sente comprometido a um relacionamento, pregado a um lugar, incorporado a um Estado – tudo, talvez, contra sua necessidade mais íntima e essencial (NIETZSCHE, 1983 *apud* MATTAR NETO, 2004, p.185).

Portocarrero (2002, p.221) afirma que a vontade de potência estimula no ser humano o espírito de vingança, de dominação, de ressentimento que pode ser sintetizada no desejo de “corrigir” a realidade, tornando-a menos contraditória, mais luminosa, por meio da determinação da Razão. Entretanto, para Nietzsche, não existe sujeito, nem unidade, mas multiplicidade de forças e acaso. Nesse sentido, a vontade de dominar positiva é a vontade de potência que proporciona o aumento da força. A arte trágica é sua expressão, a “vontade de verdade”, sua negação.

### 2.6.5 Empirismo

O empirismo representa uma corrente filosófica que adota a experiência como orientação e princípio de validade de suas afirmações, especialmente nos campos da teoria do conhecimento e da filosofia da ciência. Desenvolveu-se a partir do século XVI, simultaneamente ao racionalismo de Descartes, sobretudo na Inglaterra e entre os filósofos de língua inglesa (MATTAR NETO, 2004, p.167).

O empirismo apresenta uma concepção que se opõe à metafísica investigativa e valoriza a experiência humana, a realidade concreta e a atividade do homem. Dentre os representantes dessa filosofia, serão objeto de análise do presente estudo os filósofos John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-76).

Nesse sentido, Mattar Neto (2004, p.167) afirma que o empirismo inglês pressupõe, de um modo geral, a experiência como única fonte para as idéias.

Locke desenvolve um modelo empirista com características antimetafísicas e antiespeculativas de conhecimento. Para ele, não existem idéias inatas de modo que o conhecimento não é congênito, mas sim uma consequência da forma como o indivíduo desenvolve os dados que se originam por meio da experiência. Nesse sentido, a mente é uma página em branco, a tabula rasa, na qual a experiência imprime os seus sinais (MARCONDES, 2002, p.180).

Locke assim aborda a natureza geral dos significados:

Visto que todas as coisas que existem são apenas particulares, como formamos os termos gerais, ou onde encontramos estas naturezas gerais que eles supostamente significam? As palavras tornam-se gerais por serem estabelecidas como os sinais das idéias gerais; e as idéias tornam-se gerais separando-se delas as circunstâncias de tempo e lugar, e quaisquer outras idéias que possam determiná-las para esta ou aquela existência particular. Por este meio de abstração elas tornam-se capazes de representar mais do

que um indivíduo, cada um dos quais, tendo nisto uma conformidade com esta idéia abstrata, é (como o denominamos) desta espécie. (LOCKE, 1983. p.227).

No entanto, a experiência é externa e interna. A externa realiza-se por meio da *sensação*, e proporciona a representação dos objetos externos: cor, odor, textura. A interna realiza-se por meio da *reflexão*, que proporciona a representação do funcionamento da própria mente ao produzir idéias. Nas idéias proporcionadas pela sensibilidade externa, Locke distingue as qualidades primárias, absolutamente objetivas, e as *qualidades* secundárias, subjetivas.

Locke não admite idéias e princípios inatos nem sequer no campo da moral. A moral, na sua concepção, é mais intelectualista e menos empirista, porque ele lhe reconhece o caráter de verdadeira ciência, universal e necessária.

Segundo Marcondes (2002, p.181), David Hume foi considerado um empirista radical e assumiu uma postura filosófica cética. A tese do filósofo é de que as idéias humanas são derivadas da experiência sensível. Para Hume, as idéias são sempre de natureza particular, sendo que seus efeitos só são produzidos quando associadas a palavras gerais de forma a realizar referências a acontecimentos particulares que possuam naturezas parecidas.

Conforme Marcondes (2002, p.182), “o universal resulta assim desse processo de associação e da força de nosso hábito e costume”. Na concepção de Hume, a noção de causalidade deriva de uma repetição da experiência de uma união permanente entre eventos que, por costume, são projetados na realidade, tratando-se com se fosse algo concreto.

Dessa forma, e por essas concepções, Hume é considerado um filósofo cético conforme Marcondes (2002, p.184):

Nosso conhecimento, nossas pretensões à ciência, em última análise, não podem ser fundamentadas, justificadas ou legitimadas por nenhum princípio ou argumento racional. A maneira pela qual conhecemos e pela qual agimos no real depende apenas de nossa natureza, de nossos costumes e de nossos hábitos.

Isso significa para Hume (1973, p.146), que a possibilidade de o indivíduo deduzir da experiência passada previsões para a experiência futura não são regras ou princípios da razão, mas sim apenas os hábitos ou costumes gerados pelo efeito da repetição da prática vivencial:

O hábito é, pois, o grande guia da vida humana. É aquele princípio único que faz com que nossa experiência nos seja útil e nos leve a esperar, no futuro, uma seqüência de acontecimentos semelhantes às que se

verificaram no passado. Sem a ação do hábito, ignoraríamos completamente toda questão de fato além do que está imediatamente presente à memória ou aos sentidos. Jamais saberíamos como adequar os meios aos fins como utilizar os nossos poderes naturais na produção de um efeito qualquer. Seria o fim imediato de toda ação, assim como da maior parte da especulação.

Nesse sentido, o empirismo, se levado às últimas conseqüências, pode dar origem ao ceticismo.

Como será visto a seguir, o empirismo será abordado outra vez no século XIX por John Stuart Mill.

### 2.6.6 Utilitarismo

O utilitarismo foi uma doutrina ética fundada pelo filósofo inglês do direito Jeremy Bentham (1748-1832) e que teve como seguidor o filósofo e economista inglês John Stuart Mill (1806-1873).

Nos fundamentos de sua estrutura, o utilitarismo considera o indivíduo como a expressão da utilidade, do prazer, da felicidade ou do desejo de realização.

Bentham (1974, p.69) define a ética como a arte de conduzir as ações humanas no sentido de gerar a felicidade para o maior número possível de pessoas:

(...) II. – Em sentido amplo, a ética pode definir-se como a arte de dirigir as ações do homem para a produção da maior quantidade possível de felicidade em benefício daqueles cujos interesses estão em jogo.

III. – Quais são, porém, as ações que o homem pode dirigir? Serão necessariamente ou as suas próprias ações ou as de outros agentes. A ética, enquanto arte de dirigir as próprias ações do homem, pode ser denominada a *arte do autogoverno*, ou seja, a *ética privada*.

De modo semelhante, para Mill (2000, p.30), o legislador deveria propor leis com o objetivo de produzir a maior felicidade (concebida como o prazer ou a inexistência da dor) para o maior número de pessoas.

A doutrina que aceita a utilidade ou o Princípio da Maior Felicidade como o fundamento da Moral, sustenta que as ações estão certas na medida em que elas tendem a promover a felicidade e erradas quando tendem a produzir o contrário da felicidade. Por felicidade entende-se prazer e ausência de dor, por infelicidade, dor e privação de prazer. Muito mais precisaria ser dito para dar uma idéia clara do critério moral estabelecido pela teoria, em particular a respeito das coisas que ela inclui nas idéias de dor e prazer e em que medida deixa isso como uma questão aberta. Mas essas explicações suplementares não afetam a teoria da vida na qual se funda essa teoria da moralidade, a saber, que o prazer e a ausência de dor são as únicas coisas desejáveis como fins, e que todas as coisas desejáveis (que são tão numerosas no esquema utilitarista como em qualquer outro) são desejáveis, seja pelo prazer inerente a elas, seja como meios para promover o prazer e prevenir a dor (MILL, 2000, p. 30).

Assim, para o filósofo, a liberdade não caracteriza um direito natural. Na sua concepção, a liberdade era entendida como a preservação do campo das decisões individuais. Nesse sentido, a maior ameaça para a liberdade não partia dos governantes, mas sim de uma maioria que visse com suspeita as minorias divergentes.

A partir dos seus escritos, Mill (2000, p.31) propôs manifestar um princípio de forma que fosse possível estabelecer os limites à interferência do pensamento coletivo em relação à independência individual. Desse modo, o limite do campo que afeta unicamente o indivíduo, e cujo direito deve ser reconhecido para todos de forma igualitária, não pertence ao campo de ação do coletivo. Mill relaciona as liberdades que fazem parte do campo individual, e que sem as quais não há sociedade livre.

Os princípios da doutrina utilitarista envolvem todas as ações humanas consideradas comuns na tentativa de elevar ao nível máximo o grau de satisfação, como afirmado por Arruda, Whitaker e Ramos (2003 p.36): “De acordo com o princípio da maior felicidade, o fim último é uma existência isenta de dor e pródiga em gozos, na maior grau possível tanto quantitativa como qualitativamente”.

Por outro lado, Vásquez (2003, p.171) afirma que uma série de contestações podem ser feitas ao princípio distributivo do utilitarismo, observando que se o conteúdo do que é útil se identifica com a felicidade, o poder ou a riqueza haverá uma limitação na distribuição desses bens haja vista as imposições inerentes à estrutura econômico-social da própria sociedade.

Nesse sentido e segundo Vásquez, nas estruturas sociais que se apóiam na exploração do homem pelo homem, a felicidade de uma maior quantidade de pessoas não tem como ser isolada da infelicidade que a torna plausível. O que significa dizer que nesse tipo de sociedade, a felicidade de um maior número de pessoas se constitui a partir da infelicidade de uma parcela ainda maior.

### 2.6.7 Positivismo

O positivismo teve como figura de destaque Augusto Comte (1798-1857) e, de acordo com esse filósofo, esta é uma corrente filosófica que promove e estrutura o estágio final que a sociedade teria alcançado, construído e condicionado pela ciência. Para Comte, o termo filosofia representa o sistema geral do

conhecimento do homem enquanto que o termo positivo tem o significado de real, se opondo ao sentido de utópico. Positivo significa ainda o oposto de negativo, sinalizando a intenção de substituir o absoluto pelo relativo (SIMON, 2002, p.144).

A proposta de Comte (1973b) é estabelecer uma base racional e científica para uma transformação intelectual e moral da sociedade a partir da formação do espírito positivo na preparação das estruturas sociais e políticas.

Nesse sentido, a sociologia é considerada como a mais importante das ciências porque representa o ponto de partida da religião, da política e da moral. O filósofo estabelece diferenças entre a estática social e a dinâmica social, sendo que a primeira estuda as condições gerais de toda a vida social, considerada em si mesma, em qualquer momento e lugar. Três instituições sempre são necessárias para fazer com que o altruísmo predomine sobre o egoísmo. A propriedade porque possibilita ao homem produzir mais do que para as suas necessidades egoístas imediatas o que significa acumular um capital que será útil a todos. A família porque é a formadora do sentimento de solidariedade e respeito às tradições. A linguagem porque torna a comunicação entre as pessoas e, sob a forma de escrita, a constituição de um capital intelectual, do mesmo modo que a propriedade cria um capital material.

A dinâmica social investiga as condições da evolução da sociedade: do estado teológico ao estado positivo na ordem intelectual, do estado militar ao industrial na ordem prática e do estado de egoísmo ao de altruísmo na ordem afetiva. A ciência que prepara a união de todos os espíritos concluirá a obra de unidade e tornará o altruísmo universal (COMTE, 1973c, p.220-222).

Na sua investigação do caminho para a reforma moral e intelectual da sociedade, Comte passa a conceber uma fé ocidental renovada:

Além de que nossa harmonia moral repousa exclusivamente sobre o altruísmo, só este pode proporcionar-nos também a maior intensidade de vida. Esses entes degradados, que hoje não aspiram senão a viver, teriam tentações de renunciar ao seu brutal egoísmo se uma só vez tivessem provado suficientemente o que vós tão bem chamais os prazeres da dedicação. Eles compreendem, então, que viver para outrem fornece o único meio de desenvolver livremente toda a existência humana, estendendo-a simultaneamente ao mais vasto presente, ao mais antigo passado, e mesmo ao mais remoto futuro (COMTE, 1973c, p.252-253).

Nesse sentido, a moral de Comte é entendida pelo enaltecimento do sentimento e do altruísmo, o que tem o significado de viver para o outro. No que tange a área política, a moral positivista deveria despertar nos governados

sentimentos de obediência e nos governantes, por outro lado, a responsabilidade pelo uso da autoridade. No que se refere ao campo da área econômica, a moral deveria transformar os ricos em administradores competentes de suas posses e, por outro lado, os pobres em indivíduos conformados com sua classe social (SIMON, 2002, p. 153).

Para Comte (1973a), a política tampouco a economia poderiam ser consideradas isoladamente da moral.

### 2.6.8 Historicismo

Georg Wilhelm Friederich Hegel (1770-1831) dialoga freqüentemente com a obra de diversos filósofos como Descartes, Spinoza e Kant, dentre outros. A sua filosofia representa um exercício de síntese dos conflitos da filosofia que o antecede: o indivíduo e o universal, a essência e a aparência, o real e o ideal, o interior e o exterior (MATTAR NETO, 2004, p.178).

Sua obra é batizada de idealismo absoluto porque identifica a realidade com a razão.

Nesse sentido, Hegel indicava que a história do pensamento filosófico representava contradições de ordem interna.

A filosofia de Hegel estuda a religião, o direito, a história, a política, a arte numa tentativa de resgate de todos os períodos do desenvolvimento do saber absoluto.

Conforme Trein (2002, p. 163), Hegel intencionava refletir acerca de todas as importantes questões filosóficas, sendo que sua obra está estruturada por trabalhos que contemplam as seguintes abordagens:

- a) filosofia da natureza
- b) lógica
- c) filosofia da espécie
- d) filosofia da história
- e) filosofia do direito
- f) filosofia da religião
- g) estética
- h) história da filosofia

O sistema filosófico de Hegel pode ser entendido como estabelecido por dois pilares diferentes: a fenomenologia do espírito e a Ciência da lógica.

Apesar de não ter elaborado nenhuma obra dedicada ao estudo da ética, a filosofia de Hegel serviu para o desenvolvimento da teoria ética, no sentido de que seu Sistema pode ser compreendido como uma demonstração da afinidade entre ser e liberdade, delimitando um campo que ele denominou de esfera da vida ética. (PAULINO, 2003, p.76).

Assim, o meio para a construção do sistema como pensamento da liberdade ou como ética, deve obedecer aos seguintes passos: a lógica, o natural, o fenomenológico e o espiritual.

No caso da fenomenologia, ela é o fundamento essencial de todo o pensamento filosófico e é a descrição de uma dialética própria do espírito que o leva até o início do filosofar.

Sobre a filosofia do espírito, Hegel afirma:

O espírito, desenvolvendo-se em sua identidade, é o espírito enquanto cognocente (aquele que conhece), contudo o conhecer aqui não é compreendido simplesmente como o é a determinação da idéia enquanto lógica (Enc § 223), mas com o espírito concreto se determina para ser esse conhecer [...] Na alma desperta a consciência; a consciência põe-se como razão, que despertou imediatamente para ser a consciência que sabe de si mesma, a qual se liberta através de sua atividade para (ser) objetividade, para (ser) consciência de seu conceito (HEGEL (s/d) *apud* TREIN, 2002, p.168).

Para Mattar Neto (2004, p.178), em Hegel sujeito e objeto são compreendidos como processo de mudança do Absoluto e a característica relevante do absoluto é o movimento que ocorre entre o sujeito e o objeto. O conceito de *vir a ser* constitui a essência na obra do filósofo no sentido de que a vida é desenvolvimento, devir, implica a contradição. Hegel relaciona o mundo a um organismo vivo:

O botão desaparece no desabrochar da flor, e poderia dizer-se que a flor o refuta; do mesmo modo que o fruto faz a flor parecer um falso ser da planta, pondo-se como sua verdade em lugar da flor: essas formas não só se distinguem, mas também se repelem como incompatíveis entre si. Porém, ao mesmo tempo, sua natureza fluida faz delas momentos da unidade orgânica, na qual, longe de se contradizerem, todos são igualmente necessários. É essa igual necessidade que constitui unicamente a vida do todo (HEGEL, 1992, p.22).

### 2.6.9 A Escola de Frankfurt

A teoria crítica da Escola de Frankfurt preocupou-se, sobretudo com o contexto social e cultural do surgimento de teorias e valores do mundo da sociedade industrial avançada. Dentre os seus pensadores encontram-se Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Eric Fromm, Walter Benjamin, representando “a primeira geração” dessa escola e Jürgen Habermas, representando a “segunda geração”. Suas teorias críticas tiveram como ponto de partida os pensamentos de Marx, Freud e as influências recebidas de Weber, Kant, e Hegel. No presente estudo, será analisada a contribuição de Adorno, Horkheimer e Habermas para a reflexão acerca da ética.

Conforme Passos (2004, p.46), a confiança absoluta na razão e a confiança na ciência como condição de crescimento individual e social são características dos séculos XVIII e XIX. A razão era considerada único critério de verdade, responsável pela emancipação do homem e pela sua realização. Foi nesse período que se passou a questionar a confiança incondicional na razão, aflorando assim a Escola de Frankfurt, movimento responsável pelos debates e reflexões acerca dos estudos sobre a razão.

As reflexões dessa corrente de pensamento estão contidas nas páginas da Revista de Pesquisa Social, instrumento utilizado como porta voz do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, que possibilita a compreensão do espírito europeu do século XX. Os pensadores que contribuía com suas reflexões para a revista adotavam um posicionamento crítico acerca dos principais aspectos da economia, da sociedade e da cultura daquela época ao mesmo tempo em que, no caso de alguns, havia o engajamento na militância política. Por isso, os escritores foram perseguidos pelas correntes conservadoras que sustentavam o crescimento dos regimes totalitários da Europa naquele período (WIGGERSHAUS, 2002, p.33-35).

O Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt foi fundado no ano de 1924 e, com o fortalecimento do nacional-socialismo, foi compelido em 1933 a mudar-se para Genebra, tempos depois para Paris e por último para Nova York. Em Nova York a revista foi publicada com o título de Estudos de Filosofia e Ciências Sociais. Com o êxito dos aliados na Segunda Guerra Mundial, os representantes da revista tiveram a oportunidade de voltar para a Alemanha e reorganizar o Instituto no ano de 1950, conforme será visto a seguir (WIGGERSHAUS, 2002, p.56).

Theodor Wiesengrund Adorno (1903-1973) nasceu em Frankfurt e, no período do movimento nazista, refugiou-se na Inglaterra, só retornando à terra natal por volta dos anos 50, quando então contribuiu para a reconstrução do Instituto de Pesquisas Sociais (PASSOS, 2004, p.46).

Apesar de ter estudado música, Adorno mostrou-se mais talentoso como comentarista musical do que como compositor. Ele não se sentia reconhecido o suficiente por seu valor no círculo de Schönberg e, apesar de não ter desistido completamente do seu desejo de ser músico, acalentava cada vez mais a vontade de fazer uma carreira universitária em filosofia, direcionada para a estética. Graduou-se nesse curso e, em 1938, transferiu-se para os Estados Unidos, onde escreveu em colaboração com Horkheimer, a Obra Dialética do Iluminismo (1947) (WIGGERSHAUS, 2002, p.112).

Quando estava refugiado nos Estados Unidos, Adorno realizou, conjuntamente com outros pesquisadores, um estudo julgado como um modelo de sociologia empírica chamado “A Personalidade Autoritária” que foi publicado em 1950.

Ao analisar as idéias de Adorno, que se articulam entre filosofia e literatura, observa-se uma forma de pensar a ética e o sujeito em relação aos discursos positivista e capitalista, de forma que é possível cotejar olhares acerca da postura ética do sujeito da ciência para o contemporâneo. No lugar de uma linguagem positivista pura e simples, Adorno propõe o uso da negativa (WIGGERSHAUS, 2002, p. 636-637).

Segundo Wiggerhaus (2002, p. 635), Adorno não admite uma saída que não esteja no campo do esclarecimento. E o esclarecimento tem que tomar consciência de si mesmo e não ser intermediado ou agenciado: “esclarecer o esclarecimento”.

Nesse sentido, Adorno (1985, p.14) remete à questão da alienação de bem-estar aparente que o capitalismo produz. Ele acredita ser preferível um povo pobre a um povo rico alienado no sistema capitalista:

A naturalização dos homens hoje em dia não é dissociável do progresso social. O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos. Ao mesmo tempo, estes elevam o poder da sociedade sobre a natureza a um nível jamais imaginado. Desaparecendo

diante do aparelho a que serve, o indivíduo se vê, ao mesmo tempo, melhor do que nunca provido por ele.

Adorno, juntamente com Horkheimer, também analisa a indústria cultural como representante da ideologia dominante e empenhada em estabelecer o consumo (PASSOS, 2004, p.46).

O termo indústria cultural foi empregado pela primeira vez em 1947, quando da publicação da *Dialética do Iluminismo*, de Horkheimer e Adorno. No ano de 1962, Adorno explicou que a expressão “indústria cultural” tem como propósito substituir “cultura de massa”, porque o termo último atende aos interesses dos proprietários dos veículos de comunicação de massa. Aqueles que defendem o uso da expressão “cultura de massa” desejam dar a entender que se trata de uma cultura aflorando de forma natural das próprias massas.

Para Adorno (1985, p.137), que se opõe a esse tipo de análise, a indústria cultural, ao pretender à integração vertical de seus consumidores, não somente adapta seus produtos ao consumo das massas como também determina o próprio consumo. Dessa forma, a indústria cultural, interessada nos homens apenas como consumidores ou empregados, reduz a humanidade às condições que atendam a seus interesses.

Em outras palavras, a indústria cultural carrega em seu eixo todas as características do mundo industrial moderno, desempenhando uma função específica de representar a ideologia dominante, em cumplicidade com a ideologia capitalista, colaborando com êxito para deformar as relações entre os homens e destes com a natureza. Assim, Adorno compreende que o produto de tais deformações constitui uma espécie de anti-iluminismo (ADORNO, 1999, p.8).

Nesse sentido, Adorno (1999, p.8) considera que o iluminismo tem como intuito tornar o indivíduo livre do medo, transformando-os em seres independentes e livrando o mundo do mito e da magia. Isso poderia ser conseguido por meio da ciência e da tecnologia, sinalizando que o movimento instituiria o domínio do homem sobre a técnica e sobre a ciência. Entretanto, livre do medo mágico, o homem foi vitimado pela evolução da dominação técnica, o que se tornou um instrumento eficaz usado pela indústria cultural para frear o desenvolvimento da consciência do povo. A indústria cultural, nas palavras de Adorno “impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente”.

Para Adorno (1985, p.123-125), ao impor limites na consciência das massas e ao estabelecer o domínio da mecanização sobre o indivíduo, a indústria cultural determina aspectos que favorecem a inserção de um mercado caracterizado pela má-fé, cujos consumidores ou empregados são enganados de forma contínua. Assim, percebe-se em Adorno uma preocupação com a questão da falta de ética no homem moderno, caracterizado como egoísta, numa sociedade marcada pela razão instrumental.

Contudo, Adorno não se encerra numa visão totalmente pessimista, e procura mostrar que é possível encontrar uma alternativa, cuja temática é abordada na sua obra Teoria Estética, cujo teor não será analisado no presente estudo.

Para Mendonça (2003, p.128-129), a contribuição de Adorno consiste em relacionar aspectos que são naturalmente desligados, como o público e o privado, de forma que sejam entendidos numa abordagem na qual a ética se transforme num instrumento que possibilite a ação transformadora do universo. Desse modo, Adorno provoca a reflexão acerca da ética a partir do posicionamento do indivíduo e da crueldade percebida nas mínimas expressões e nos pequenos detalhes.

Adorno e Horkheimer destacam a natureza da relação de caráter ético existente entre os indivíduos do seguinte modo:

O olhar penetrante e o olhar que ignora, o olhar hipnótico e o olhar indiferente, são da mesma natureza: ambos extinguem o sujeito. Porque a esses olhares falta a reflexão, os irrefletidos deixam-se eletrizar por eles. Eles são traídos: as mulheres se vêem rejeitadas, a nação reduzida a cinzas. Assim, o ensimesmado é uma caricatura do poder divino. Assim como o seu gesto soberano falta inteiramente o poder de criação na realidade, assim também lhe faltam, como ao demônio, os atributos do princípio que ele usurpa: o amor atento e a liberdade auto-sustentada. Ele é mau, levado pela compulsão e tão fraco quanto sua força. Assim como se diz que a onipotência divina atrai as criaturas para si, assim também a potência satânica e imaginária tudo atrai para dentro de sua impotência. Eis aí o segredo de seu domínio (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p.178-179).

Na segunda fase da Escola de Frankfurt, segundo Passos (2004, p.48), Habermas desenvolve sua teoria no mesmo sentido de Horkheimer. Para ele, a teoria deve ser crítica, engajada nas lutas políticas do presente, e estabelecer-se em nome do futuro revolucionário para o qual atua.

O pensamento filosófico de Habermas pode ser analisado em termos de uma crítica do positivismo e da ideologia dele resultante. No plano da filosofia social, Habermas critica a filosofia teórica tradicional, assim como o fazia Horkheimer.

De acordo com Guerreiro Ramos (1989, p.8), o interesse de Habermas foi o desenvolvimento de uma teoria crítica da sociedade.

Para Passos (2004, p.48), a ética desenvolvida por Habermas baseia-se no princípio da ação comunicativa, da utilização da linguagem como forma de atingir a aceitação e para isso torna-se essencial o fortalecimento das estruturas que possam estabelecer um estado de liberdade.

Desse modo, o filósofo preconizava uma Ética do Discurso. Nessa ética, o princípio moral só é legítimo ao ser capaz de contemplar a posição de todos os envolvidos por meio da participação efetiva e não por meio da sua permissão. Isso pode ser explicado segundo Habermas (1989) *apud* Passos (2004, p. 48): “ao entrarem numa argumentação moral, os participantes prosseguem seu agir comunicativo numa atitude reflexiva com o objetivo de restaurar um consenso conturbado”.

Conclui-se neste capítulo a representação das teorias éticas filosóficas que servirão de base para as abordagens éticas aplicadas ao campo da administração.

### 3. A ÉTICA EMPRESARIAL

#### 3.1 Modelos de Ética Empresarial

Na atualidade, a questão da ética nos negócios vem assumindo crescente importância.

Segundo o olhar de Enriquez (1997b, p.7) “O termo ética, anteriormente reservado ao mais árduo labor filosófico e praticamente desconhecido do grande público, apareceu com força na linguagem e na prática das organizações e instituições modernas”.

Para Brigham e Houston (1999, p.16), a ética empresarial pode ser entendida como “a atitude e a conduta de uma empresa em relação a seus empregados, clientes, comunidade e investidores”. Para os autores é essencial que essa relação considere o respeito a leis e regulamentos quanto à elaboração de seus produtos, prestação de serviços, destinação ambiental dos rejeitos das atividades produtivas, qualidade, meios, métodos de comercialização, relações com investidores e acionistas, entre outros.

Assim, o comportamento ético premia a empresa ao fortalecer a sua imagem perante investidores e comunidade, ao atrair talentos e manter satisfeito o corpo de funcionários e ao permitir ampliar os negócios com clientes que compartilhem da mesma linha ética de atuação.

Nesse sentido, Nash (2001, p.7) conceitua ética nos negócios como “a forma pela quais normas morais pessoais se aplicam às atividades e aos objetivos da empresa comercial”. A ética nos negócios estudada de forma integrada às operações, permeia as ações daqueles que detêm o poder de decisão na empresa.

Desse modo, a ética está relacionada com a constituição de hábitos e o padrão de escolhas comumente adotadas pelos administradores para suas ações e que direcionam o restante da organização. Segundo Nash (2001, p.7):

Essas atividades e escolhas são alimentadas pelo sistema moral de valores pessoais próprios, mas este, com freqüência, sofre uma transformação em suas prioridades ou sensibilidades quando operado dentro de um contexto institucional de severas restrições econômicas e pressões, assim como pela possibilidade de adquirir poder.

Ainda de acordo com Nash (2001, p.52-88), o gestor, para atingir aqueles objetivos desejados pelos acionistas, toma decisões que em geral compreendem três áreas básicas: escolhas quanto à lei, escolhas em áreas de valores humanos e escolhas que levam em consideração o interesse próprio.

Quanto à lei, as escolhas apresentam-se como um quesito concreto e muito aderente aos regimes jurídicos como o brasileiro que tem origem no direito romano e, assim, não se admite a resolução de conflitos pela adoção do costume. O gestor, ao escolher de que forma a lei se aplica ou não ao seu caso, faz juízo de valor conforme suas crenças pessoais e institucionais.

As escolhas relativas a valores humanos referem-se às ações que têm por base a responsabilidade social e ao reparo de danos a terceiros por iniciativa própria de quem os causou independente de ser ou não uma obrigação prevista em lei.

As escolhas, tendo por base o interesse próprio, ocorrem quando os objetivos individuais vêm antes dos interesses organizacionais ou daqueles que possuem interesses legítimos nos resultados da organização e incluem decisões quanto aos direitos de distribuição de dividendos aos acionistas, por exemplo.

A base ética da organização envolve o processo de como as escolhas são realizadas e a repercussão destas escolhas na vida da organização.

As escolhas são feitas em ambientes cada vez mais competitivos, na emergência de decisões empresariais de curto prazo, na urgência do lucro garantido e na demanda por habilidades individuais excepcionais.

À primeira vista, ética e objetivos econômicos parecem caminhar por vias diferentes.

De outro modo, para Leisinger e Schmitt (2001, p.183):

o que faz a diferença entre a economia pura e a ética empresarial é que a primeira acha que sua tarefa se esgota no maximizar a riqueza, e que isto não exigiria nenhuma justificativa ética. A ética empresarial, pelo contrário, tende ao bem mais amplo de todas as pessoas.

Na visão de Leisinger e Schmitt (2001, p.183) não há conflito entre os conceitos de ética e fins econômicos, porque enquanto “a economia pura se detém na meta do sucesso material, a ética empresarial tem consciência do objetivo do êxito material. A diferença entre uma e outra está no alcance do pensar e do agir”.

### 3.2 A Natureza da Ética Empresarial

Cohen (2003, p. 35-43) coloca os dilemas da ética como um dos assuntos mais discutidos pelas empresas no mundo inteiro. Desde os inúmeros escândalos desencadeados pelas fraudes contábeis que se abateram sobre a economia americana no ano de 2002 e transformaram o processo de duas décadas de glorificação dos executivos, um brado moralizante atingiu o mundo organizacional.

Segundo Cohen (2003), nesse contexto, a ética, definida como transparência nas relações e preocupação com o impacto de suas atividades na sociedade, vem sendo vista como uma espécie de requisito para a sobrevivência das empresas. Nenhuma organização quer ter o destino de uma Enron ou de uma WorldCom, impulsionadas para a concordata ou até mesmo desaparecer como ocorreu com a Arthur Andersen.

Cohen (2003, p.35) fala de exemplos que comprovam o desenvolvimento do discurso ético nos últimos anos, como a criação da organização americana *Business for Social Responsibility* que reúne mais de 1.400 empresas filiadas e que faturam juntas mais de 2 trilhões de dólares por ano.

No Brasil, o Instituto Ethos (2004) tinha 11 associados, no ano de sua fundação, 1988 e, atualmente, o número de sócios, que representa 30% do PIB do país, ultrapassou a casa dos 750.

A *Ethics Officer Association*, fundada em 1992 com 12 sócios, conta, hoje em dia, com mais de 890 membros, dos quais 150 se filiaram depois dos escândalos. No ano de 2000, foi fundado a *Social Accountability International* (SAI) com o objetivo de implementar o selo SA 8000, que certifica a conduta ética das empresas em relação aos trabalhadores e o respeito aos direitos humanos, nos moldes da ISO 9000 e da ISO 14000; outra organização, citada por Cohen (2003), a *Accountability*, com sede no Reino Unido, lançou em 2003 seu certificado de comportamento ético, o AA-1000 e a empresa brasileira Souza Cruz, que é subsidiária da *British American Tobacco*, foi a primeira empresa do Brasil a se associar (COHEN, 2003, p.35).

Conforme Srour (2000), o meio empresarial está permeado de contradições éticas. Os objetivos da empresa de maximizar o lucro vão de encontro com os objetivos dos empregados de receber o maior salário possível. O desejo dos fornecedores de cobrar preços confortáveis colide com o desejo dos clientes de ter

produtos de boa qualidade e preço baixo. O desejo de um executivo de contratar um amigo choca-se com a necessidade da organização em buscar o candidato mais competente que o mercado possa oferecer e com a exigência da sociedade de dar oportunidade igual para todos. No mundo dos negócios, os dilemas éticos parecem complicados porque os benéficos da conduta ética aparentam ser, num primeiro momento, pouco quantificáveis.

Segundo Arruda (2002, p. XI), ética significa pensar e agir bem e tal definição no passado seria filosoficamente admirável, fantasiosa e impossível no dia-a-dia das organizações. Por outro lado, os dirigentes de organizações brasileiras já perceberam que a ética é algo sério e que começa a fazer sentido, significando até a sobrevivência das empresas.

Ainda conforme Arruda (2002, p.7), cabe aos responsáveis pela organização a incumbência de proporcionar momentos de reflexão, para que o patrimônio moral da instituição não seja destruído. Uma das formas citadas pela autora, para a consecução desse objetivo, são os programas de educação ou treinamento que propicie aos gerentes e funcionários o reconhecimento de suas responsabilidades profissionais e o aprofundamento nos critérios éticos para fundamentar suas difíceis tomadas de decisão.

Some-se ao pensamento de Arruda, as diversas tentativas de evitar gestões fraudulentas nas sociedades anônimas de capital aberto como, por exemplo, a aprovação da Lei *Sarbanes-Oxley* aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos no início do ano 2002.

Nas palavras de Humberg (2005, p.A-3):

A Lei, que como tudo nos Estados Unidos recebeu apelido – SOX ou SARBOX – cria obrigações para todas as empresas com ações negociadas nas bolsas norte-americanas, o que inclui 37 sociedades anônimas brasileiras, além das filiais de empresas de capital aberto de outros países com subsidiária no País. Na opinião da maioria dos especialistas, apesar dos altos custos de adaptação à SARBOX, a maior parte das empresas tem bastante a ganhar com a valorização de suas ações e o reconhecimento dos investidores e da sociedade sobre a melhoria da governança corporativa.

A Lei criou uma diversidade de mecanismos de controle de riscos de responsabilidade dos administradores, incluindo a existência de um código de ética.

Entretanto, Humberg (2005) alerta no sentido de que é necessário desenvolver um programa de ética além do desenvolvimento e da distribuição de um código de ética. O autor argumenta que pesquisas indicam que os administradores e

empregados das empresas consideram o manual de como proceder eticamente uma mera formalidade.

### 3.3 A Natureza da Ética Empresarial no Brasil

Nas organizações brasileiras, a ética pode ser percebida como uma extensão das relações que os indivíduos mantêm entre si na sociedade. Questões que caracterizam as relações dos indivíduos em nossa sociedade repercutem e alcançam as relações que as instituições processam com a sociedade.

Nesse sentido, Zajdsnadjder (2001, p.11) considera que em “nossa sociedade, seu cotidiano tão tenso e difícil, remetem-nos a situações em que, mais do que de ética, colocam-se questões de sobrevivência imediata”.

Srouf (1998, p.286-288) observa a existência de uma dupla moral manifesta nas relações da sociedade brasileira: a moral da integridade e a moral do oportunismo.

As características da sociedade brasileira são apresentadas por Paulino (2003, p.104) como:

A moral oficial, edificante e convencional, uma retórica pública difundida nas escolas, nas igrejas e na mídia. Seus valores são a honestidade a lealdade, o respeito à verdade e à legalidade. Expressam o perfil de um indivíduo de caráter, digno de confiança, decente, cumpridor de suas obrigações e fiel à palavra empenhada, alguém virtuoso e inflexível na preservação de seus valores. A moral do oportunismo, moralidade oficiosa, pragmática e interesseira, praticada com objetivos particulares ou como ação entre amigos, celebra o uso da “esperteza”, cuja expressão pode ser encontrada no famoso *jeitinho brasileiro*.

Aos indivíduos cabe a conduta moral das empresas. Estes processam suas decisões considerando “os princípios que determinam seus atos, o(s) meio(s) usado(s) para executar os atos, as circunstâncias em que ela é tomada, os fins alcançados e suas conseqüências”. O indivíduo avalia e internaliza suas decisões com base em duas correntes teóricas principais: a Deontológica e a Teleológica, ou por outros modelos de avaliação ética como: a Ética Convencionada, o Relativismo e a Ética das Virtudes (PAULINO, 2003, p.109).

O Quadro 1 apresenta a classificação teórica da ética empresarial e suas afirmativas:

Quadro 1 - Teorias da Ética Empresarial.	
<b>DEONTOLÓGICAS OU ÉTICA DA CONVICÇÃO</b>	
TEORIA	MÁXIMAS
<b>Princípio</b>	Decisões decorrem da aplicação de valores preestabelecidos. Respeitar as regras, haja o que houver.
<b>Esperança</b>	Baseada em ideais, em valores. O sonho antes de tudo.
<b>TELEOLÓGICAS OU ÉTICAS DA RESPONSABILIDADE</b>	
TEORIA	MÁXIMAS
<b>Finalidade</b>	A partir dos fins é que se definirão os meios. Alcançar os objetivos, custe o que custar.
<b>Conseqüência ou Utilitarista</b>	Conhecer as conseqüências e os afetados pela ação. Fazer o maior bem para o maior número de pessoas.
<b>Egoísmo ético</b>	As decisões devem maximizar o interesse próprio. Interesse pessoal e autopreservação como reguladores.
<b>OUTROS MODELOS ÉTICOS</b>	
TEORIA	MÁXIMAS
<b>Ética convencionalada</b>	Uma combinação coerente de motivação do lucro e valores altruístas.
<b>Relativismo</b>	Avaliação subjetiva da natureza ética. A base são as experiências do indivíduo e do grupo. Nada é absoluto ou objetivo em questões éticas.
<b>Ética das virtudes</b>	O que é moral, não é apenas o que moralidade convencional exige, mas também o que a pessoa de bom caráter considera apropriado.
Fonte: Paulino (2003, p.110).	

### 3.4 Teoria Deontológica

O juízo particular do que é certo ou errado para cada situação, podendo se balizar por normas gerais ou universais é o pilar de sustentação da orientação deontológica. A conduta que se limita por ideais e pela defesa inflexível de valores, muitas vezes além de sua própria segurança pessoal, é conhecida como Ética da Esperança. A ética que tem como base convicções ou princípios morais norteadores da conduta individual é denominada Ética de Princípio (PAULINO, 2003, p.114-115).

Para Srour (2000, p. 51), a Ética de Princípio “se atém rigorosamente às normas morais estabelecidas, num deliberado desinteresse pelas circunstâncias, e cuja máxima sentença: ‘Respeite as regras, haja o que houver’”.

### 3.5 Teoria Teleológica

De outro modo, a orientação teleológica baseia-se na análise da situação e dos objetivos, dos pontos favoráveis e desfavoráveis das ações, tentando validar a melhor decisão.

A Ética da Finalidade “determina que a bondade dos fins justifica as ações empreendidas e supõe que todas as medidas necessárias serão tomadas”. A organização e os indivíduos ao definirem qual a missão, os objetivos de longo prazo, valores, preocupações organizacionais, que sociedade deseja construir, têm os parâmetros que possibilitam escolher os meios que levarão a consecução destes fins. A Ética Utilitarista “exige que as ações produzam o máximo de bem para maior número, isto é, que possam combinar a mais intensa felicidade possível (critério de eficácia), com a maior abrangência populacional (critério de equidade)” (SROUR, 2000, p.54).

Assim, o estudo da ética utilitarista não considera as regras que dirigem a tomada de decisão e sim qual o resultado que beneficiará um maior número de indivíduos. Nesse sentido, algumas decisões que seriam inaceitáveis na ética da finalidade por violar uma norma de conduta moral, seriam aceitas pela ética utilitarista se elas trouxerem benefícios para um maior número de pessoas.

No Egoísmo Ético, os interesses pessoais prevalecem sobre os interesses da empresa e dos indivíduos. Nas organizações é natural as práticas de incentivo à superação de vendas e metas de produção, à competitividade individual, à superação de limitações intelectuais, que acabam por reforçar e estimular a preocupação com o emprego, com a empregabilidade, com o que é bom para o indivíduo, com o que reforça sua posição na empresa, sua importância, valores que estão associados ao egoísmo ético.

Desse modo, o indivíduo é tomado pela urgência da tomada de decisões em um ambiente demandante por lucros cada vez maiores e melhores que no passado. Numa sociedade cada vez mais atenta à imagem ética e à responsabilidade social da empresa, o indivíduo age não em função de um determinado modelo ético, mas segundo as características do fato que originou sua decisão.

Para Srour (2000, p.54-55), o que há na empresa é um pluralismo ético em que o gestor encontra-se envolvido e que se pode denominar de ética

situacional. Assim, os acontecimentos que se apresentam em determinada ocasião são aqueles que descrevem a ética a ser adotada e, por conseguinte a imagem e os valores morais da organização e do indivíduo.

A obtenção do lucro na empresa por si só é a consequência do empreendimento dos melhores esforços individuais. Esses esforços seguem, em última análise o interesse próprio, o que move o indivíduo a superar uma remuneração deficiente, estresse, diminuição do tempo de lazer.

Chauí (2001, p.345) afirma nesse sentido que:

A natureza nos impele a agir por interesse. Esta é a forma natural do egoísmo que nos leva a usar coisas e pessoas como meios e instrumentos para o que desejamos. Além disso, o interesse nos faz viver na ilusão de que somos livres e racionais por realizarmos ações que julgamos terem sido decididas livremente por nós, quando, na verdade, são um impulso cego determinado pela causalidade natural. Agir por interesse é agir determinado por motivações físicas, psíquicas, vitais, à maneira dos animais.

### 3.6 Outros Modelos (Convencionada, Relativismo, Virtudes, Justiça)

A Ética Convencionada é o modelo proposto por Nash (2001, p.20-21) que ressalta a importância da conciliação entre ética e o sucesso nos negócios. O sucesso econômico da empresa não é traduzido pelo lucro que ela obtém, mas como consequência das ações que intermediaram benefícios para a sociedade e para os indivíduos na organização, numa atmosfera de respeito e de elevação do grau de comprometimento com os valores humanos.

Assim se refere Nash em relação à Ética Convencionada:

A Ética convencionada fornece uma combinação coerente de motivação do lucro e valores altruístas que ajudam a confiança e a cooperação entre as pessoas. Ela tem três aspectos essenciais: 1) percebe, como objetivo primário, a criação de valor em suas muitas formas; 2) percebe o lucro e outros retornos sociais não como objetivos dominantes, mas como resultado de outras metas; 3) aborda os problemas empresariais mais em termos de relacionamento do que de produtos tangíveis (NASH, 2001, p.20-21).

O Relativismo estabelece que os valores morais são contemporâneos, ou seja, servem aos padrões de conduta da atualidade e portanto são justificados com base nas expectativas atuais da sociedade e não nas aspirações teóricas do passado. Para Paulino (2003, p.129):

Cada pessoa deve decidir sobre o que é ou não ético baseando em suas próprias convicções, em suas próprias experiências, tomando como base a própria pessoa e aquelas que estão em volta para determinar o que é ético. Desta forma, o que é ético para uma determinada pessoa, pode não ser para outra.

As atitudes podem, portanto, ser explicadas por meio do conjunto de valores e crenças do indivíduo, sendo sempre defensáveis sob qualquer olhar. O estabelecimento preciso e claro do arcabouço ético da organização diminui o relativismo ético na tomada de decisões.

A Ética das Virtudes é a expressão em ações dos valores morais obtidos pela experiência de vida. Paulino (2003, p.132) afirma que:

A virtude é algo adquirido pelo indivíduo ao longo do tempo, conforme o seu desenvolvimento social. O indivíduo pode ter hábitos de comportamento que o caracterizam como uma pessoa com preocupações morais. Aquele que possui as virtudes como traço de seu caráter procurará praticá-las ao longo de sua vida e se sentirá bem ao fazê-lo.

No contexto da organização, a ética das virtudes reúne as experiências profissionais do indivíduo, o que significa dizer, as experiências nas organizações nas quais o indivíduo trabalhou e vivenciou os valores empresariais, expressos na cultura da empresa, regras, estabelecimento de sua missão, objetivos, ambiente de trabalho e envolvimento social.

A formação de um conjunto de valores morais não parece ser uma tarefa fácil se for considerado que os indivíduos absorvem valores dos mais diversos quanto maior for o número e o tempo vivido em empresas pelas quais tiver tido experiências profissionais. A ocorrência de conflitos entre modelos éticos empresariais não é uma possibilidade remota na experiência mundial em face da existência de organizações multinacionais e da ocorrência da globalização das economias nacionais.

A condução ética da organização tem como agentes principais os administradores e os acionistas. A questão que surge diz respeito ao grau de comprometimento das relações entre acionistas e administradores sob o conceito da ética dominante nesta relação. A repercussão desta problematização do conflito de agência na conduta ética foge, no entanto, ao escopo deste estudo.

Não são raros os casos em que a derrocada de uma organização esteve relacionado ao seu posicionamento ético. São exemplos de desvios de conduta de administradores e empresas de auditoria os escândalos ocorridos nos anos 90 envolvendo a Enron, empresa de energia norte-americana, e mais recentemente em 2004, com a empresa italiana Parmalat.

Para estes casos, a imagem da empresa percebida pela sociedade era bem diferente das verdadeiras práticas administrativas que Grajew (2004) assim descreve:

A Enron, por exemplo, tinha código de ética. O então presidente da companhia, Kenneth Lay, fazia palestras sobre ética empresarial, mas roubava os acionistas, enganava os funcionários, que perderam seus empregos e aposentadoria.

### 3.7 A Evolução do Conceito de Ética nos Negócios e nas Empresas

Segundo Nash (2001, p.4), apesar de uma parte dos administradores estar preocupada em manter elevados padrões éticos, uma outra parte considera que a questão da ética não pode estar associada à economia e ao mundo dos negócios. A percepção dessa segunda parte é de que o ambiente empresarial está desarticulado do macro ambiente que envolve toda a organização: “encaram a moralidade como uma questão exclusiva de caráter pessoal”. Para corroborar esta leitura, a autora exemplifica a seguinte situação:

Em recente aula de política empresarial em nível de pós-graduação, pediu-se aos alunos que comentassem um impressionante credo corporativo que combinava funções empresariais práticas com ideais éticos. Um aluno afirmou que o documento era falho, pois tentava conciliar duas coisas muito diferentes. Ele violava seu senso de ordem. “Afinal de contas”, disse, “a ética não tem relação direta com a participação no mercado ou com os lucros. Ela deveria fazer parte de um documento separado. Sabe, a ética é algo muito pessoal, diz respeito a si mesma”. A maior parte dos alunos meneou a cabeça sagazmente.

Assim, para que seja analisada a evolução do conceito de ética nos negócios, faz-se necessário o entendimento do termo:

Ética dos negócios é o estudo da forma pela qual normas morais pessoais se aplicam às atividades e aos objetivos da empresa comercial. Não se trata de um padrão moral separado, mas do estudo de como o contexto dos negócios cria seus problemas próprios e exclusivos à pessoa moral que atua como um gerente desse sistema (NASH, 2001, p. 7).

Nesse sentido, retoma-se a ética de Aristóteles (2003, p.40) que explicou a virtude como uma questão relacionada ao hábito ou a possibilidade treinada da escolha de modo que a ética nos negócios considera os hábitos e os caminhos que os administradores percorrem no que está relacionado ao seu papel na organização.

A evolução dos conceitos de ética nos negócios no Brasil evolui conforme o Quadro 2, a partir da segunda metade do século XX até o início do século XXI, sendo suas características discutidas a seguir.

Quadro 2 - Cronologia da abordagem ética em negócios.

ANOS	PRINCIPAIS TÓPICOS DE ÉTICA EM NEGÓCIOS
1950	Desumanização do trabalhador Acordos sobre preços
1960	Preservação do meio ambiente Política do complexo industrial-militar
1970	Defesa do Consumidor contra práticas enganosas Códigos corporativos de Conduta
1980	Capacidade moral dos indivíduos Diferenças culturais entre nações
1990	Ganância, desonestidade e conflito de interesses.
2000	Formação ética dos gestores

Fonte: elaboração da autora com base em Nash (2001, p.8) e Passos (2004, p.66-67).

De acordo com Nash (2001, p.7-8), na década de 50, a preocupação ética se limitava às discussões sobre preços e a desumanização da força de trabalho.

Já na década de 60, a Guerra do Vietnã provocou a indignação moral da sociedade contra a violência militar e contra a política industrial-militar dos grandes grupos empresariais. Nesse período, no campo das Leis, foram instituídas mudanças no sentido de controle à poluição conforme os padrões do Departamento do Meio Ambiente do Governo dos Estados Unidos.

O enfoque da ética empresarial nos anos 70 se voltou para temas que abordavam a defesa do consumidor contra práticas enganosas e a favor dos códigos corporativos de conduta. No fim dessa década, problemas relacionados a propaganda enganosa e proteção ao meio ambiente tomam impulso nos debates éticos.

Nash (2001, p.7-8), destaca que na década de 80, o foco está voltado para a capacidade moral dos indivíduos, de modo que os valores pessoais de um administrador e a sua retidão de caráter passaram a ser questões urgentes para a organização. Em pesquisa realizada com 1.500 executivos de 20 países pela Korn/Ferry e *Columbia University*, a ética pessoal foi classificada como requisito número um para que um presidente de empresa possa ultrapassar os anos 2000.

Conforme Andrade e Dias (2003, p.141-142), foi a partir da década de 90 que diversas mudanças verificaram-se no âmbito social, tecnológico, econômico e político, pressionando as organizações a atentar para a utilização de métodos e estratégias cujo objetivo fosse acompanhar, avaliar, medir e prestar contas a outros grupos de *stakeholders* dos aspectos relacionados ao meio ambiente. Desse modo,

surgiram normas, certificações e balanços ambientais e os respectivos sistemas gerenciais necessários à sua implantação.

Indo mais além, Passos (2004, p.67-69) analisa que na década de 90, colocase em foco a questão da ambição exacerbada e da falta de honestidade que toma corpo a partir de situações relacionadas ao tráfico de influências. A concorrência desleal e o conflito de interesses, fazendo desaparecer empresas tidas como sólidas, também são marcos característicos desse período.

A partir do ano 2000, alguns temas específicos se delinearam, como um foco de preocupação internacional: corrupção, formação ética dos líderes empresariais e as responsabilidades corporativas. Nesse sentido, torna-se necessário que os gestores passem a perceber a importância das questões morais e não apenas daquelas relacionadas às técnicas de gestão. As fronteiras entre o devido e o indevido são tênues e a formação ética do administrador pode evitar a ocorrência de danos irreparáveis à sociedade.

Nesse sentido, Ashley (2004, p.51) afirma que as organizações deverão equacionar a busca pelo lucro simultaneamente à obediência das leis e a um comportamento ético. Indo mais além, a autora ressalta que mudanças deverão ocorrer nas relações comerciais que envolvem serviços e produtos de modo que as questões éticas sejam consideradas, como a promoção de valores morais e o respeito ao meio ambiente.

De modo semelhante, Arruda et al (2003, p.57), ressaltam que o pensamento Aristotélico dos negócios vem sendo resgatado. A boa empresa deixa de ser aquela que apenas produz lucro e passa a ser aquela que apresenta um clima moralmente gratificante, em que os bons profissionais podem expandir seus conhecimentos assim como suas virtudes.

### 3.8 Responsabilidade Social

Abbagnano (1998, p.855) define responsabilidade como:

a possibilidade de prever os efeitos do próprio comportamento e de corrigir o mesmo comportamento com base em tal previsão...O primeiro significado do termo foi o político, em expressões como "governo responsável" ou "responsabilidade do governo", que exprimiam o caráter pelo qual o governo constitucional age sob controle dos cidadãos e em função deste controle.

Grajew (2004) afirma que é comum no Brasil uma confusão entre os conceitos de responsabilidade social e de ação social. A ação social (filantropia) faz parte da responsabilidade social, porém não se confunde com ela.

Para o Instituto Ethos (2004) o entendimento sobre responsabilidade social envolve:

A noção de responsabilidade social empresarial decorre da compreensão de que a ação das empresas deve, necessariamente, buscar trazer benefícios para a sociedade, propiciar a realização profissional dos empregados, promover benefícios para os parceiros e para o meio ambiente e trazer retorno para os investidores.

O conceito de responsabilidade social é assim referido pelo Instituto Ethos (2004):

Responsabilidade Social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A responsabilidade social da organização pode ser interpretada pela busca por objetivos que representem investimentos diversos para a empresa como: diminuição do impacto ambiental de seu empreendimento, melhorias no ambiente de trabalho, apoio a iniciativas de amparo à comunidade e à cultura e melhorias no ambiente de trabalho.

No ambiente em que a competição empresarial é grande, os custos de ações sociais acabam sendo repassados aos preços de seus produtos e serviços de modo a preservar os lucros normais e as taxas de retorno. As organizações concorrentes que não adotam práticas sociais responsáveis não incorrem nesses custos, podendo manter os preços de seus produtos e serviços, obtendo vantagem comparativa em relação à organização socialmente responsável.

O resultado disso é a perda de competitividade da empresa socialmente responsável e conseqüente redução de lucros. Assim, o objetivo de maximização da riqueza do acionista não estará sendo atingido pelos administradores da empresa, o que pode resultar na eliminação das práticas sociais até então adotadas pela empresa (WESTON e BRIGHAM, 2000, p.14). Segundo esses autores, as ações sociais já referidas dizem respeito àquelas derivadas da decisão voluntária da

organização e não representam as que são realizadas por força de exigência legal ou decorrente de acordos coletivos com sindicatos.

Argumento contrário é proposto por Ashley (2004, p. 84):

Outro ponto importante em relação à responsabilidade social das empresas é a estratégia social de negócios. O valor social em uma empresa pode ser importantíssimo no jogo do mercado. Tal previsão é apontada por inúmeros analistas, consultores, empresários e estudiosos do tema. Se a empresa conseguir reduzir seus custos, melhorar significativamente sua imagem, aumentar sua produtividade, agregar valor a seus produtos e marcas, ou seja, auferir benefícios para sua reputação, a responsabilidade social chega como estratégia para ficar.

Desse modo, a autora examina a responsabilidade social sob a ótica do investimento que gera um diferencial competitivo para as organizações responsáveis socialmente:

A responsabilidade social, além de sua importância intrínseca, agrega um caráter de integração entre a empresa e a sociedade, tendo a prática social e a valorização humana como responsáveis pelo desenvolvimento do público interno e externo, ou seja, pelo desenvolvimento da própria empresa (ASHLEY, 2004, p. 86).

Dessa forma, na visão de Ashley (2004), as organizações têm se conscientizado da mobilização da sociedade civil para exigir das empresas atitudes coerentes com padrões éticos.

Na mesma direção, Kreilton (2004, p.9) afirma:

A abordagem estratégica, característica da *Social Issues Management*, emerge quase simultaneamente à abordagem contratual (início dos anos 80), e procura fornecer ferramentas práticas de gestão, capazes de melhorar o desempenho ético e social da firma. Esta perspectiva, que também pode ser chamada de utilitária ou instrumental, defende a idéia de que, a médio e longo prazos, o que é bom para a sociedade é bom para a empresa – sugerindo, de maneira implícita e correlata, que aquilo que é bom para a empresa também o é para a sociedade, postulado fundamental das teses econômicas neoclássicas.

Para o Instituto Ethos (2004), é importante o fornecimento de princípios que orientem os indivíduos na empresa para a conduta ética ao afirmar que “O código de ética e/ou de compromisso social e o comprometimento da alta gestão com sua disseminação e cumprimento são bases de sustentação da empresa socialmente responsável”. Neste sentido, a expressão Governança Corporativa remete ao conceito de um código de conduta ou código de ética no relacionamento entre a organização e seus acionistas, sob os pilares da ética, da transparência na apresentação dos resultados dos negócios e da composição democrática e isenta do Conselho de Administração.

Desse modo, nos últimos anos as organizações de todo o mundo passaram a buscar guias, princípios, normas e certificações de modo a atestar as ações voltadas para a responsabilidade social conforme Quadro 3.

QUADRO 3: Normas e Certificações

	<b>ISO 14001</b>	<b>INDICADORES ETHOS</b>	<b>SA 8000</b>
Quando surgiu	Criada em 2001 pela ISO, ONG que funciona através de uma rede de institutos. No Brasil é representada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas	Em 2000, lançados pelo Instituto Ethos, voltado para a promoção da responsabilidade empresarial. São atualizados anualmente.	Foi lançada em 1997 pela Social accountability International (SAI), ONG americana.
Objetivos	Define padrões para que as empresas façam gerenciamento ambiental, minimizando continuamente os efeitos nocivo de suas atividades sobre o meio ambiente.	Auxiliar as empresas a gerenciar seus impactos sociais e ambientais por meio de um diagnóstico que abrange temas como valores e transparência, público interno, meio ambiente, consumidores e clientes e comunidade	Tornar os locais de trabalho mais humanos por meio de um padrão global passível de verificação. a conduta proposta pela SA 8000 abrange temas como o trabalho forçado, saúde e segurança, discriminação, horas de trabalho e compensação.
Como aderir	A empresa deve seguir diretrizes e submeter-se a uma auditoria periódica para provar que elas foram incorporadas a seus processos	As empresas respondem a um questionário pela internet. O Instituto Ethos se encarrega de avaliá-los e informa qual o desempenho da empresa em relação aos seus pares	Para obter a certificação a empresa se submete a um processo semelhante ao dos padrões ISO, com adequação às normas e auditorias periódicas.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Herzog (2004, p. 26-27)

De forma conjunta com outros fatores, as normas e certificações estabelecem os procedimentos para que os princípios possam ser seguidos e implementados no cotidiano das empresas com vistas a compor a imagem da empresa perante o mercado (HERZOG, 2004, p.26-27).

Por outro lado, existem autores que partilham da visão de Friedman (1988, p.121) no sentido de que as empresas são entes amorais e o que as define é a busca do seu próprio interesse econômico e não as preocupações com questões sociais.

Na perspectiva de Friedman (1988), a empresa que desvia seus recursos para ações sociais pode prejudicar a sua competitividade.

Há poucas coisas capazes de minar tão profundamente as bases da nossa sociedade livre do que aceitação por parte dos dirigentes das empresas de uma responsabilidade social que não a de fazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas. Trata-se de uma doutrina fundamentalmente subversiva (FRIEDMAN, 1988, p.121).

De modo contrário, Collins e Porras (2000, p. 89), ao examinarem as empresas visionárias e as de comparação concluíram que:

Nós não vimos a 'maximização da riqueza dos acionistas' nem a 'maximização dos lucros' como sendo a força impulsionadora dominante ou o objetivo primário ao longo da história da maioria das empresas visionárias. [...] encontramos uma ideologia central que transcendia as considerações puramente econômicas. [...] encontramos indícios de uma ideologia central com muito mais frequência nas empresas visionárias do que nas empresas de comparação [...].

Collins e Porras (1995, p.15), definiram que empresas visionárias são “instituições líderes de seus setores, muito admiradas pelas outras empresas da área e com um longo registro de impactos significativos sobre o mundo à sua volta”.

Para Nash (2001, p.54), autores como Peter Drucker e Theodore Leavitt validam o pensamento de Friedman:

O trabalho de Milton Friedman, às vezes chamado de capitalismo do *laissez-faires* ou de ponto de vista do mercado livre, talvez seja o exemplo destacado, mas seus argumentos legitimando uma maximização esclarecida do lucro têm sido reafirmados ou embelezados por muitos outros pensadores dos negócios como Peter Drucker, Theodore Leavitt e um exército de outros economistas do livre mercado durante a administração Reagan.

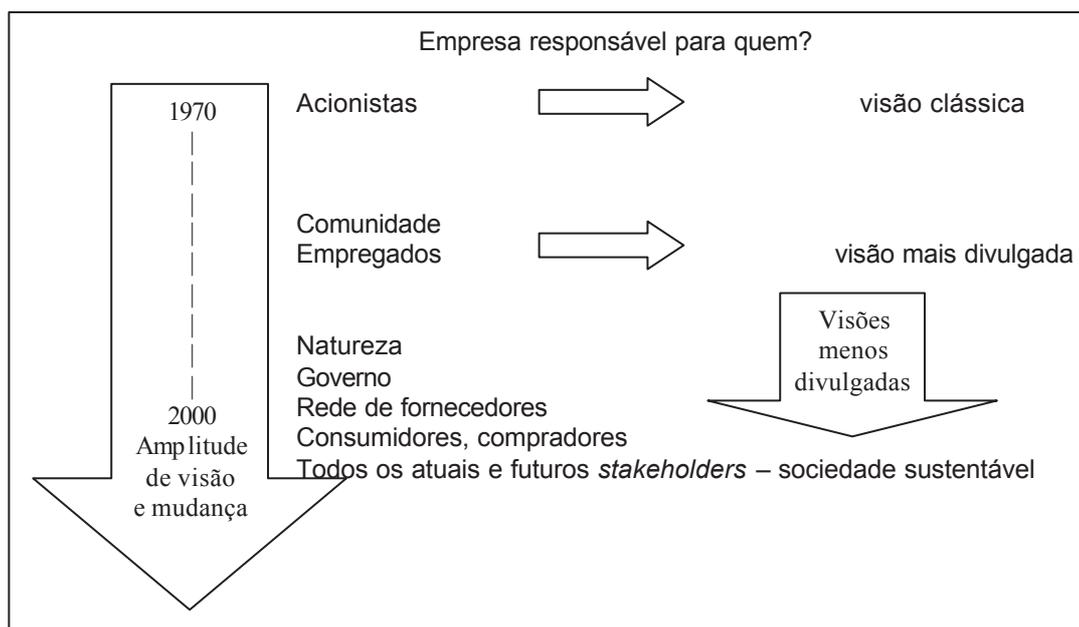
Nessa mesma direção, Ashley (2004, p.20) aponta que o tema responsabilidade social tem evoluído e provocado controvérsias nos últimos 30 anos.

De um lado, autores que se apóiam nos direitos de propriedade de Friedman e na função institucional de Leavitt que defende o argumento de que instituições como sindicatos, igrejas e governos existem para desempenhar o papel de agentes necessários ao exercício da responsabilidade social corporativa.

Do outro lado, autores da área acadêmica, como Donaldson e Dunfee, Carrol, Frederick e Wood, defendem a responsabilidade social como uma das atribuições das empresas num sentido amplo.

O Quadro 4 apresenta as tendências históricas de ética e responsabilidade social corporativa, conforme Ashley (2004):

Quadro 4 - Tendências históricas de ética e responsabilidade social corporativa.



Fonte: Ashley (2004, p.20).

Para Ashley (2004, p. 29-33), o modelo clássico da gestão, ao buscar a maior lucratividade possível para os acionistas, apresenta uma visão antropocêntrica e estimula a competição, o consumerismo bem como o apoderamento da natureza pelo ser humano.

O consumerismo pode ser visto como um credo econômico e social que encoraja as pessoas a aspirarem ao consumo, independentemente das conseqüências. Proponentes da cultura do consumerismo oferecem o crescimento econômico e a globalização dos mercados como a solução para a pobreza mundial, considerando que, assim, cria-se renda para que se atinja um padrão de vida que permita aos excluídos – em grande parte distribuídos pelos países mais pobres e menos desenvolvidos – aderirem ao consumerismo.

A cultura do consumerismo torna-se hegemônica, promovendo a mercantilização das relações sociais entre as pessoas por toda a parte, seja nas escolas, na família, nas áreas de lazer, nas organizações e nas políticas públicas.

De um outro modo, um novo modelo de gestão considera as relações de troca entre ser humano e natureza de modo ilimitado, tendo como objetivos a sustentabilidade, a qualidade de vida e o bem-estar dos *stakeholders*, apresentando uma abordagem ecocêntrica que refuta a dominação do homem sobre a natureza.

Nesse sentido, Passos (2004, p.166) considera que a responsabilidade social “pressupõe consciência e compromisso das empresas com mudanças sociais” e “pressupõe uma nova filosofia, uma nova orientação para as organizações produtivas”.

Indo mais além, Srour (2000, p.262-263) destaca que a responsabilidade social empresarial está relacionada com um processo que envolve decisões éticas, visando o bem-estar coletivo de modo que a conservação do meio ambiente, os interesses da comunidade e o atendimento aos preceitos legais sejam respeitados.

Segundo a organização *Business for Social Responsibility*, a responsabilidade social empresarial não se resume a uma coleção de práticas pontuais, de atitudes ocasionais ou de iniciativas motivadas pelo marketing, pelas relações públicas ou por quaisquer outras vantagens comerciais. Ela abarca uma visão compreensiva de políticas, práticas e programas que perpassam todas as operações do negócio e se traduzem nos muitos processos de tomada de decisão.

Assim, diante da existência de modelos de administração antagônicos, foram escolhidas duas abordagens da gestão para serem discutidas no Capítulo 4: o gerencialismo e o humanismo.

No capítulo quatro a seguir, como já referido anteriormente, será abordado também o ensino da ética nas escolas de Administração, o ensino superior no Brasil e na Bahia e o surgimento das escolas de Administração.

## 4. O ENSINO DA ÉTICA NAS ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO

### 4.1 O Ensino da Administração – O Surgimento das Escolas de Administração

Segundo Meireles e Paixão (2003, p.29-30), em 1561 foi criada a *Merchant Taylor's School* na Inglaterra, tida como a primeira escola de Administração e o seu enfoque era voltado para a Administração Comercial. Em 1881 surgiu, com enfoque técnico, a primeira escola de Administração de nível superior na Universidade da Pensilvânia e no ano de 1908 a *Harvard University* criou o primeiro curso pós-graduação em Administração de Negócios.

Conforme Mintzberg (1973) *apud* Tachizawa *et al* (2001, p.32), o ensino da gestão é o desfecho conseqüente do pragmatismo americano e da herança cameralista. O objetivo do regime cameralista, originado no século XVIII na Prússia, era a análise do serviço do Estado com o propósito de maximizar a eficiência pela utilização de metodologias administrativas, contábeis e financeiras. Essa técnica foi importada pela Wharton School e, em seguida, pela Harvard Business.

O modelo cameralista, posteriormente, recebeu contribuições principalmente da escola clássica e teve o estudo de casos ou da prática *managerial* inserido em sua formação:

É esse tipo de ensino que entrou em crise, em primeiro lugar, porque contribuiu para a formação de gestores que estavam a gerir o declínio da economia americana e, em segundo lugar, porque os casos práticos deixaram de ser casos exemplares, ou seja, as empresas americanas haviam deixado de ser empresas de sucesso (MINTZBERG (1973) *apud* TACHIZAWA ET AL, 2001, p.32).

Segundo Tachizawa *et al* (2001, p.32), Mintzberg (1973) criticava as escolas de gestão pela ênfase dada à técnica, aos elementos quantitativos e à ciência, reduzindo a importância dos aspectos sociais e das questões éticas. Tal crítica foi sustentada em artigo publicado por Hayes e Abernathy (1980, p.67-77).

Nesse sentido, Porter, Muller e Rehder (1989, p.62-76) propuseram um modelo de educação em gestão como alternativa ao modelo tradicional, conforme Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 - Características da gestão de um modelo alternativo ao tradicional.

Dimensões	Modelo Alternativo	Modelo Tradicional
Estratégia e visão	Desenvolvimento de gestores para o novo ambiente organizacional. Ênfase em ciência e tecnologia. Criatividade e ética integradas com o desenvolvimento analítico e processo decisório.	Expansão sustentada pelo número de alunos, funcionários, professores e recursos financeiros.
Filosofia, valores e objetivos	Desenvolvimento do potencial como objetivo primordial de alunos e de professores. Ambiente de cooperação e integração. Currículo dos professores articulado com as transformações mundiais.	Estímulo dos alunos está baseado em competição, oportunidade de emprego e recompensas futuras. Currículo dos professores superespecializados, funcionais e orientados para o mercado.
Recursos Humanos	Alunos, funcionários e professores são percebidos como os principais agentes. Os O corpo discente e docente também é selecionado conforme valores e preocupações extracurriculares.	Crescimento na carreira com base em medidas essencialmente acadêmicas, com pouca ênfase nos valores morais e às relações interpessoais.
Estrutura Organizacional	Todos que compõem a organização têm participação ativa no processo decisório e possuem orgulho de pertencer à instituição. O trabalho em equipe é valorizado.	Processo de decisão centralizado. Corpo docente, administradores e gestores das instituições em contínuo conflito.
Sistemas de gestão	Decisões descentralizadas. Estímulo à criatividade e inovação. Fluidez no processo de comunicação.	Processo de gestão centralizado. Desempenho individual como base da remuneração. Processo de comunicação deficiente.

Fonte: Adaptado de Tachizawa *et al* (2001, p.35)

A proposta de mudança do modelo de educação em gestão passou a ser percebida como questão essencial para o enfrentamento das demandas de um contexto organizacional com alto grau de hibridismo e complexidade. A estrutura americana passa a ser considerada anacrônica e tecnicista (PORTER, MULLER e REHDER, 2005, p. 2-3).

[...] the strategy, structure, and curricula of most U.S. business schools reflect traditional practices that institutionalize the values and methods of anachronistic managerial and organizational strategies. Students often learn more about bureaucratic administrative behavior from their experiences in business school than from their textbooks. Moreover, the hierarchical gender and minority segregation within most business school environments reflects and reinforces the difficulties the broader business community continues to experience in its own attempt to respond to changing demographic patterns and an increasingly diverse work force.

Após a análise acerca do surgimento das escolas de administração e dos seus desdobramentos a partir do modelo americano originário do cameralismo, será apresentado a seguir o surgimento e a evolução da escola de administração brasileira.

No Brasil, o ensino da Administração surgiu no ano de 1902 no nível técnico secundário na Academia de Comércio do Rio de Janeiro e em São Paulo na Escola Álvares Penteado. O Curso Superior de Administração e Finanças foi criado pelo decreto-lei 20.158 no ano de 1931 (MEIRELES e PAIXÃO, 2003, p.29-30).

Para Benedicto Silva (1950), *apud* Fischer (1984, p.280), surge no Império, por meio do discurso do Barão de Uruguaiana e do Barão do Bom Retiro em 1854, o propósito de criar o ensino da administração pública no Brasil.

Fischer (1984, p. 281) esclarece que as ações tomadas no sentido de pôr em execução as idéias então concebidas foram insuficientes:

Poucas medidas concretas foram tomadas neste sentido até as décadas de 40/50. As reformas de ensino de 1857, 1865 e 1879 propunham alterações curriculares de administradores públicos, o que é reforçado por um parecer de Rui Barbosa em 1882. Estas propostas, prevendo dicotomização do curso de direito, não foram concretizadas, em grande parte, embora os currículos tenham muitos pontos de contato até hoje. Outros cursos absorveriam conteúdos de administração, como engenharia (com reflexo da idéias de Taylor e Fayol) e, mais tarde, o curso de economia.

Ainda segundo Fischer, deve ser atribuído ao Departamento de Administração do Setor Público (DASP), órgão criado em 1938 e que teve como atribuição a formação do servidor público, o êxito na implantação do curso de administração pública no Brasil.

O órgão contava com um grupo de profissionais reconhecidamente talentosos como Benedicto Silva, Guerreiro Ramos, Sebastião Santana e Silva e Roberto Campos, conforme Fischer (1984, p.281):

Por meio deste grupo, foram veiculados conceitos, princípios e práticas administrativas oriundas de outros países, especialmente dos EUA. Se desde o descobrimento o Brasil copiou modelos administrativos, a influencia americana foi (e é), sem dúvida, a mais duradoura.

Assim, a origem da teoria organizacional deu-se em outras sociedades e culturas, proeminentemente nos Estados Unidos, ela surge no Brasil juntamente com a abertura dos primeiros cursos de Administração voltados à área pública e empresarial.

Bertero (1994, p. 82), no entanto, pondera que:

A contribuição européia, especialmente a francesa e a inglesa (e, nos últimos quinze anos, também de outros países como Canadá, Holanda, Suécia, Itália e Alemanha), deve ser vista como bastante influenciada pela produção e pela perspectiva norte-americana, desenvolvendo-se, muitas vezes, com uma postura crítica.

Indo mais além, Bertero (1994, p.82) sentencia que, no Brasil, a constituição da estrutura curricular dos cursos de Administração foi exclusivamente marcada pelas características norte-americanas e que só mais tarde é que ocorreram treinamentos de professores nas universidades européias.

Ainda hoje, a grande maioria dos docentes em Administração treinados no exterior obteve graus acadêmicos em universidades americanas. Por isso, a Análise Organizacional é contemporânea do longo período de hegemonia dos Estados Unidos em Administração.

O olhar de Bourgoïn (1984, p.179) aproxima-se do de Bertero acerca da hegemonia norte-americana na produção das teorias administrativas e modelos de gestão:

*Il restait aux Américains à s'emparer du mot – à le créer même – et à élaborer la bible! Ils le firent. C'est pourquoi, depuis soixante ans, lês États-Unis sont le plus grand producteur (et exportateur!) de théories sur le management.*

Na mesma direção, Fischer (2001, p.131) afirma que as instituições americanas Michigan State e Southern Califórnia foram as mais influentes no ensino do Brasil. Seus currículos funcionalistas foram adotados em todo o país. As faculdades foram delimitadas em cursos de administração pública e de empresas e as áreas funcionais marketing, finanças, recursos humanos e produção existiam em todos os cursos.

A autora também afirma que, ainda hoje, as disciplinas presentes nas estruturas curriculares dos cursos de graduação e de pós-graduação na Brasil são legados das crenças tradicionais do século passado.

Nas palavras de Fisher (2001, p.131):

Currículos verticalizados, com linhas curriculares estanques e seqüência de pré-requisitos, estruturas piramidais rígidas na forma e no fundo: se for feita uma leitura da estrutura de superfície, esta é a realidade do ensino do 3º. Grau. O modelo da graduação reproduz-se na pós-graduação até os anos 80, quando os cursos criados nesta época (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC) tentaram inovar, trazendo organizações e gestão para o centro do curso.

Argumento semelhante é proposto por De Paula (2001, p.80):

Nas escolas de Administração locais, os conteúdos que se desenvolveram no campo da gestão empresarial durante o século XX costumam ser reproduzidos sem reflexão ou contextualização histórica. Prevalece, assim, a difusão sem análise crítica de conhecimentos nem sempre atuais. Os esforços de atualização restringem-se a lançamentos de *handbooks* e outros livros didáticos, geralmente traduções de obras próprias do *mainstream* norte-americano.

Outra crítica de De Paula (2001, p.80) está relacionada com o caráter instrumental e tecnicista do ensino de Administração, principalmente nos cursos de graduação. Tal preocupação está também presente em Guerreiro Ramos (1989), Aktouf (1996, 1997, 2004), Chanlat (1992, 1999) e Enriquez (1997a, 1997b), conforme descrito em 4.5.

De Paula (2001, p.80) admite que conhecer conteúdos de caráter técnico é importante para que se aprenda Administração, no entanto, o destaque tecnicista soberbo em um cenário de mudanças tecnológicas desenfreadas acarretará um desgaste prematuro dos administradores.

Nas palavras de De Paula (2001, p.80) a Administração se transformou em “um negócio de crescimento e lucros invejáveis” já que a instrumentalidade do ensino demanda reciclagens contínuas do profissional.

A fragmentação e o tecnicismo encontrados nos currículos das escolas de gestão são explicados por Chanlat (1999, p.63) do seguinte modo:

Desde o início da revolução industrial até nossos dias, a concepção que o mundo da gestão se fez do ser humano permaneceu muito marcada, na maioria das vezes, por esquemas do pensamento mecânicos, econômicos e financeiros, principalmente sob o domínio dos engenheiros, dos economistas e dos financistas. Mesmo que essa lacuna tenha sido destacada por numerosos observadores, é indiscutível que os aspectos propriamente humanos permaneceram com mais freqüência na sombra, e mesmo totalmente esquecidos.

Nesse sentido, Santos (2000, p.189-197) afirma que na área do ensino os objetivos da educação geral vão de encontro com os da educação especializada ou da formação profissional e que essa incompatibilidade pode ser verificada na articulação dos planos de estudos não só dos cursos da graduação como também dos cursos da pós-graduação:

[...] a acelerada transformação dos processos produtivos faz com que a educação deixe de ser anterior ao trabalho para ser concomitante deste. A formação e o desempenho profissional tendem a fundir-se num só processo produtivo, sendo disso sintomas as exigências da educação permanente, da reciclagem, da reconversão profissional, bem como o aumento da percentagem de adultos e de trabalhadores estudantes entre a população estudantil [...]. Sendo certo que os conhecimentos adequados à formação de

produtores não se adequam à formação de consumidores – num caso são necessários conhecimentos específicos, no outro são necessários conhecimentos gerais -, a tendência para privilegiar a formação de consumidores acabará por se repercutir no núcleo curricular.

No que diz respeito ao caráter funcionalista da estrutura curricular do curso de Administração, Fischer (2003, p.53) destaca:

Durante 35 anos o Ministério da Educação e Cultura e o Conselho Federal de Educação (CFE) reforçaram o isoformismo curricular pelo currículo mínimo. Se os pioneiros copiaram os currículos da U.S.C. e da Michigan State, em 1996 o currículo mínimo para a graduação é imposto pelo CFE para todo o país. Alterado pela Resolução nº. 2, de 4/10/1993 do CFE, mantém-se a lógica anterior e o caráter funcionalista do curso.

Indo mais além, Fischer (2003, p.52-53) considera que a reprodução de padrões americanos nas estruturas curriculares dos cursos de graduação preponderou da década de 60 até a atualidade. Os motivos, segundo a autora, que causam o lento progresso da disciplina Teoria Geral da Administração, por exemplo, não dizem respeito apenas ao padrão importado e mimetizado existente ainda hoje, mas também aos grupos que exerceram domínio no ensino da administração nos seus primórdios como os contadores, engenheiros e advogados.

Segundo Fischer (2001, p.132), no começo do ano 2000 o MEC promoveu transformações curriculares profundas ao propor uma estrutura curricular inovadora para os cursos de graduação. A partir do novo modelo, as diretrizes curriculares “adotam princípios de identidade dos cursos, autonomia, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade, propondo currículos orbitalizados, em substituição aos antigos modelos piramidais”.

O ensino de Administração na Bahia surge também influenciado a partir de matrizes curriculares americanas quando no ano de 1959 foi criada a Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia - EAUFBA que contou com o apoio de um programa de cooperação técnica e científica internacional e com a presença de professores norte-americanos. O referido programa desenvolveu, em nível de mestrado realizado nos Estados Unidos, os profissionais que seriam os futuros docentes nas áreas de Administração Pública e de Empresas no Brasil. O que Fischer esclarece a seguir:

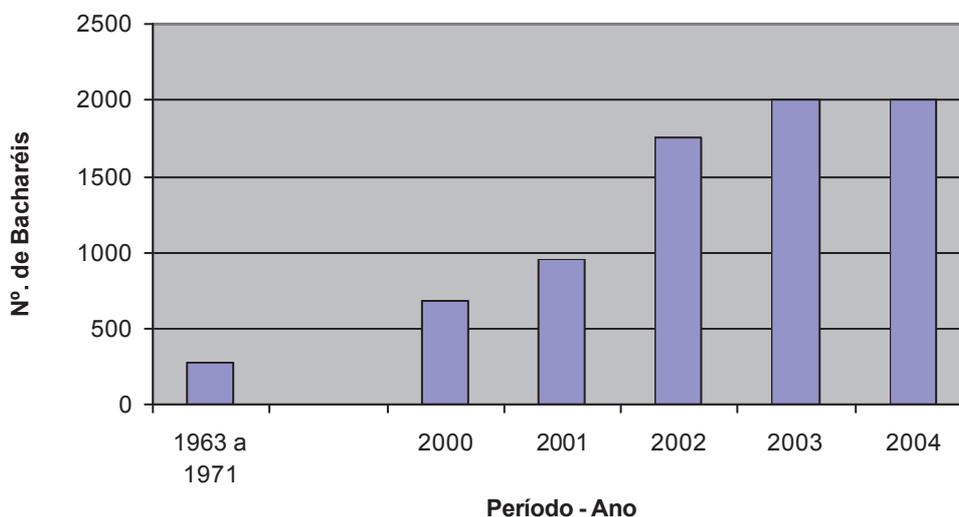
Em 9 de março de 1959, foi assinado um convênio muito importante para a área de administração pública, de conformidade com o Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais, entre o Brasil e os EUA, firmado em 1953, designado PBA-1. O projeto daí decorrente foi designado como Programa de Ensino de Administração Pública e de Empresas. Os convenientes foram o Ministério da Educação e Cultura, o Departamento Administrativo do Serviço Público, a Fundação Getúlio Vargas, a Universidade Federal da

Bahia e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo lado brasileiro. O governo americano foi representado pelo Instituto de Assuntos Interamericanos e pela Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica do Brasil (USOM) (FISCHER 1984, p.282).

De acordo com Matta (2004, p.3), já no ano de 1972, professores e bacharéis da EAUFBA fundaram a Escola de Administração de Empresas da Universidade Católica do Salvador. Em seguida, no ano de 1973 surgia a Escola de Administração de Empresas da Bahia, núcleo daquela que se expandiria mais tarde como a UNIFACS. Portanto, no início da década de 70, a cidade do Salvador contava com três cursos de Administração. Até o ano de 2004, de acordo com informações do Conselho Regional de Administração da Bahia (CRA-Ba), Salvador contava com 30 IES registradas que ofereciam cursos de Administração. Dentre estas, 11 possuíam seus cursos de Administração já reconhecidos pelo MEC (base janeiro de 2004).

Matta (2004, p.3) apresenta informações acerca da evolução do curso de Administração na Bahia nos últimos 41 anos, de 1963 a 2004, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Evolução da quantidade de bacharéis em administração no período 1963 a 1971 e entre os anos de 2000 a 2004.



Fonte: elaboração da autora a partir de Matta (2004, p. 3).

Assim, como visto anteriormente, a história do ensino superior em Administração na Bahia teve início a partir do ano de 1959 com a implantação da Escola de Administração da UFBA.

No ano de 1963, esta instituição formou a primeira turma em Administração composta de 19 bacharéis.

Em quase uma década, de 1963 a 1971, o total de formados em administração na Bahia totalizavam 276. A partir de então, multiplicaram-se os cursos de administração e, 41 anos após a conclusão da primeira turma de graduados, a Bahia possuía até maio de 2005 um total de 74 Instituições de Ensino Superior (IES) que ofereciam cursos de graduação em Administração.

A cidade do Salvador, universo desta pesquisa, concentra 32 IES que oferecem cursos de graduação em Administração, ou seja, 43% do total de IES do Estado da Bahia segundo dados do Conselho Regional de Administração da Bahia (2005) e do INEP (2005).

Diante da expansão que o ensino em Administração experimentou ao longo da última década no Brasil e no Estado da Bahia, particularmente na Capital, este estudo busca contribuir com o processo de reflexão crítica acerca da abordagem da ética nos 10 cursos de Administração de Salvador reconhecidos pelo MEC até o mês de fevereiro de 2004.

#### 4.2 O Ensino Superior no Brasil e na Bahia na atualidade

De modo a contextualizar o ensino superior desde os seus primórdios, serão apresentados a seguir dados acerca da sua evolução e expansão.

Sampaio (1991) *apud* Siqueira (2001, p.174) afirma que o ensino superior brasileiro só obteve caráter universitário na década de 30, quando o país estava sob o comando do Presidente Getulio Vargas.

Conforme Siqueira (2001, p.182), a partir do ano de 1945 o crescimento do sistema feudal foi atribuído, em parte, à federalização de universidades fundadas nos anos 30 e 40 simultaneamente à intenção de que cada estado teria, no mínimo, uma universidade federal. Neste cenário foram fundadas instituições como a Universidade do Recife, no ano de 1945 (que mais tarde se transformou na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), no ano de 1946 e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no ano de 1947.

As instituições privadas também surgiram nesse período por meio da Igreja e, em 1944, foi criada a primeira universidade católica do Brasil no Rio de Janeiro.

O surgimento de instituições particulares experimentou forte crescimento nos anos 90, conforme estudos realizados por Siqueira (2001, p.187-188):

Uma nova Lei de Diretrizes e Bases de Educação Brasileira (Lei n.º. 9.394/96) foi sancionada em dezembro de 1996, e dentre outras determinações, instituiu a “Década da Educação”, a partir do ano da sua publicação... assim como estabeleceu a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) que ficou pronto para análise no Senado Federal no segundo semestre de 2000.

De acordo com Siqueira (2001, p.187-188), os dados do MEC revelam que houve um incremento de 46% no número de alunos nas universidades do Brasil desde o ano de 1994, ano da posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ainda conforme Siqueira (2001, p.187-188), a proposta anunciada desse governo foi a de priorizar todos os níveis de ensino e, de um modo particular, o ensino fundamental e médio, resultando dessa forma num aumento da demanda por cursos do nível superior.

Entretanto, as universidades públicas não tinham estrutura ou número de vagas suficientes para acomodar o contingente de alunos originados do curso médio, o que pode explicar a expansão do ensino superior nas instituições particulares, o que poder ser observado no Quadro 6 (DIAS, 2005, p.26).

Quadro 6: Evolução do número de Instituição de Ensino Superior (IES)  
Brasil 1980 - 2003

Ano	Nº. de instituições			% de instituições privadas
	Total	Privadas	Públicas	
1985	859	626	233	72,9%
1994	851	633	218	74,4%
1995	894	684	210	76,5%
1996	922	711	211	77,1%
1997	900	689	211	76,6%
1998	973	764	209	78,5%
1999	1.097	905	192	82,5%
2000	1.180	1.004	176	85,1%
2001	1.391	1.208	183	86,8%
2002	1.637	1.442	195	88,1%
2003	1.859	1.652	207	88,9%

Fonte: Dias (2005, p.26)

Segundo Dias (2005, p.25), os dois governos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso representam um acontecimento no ensino superior do Brasil, especialmente com a expansão das instituições de ensino privado. O autor destaca ainda a importância econômica do ensino superior, considerando os setores público e privado, a receita bruta do ano de 2002 foi inferior apenas ao da receita bruta da Petrobrás.

No governo do atual Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, a proposta para o ensino superior é a de promover a ampliação do número de vagas e matrículas sem que isso cause uma queda na qualidade do ensino e do desempenho das instituições de ensino. Tal feito, conforme fontes do governo, seria realizado a partir da aprovação da proposta de reordenação e regulação do ensino universitário mais conhecida como projeto da reforma universitária (DIAS, 2005, p.24).

Segundo o MEC (2005), a visão que norteia o processo de reforma da educação superior no Brasil é a valorização da universidade pública e defesa da educação como um direito de todos os brasileiros na qual as instituições públicas têm papel orientador e regulador no processo de crescimento. Para o MEC (2005), a reforma irá fortalecer a universidade pública, haja vista que a liberalização do ensino superior, a partir da metade da década de 90, levou a uma expansão das instituições privadas no Brasil, fazendo com que, nos dias atuais, 70% das vagas sejam não estatais e 30% estatais.

Desse modo, conforme dados coletados no sítio do MEC (2005), o Brasil transformou-se no país com maior participação privada no ensino superior no mundo.

De acordo com o MEC (2005), existem outros fatores que justificam a reforma: necessidade de promover a democratização do acesso dos jovens de 18 a 24 anos ao ensino superior. No Quadro 7, são apresentados os índices de acesso ao ensino superior no Brasil, vem abaixo dos índices de países como Argentina, Estados Unidos e Canadá.

QUADRO 7: Índices de acesso ao ensino superior de jovens entre 18 e 24 anos

País	Índice
Brasil	9%
Argentina	32%
Canadá	62%
Estados Unidos	50%

Fonte: MEC (2005)

De acordo com dados coletados, o Plano Nacional de Educação estipula uma meta mínima de 30% dos jovens brasileiros, na faixa etária entre 18 e 24 anos, no ensino superior até o ano de 2010 (MEC, 2005).

Outra questão destacada pelo MEC (2005) para a reforma universitária está na necessidade de avaliação da qualidade do ensino superior no país diante da profusão de IES experimentada na última década.

Ainda sobre a reforma universitária, Lobo (2005, p. 32) destaca:

O projeto do MEC se propõe a aparelhar as universidades federais de modo a permitir que elas encabechem o processo de criação de novas vagas. Prevê um aumento do orçamento global para as federais, o estabelecimento de regras fixas e estáveis de financiamento – como já ocorre com as estaduais paulistas, por exemplo – e a cobrança de metas de expansão a serem traçadas pela universidade de forma autônoma. Além disso, dá às federais autonomia para gestão dos recursos, de modo a permitir maior racionalidade e eficiência administrativa.

Para Lobo (2005, p.32), as visões da reforma são diversas e têm provocado discussões e reações dentro e fora das IES públicas e privadas. No entanto, o desafio maior que se impõe no ensino superior é a expansão atrelada à qualidade.

De forma semelhante ao fenômeno da expansão ocorrida em todo o país, o ensino superior do Estado da Bahia está constituído por 115 IES, conforme Apêndice 1. Deste total de IES, 74 oferecem o curso de Administração e suas habilitações (INEP, 2005).

A cidade do Salvador conta com 37 IES que oferecem cursos de Administração e habilitações autorizados ou reconhecidos pelo MEC conforme dados do INEP em maio de 2005. Destas 37 IES existentes em Salvador, 17 são reconhecidas pelo MEC e, dentre estas, sete não foram consideradas no escopo desta pesquisa conforme justificativas que seguem.

No presente estudo, decidiu-se por uma delimitação temporal do universo de IES reconhecidas até fevereiro de 2004 o que proporcionou uma base fixa de 11 instituições para desenvolvimento do trabalho de campo, haja vista as alterações periódicas das situações das IES perante o MEC. Dessa forma, reconhece-se uma limitação no escopo deste estudo ao não considerar, a partir do mês referência para delimitação do universo, as demais IES que vieram a ser reconhecidas.

Desse modo, o universo da pesquisa foi constituído inicialmente por 11 IES que se enquadravam nos critérios adotados para elaboração deste estudo. No entanto, nos contatos mantidos com a direção das IES, constatou-se que uma delas,

a EBA, estava com o seu curso de graduação em Administração em processo de extinção e, por isso, foi excluída do universo, conforme explicado no Capítulo 5 deste estudo.

Não fizeram parte do universo deste estudo a IES UNEB porque o seu reconhecimento se deu pelo Conselho Estadual de Educação e a Faculdade de Administração de Brasília porque possui a modalidade de ensino à distância (EAD), não atendendo assim ao critério de ensino presencial conforme explicado na Metodologia.

As IES CEFET, Faculdade Castro Alves, Faculdade de Tecnologia e Ciências, Faculdade Jorge Amado e Faculdade Visconde de Cairu não fizeram parte do universo porque tiveram seus reconhecimentos publicados a partir do mês de março de 2004 conforme evidenciado no Capítulo 5.

Assim apresenta-se, de um modo geral, as IES com cursos de Administração reconhecidos em Salvador.

No item que segue será analisado o surgimento do ensino da ética nas escolas de Administração.

#### 4.3 Surgimento do Ensino da Ética em Escolas de Administração

Segundo Arruda et al (2003, p.53), o ensino da Ética em Administração e Negócios teve início nos Estados Unidos, por volta dos anos 70. Nos anos 80 estendeu-se para o continente europeu, contando com a iniciativa de professores universitários que passaram a ensinar Ética nos Negócios nos cursos de graduação em Administração e também nos *Master of Business Administration* (MBA's). Na década de 90, ocorreram avanços nos estudos da Ética no campo conceitual e na sua aplicação nas organizações. Ao final dessa década, os desafios éticos fizeram-se presentes envolvidos por uma multiplicidade cultural e não ocidental de valores morais.

Nesse período, várias Organizações Não Governamentais (ONG's) foram criadas de forma a desempenhar um papel importante no desenvolvimento social, cultural e econômico em muitas nações.

Enderle (1993) *apud* Arruda et al (2003, p. 54) ressalta a existência de três modos correlacionados de abordagem da ética: a semântica, a teoria e a prática. No campo da prática empresarial, para que a ética se desenvolva, é

necessária a soma de esforços de executivos e professores universitários. A ética empresarial atinge as empresas e organizações em geral que necessitam desenvolver-se de tal forma que a conduta ética de seus integrantes, bem como os valores e convicções primários da organização se tornem parte da cultura organizacional.

Desse modo, será visto a seguir como se deu a evolução do conceito da ética empresarial ao longo do tempo, conforme Arruda *et al* (2003).

Na década de 60, a preocupação ética no ambiente de negócios se limitava às discussões que aconteciam nas cidades alemãs cujo objetivo era a conquista da participação do empregado nos conselhos de administração das organizações.

Na década de 70, surge o ensino da ética nas Faculdades de Administração e Negócios e a ética empresarial toma corpo, principalmente nos Estados Unidos, quando alguns estudiosos passaram a contribuir com essa nova dimensão. Nesse momento, deu-se também o crescimento das empresas multinacionais de origem americana e europeia que se espalham por outros países, cujas subsidiárias em terras estrangeiras deram origem a conflitos culturais devido a formas diferentes de atuação nos negócios que entravam em choque com os padrões de ética das matrizes dessas empresas, ocorrendo então a necessidade da criação de códigos de ética empresariais (ARRUDA *et al*, 2003, p.53-54).

Dentre os primeiros estudos de Ética nos Negócios está o conduzido por Baumhart (1971), tendo como universo de sua pesquisa os empresários dos Estados Unidos nos anos 60. Segundo o autor, aprimorar a ética nos negócios significa a melhoria do comportamento dos executivos como também desenvolver o conhecimento sobre o que é certo e o que é errado em seu comportamento. Nas palavras do autor:

Um homem de negócios é uma pessoa que toma decisões. Tomar uma decisão requer que haja algo a cujo respeito decidir. Esse algo é fornecido pelo conhecimento, mas o conhecimento não é o único ingrediente na decisão. O sistema de valores do homem de negócios é outro ingrediente, que ele aplica aos fatos e a outros conhecimentos relevantes. O que ele decide depende dos seus valores (BAUMHART, 1971, p. 254).

Arruda *et al* (2003, p.54), argumentam que na década de 80 surgiram movimentos isolados de professores universitários europeus e americanos no sentido de implantar o ensino da ética nos negócios nas faculdades de

administração. Nessa época surgiu a primeira revista científica: *Journal of Business Ethics*.

Na década de 90, formam-se redes acadêmicas de estudo como a Society for Business Ethics nos Estados Unidos e a European Business Ethics Network (EBEN) na Europa, o que veio a universalizar o conceito de ética.

A partir daí, especialistas sistematizaram os enfoques perseguidos nos estudos de ética nos negócios nos cinco continentes. Assim, alguns temas específicos se delinearão, como um foco de preocupação internacional: corrupção, liderança e as responsabilidades corporativas e a partir do ano 2000, as Organizações Não Governamentais (ONG's) proliferaram e passaram a desempenhar um importante papel no desenvolvimento econômico, social e cultural de muitos países (ARRUDA *et al*, 2003, p.53-54).

Neste contexto do repensar a ética nos negócios como pauta de estudos no meio acadêmico, a Escola de Administração de Harvard, celeiro e fonte de produção de inúmeras teorias no campo de estudo das organizações, planeja instituir no currículo obrigatório do seu curso de Administração a disciplina "Liderança, governança e Confiabilidade", como forma de aprofundar a discussão sobre ética.

Não por acaso, as pressões sociais e até políticas em que se debruçam as faculdades americanas têm provocado reações como a do presidente americano George W. Bush que, diante de escândalos envolvendo ética nos negócios de empresas americanas, referiu-se à formação dos administradores, recomendando objetivamente que as instituições sejam "escrupulosos educadores do que é certo e errado e não se deixem levar pela confusão moral e pelo relativismo" (ALSOP, 2005).

Neste aspecto, os programas de mestrado em Administração, os chamados MBA, são alvo de "cáusticas críticas por produzir profissionais obcecados com a idéia de ganhar dinheiro sem se importar com as conseqüências éticas. Para algumas pessoas, os graduados em MBA são a raiz de toda a ganância e desonestidades corporativas" (ALSOP, 2005) .

#### 4.4 Surgimento do Ensino da Ética nas Escolas de Administração no Brasil

De acordo com Paulino (2003, p.92), a Escola Superior de Administração de Negócios (ESAN), primeira faculdade de Administração do Brasil, fundada em 1941, privilegiou o ensino da ética nos cursos de graduação desde sua fundação.

Já em 1992, o MEC sugere formalmente que todos os cursos de administração, em nível de graduação e pós-graduação, incluíssem em seu currículo a disciplina de ética. Nessa ocasião, o Conselho Regional de Administração de São Paulo (CRA-SP) e a Fundação FIDES reuniram neste Estado mais de 100 representantes de faculdades de administração, que se comprometeram a seguir a recomendação do MEC (PAULINO, 2003, p.92).

Neste ano de 1992, a Fundação FIDES desenvolveu uma sólida pesquisa sobre a Ética nas Empresas Brasileiras e a Fundação Getulio Vargas, em São Paulo, criou o Centro de Estudos de Ética nos Negócios (CENE). Depois de vários projetos de pesquisa desenvolvidos com empresas, os próprios estudantes da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (EAESP-FGV), solicitaram a ampliação do escopo do CENE, para abarcar organizações do governo e não governamentais. Assim, a partir de 1997, o CENE passou a ser denominado Centro de Estudos de Ética nas Organizações e introduziu novos projetos em suas atividades (ARRUDA, 2003, p. 59-60).

O CENE da EAESP-FGV foi um pólo de irradiação da ética empresarial, por suas intensas realizações no Brasil e no exterior: ensino, pesquisas, publicações e eventos. Atualmente, em São Paulo, há várias Faculdades de Administração de Empresas e Economia que incluíram o ensino da ética em seus currículos (ARRUDA, 2003, p. 59-60).

Considerando que a formação do administrador parece ser o cerne do problema do tratamento da ética nas organizações, uma investigação acerca do mapeamento da abordagem do tema ética nas IES que oferecem cursos de Administração na Bahia, de Salvador em particular, torna-se relevante diante do crescimento da quantidade de cursos de Administração ocorrido principalmente na última década.

A seguir, a abordagem gerencialista, já situada historicamente, será confrontada com a alternativa proposta pela corrente crítica da análise organizacional, referida neste estudo como abordagem humanista.

#### 4.5 A Orientação Gerencialista X A Orientação Humanista: os olhares de Michael Porter e Omar Aktouf

Por um lado, o objetivo desse capítulo consiste em contextualizar, a partir da evolução da história do pensamento da Administração, a escola gerencialista definida aqui como aquela que examina as ações dos administradores sob a perspectiva da ética da finalidade. A corrente gerencialista, no presente estudo, está representada por Michael Porter, expoente do pensamento estratégico.

Por outro lado, a abordagem humanista, representada neste estudo por Omar Aktouf, remete à análise e ao questionamento dos pilares do pensamento administrativo dominante quanto à insustentabilidade de um modelo baseado no matematicismo e na financeirização da economia. Para isso, procurou-se analisar as contribuições das escolas e abordagens teóricas de Administração mais significativas ao longo do período bem como a contribuição do pensamento crítico de diversos autores que corroboram o pensamento aktoufiano acerca do modelo de gestão vigente.

Conforme estudos realizados por Bertero (1994, p. 85), a evolução das teorias administrativas tem início a partir do surgimento da Teoria Clássica/Administração Científica, da Escola de Relações Humanas, do Behaviorismo, do Estruturalismo/Burocracia, da Teoria de Sistemas, Teoria da Contingência, do Desenvolvimento Organizacional, da Administração por Objetivos e, finalmente da Estratégia Empresarial.

Motta e Vasconcelos (2002, p.3), apresentam as proposições teóricas da Administração classificando-as em dois modelos: um modelo com enfoque explicativo e outro modelo com enfoque prescritivo. O enfoque explicativo e transversal está relacionado com as teorias formuladas com base em pesquisas empíricas, a saber: Cultura Organizacional, Poder nas Organizações, Aprendizagem Organizacional, Psicanálise e Organização e Teorias Ambientais. O enfoque prescritivo diz respeito a abordagens que propõem ferramentas e técnicas com o objetivo de solucionar questões e dificuldades específicas das organizações: a

Administração Científica, a Escola de Relações Humanas, o Behaviorismo, o Estruturalismo e a Teoria da Burocracia, a Teoria de Sistemas, a Teoria da Contingência e o Desenvolvimento Organizacional.

Segundo Bertero (1992, p. 15), as primeiras tentativas na construção de uma teoria organizacional originaram-se nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra. O pensamento de Frederick Winslow Taylor e Henri Fayol contribuiu de forma definitiva para a formação da chamada teoria clássica. Para o autor, a escola clássica representou a expressão de uma “racionalidade baconiana e cartesiana ao nível da teoria da organização”.

A Escola Clássica de administração destacou-se por empregar os mesmos métodos e o mesmo campo conceitual, que já se havia constatado de grande eficácia, à realidade industrial:

A necessidade de “transformação de mentalidade”, que Taylor chega a propor como definição final e a mais adequada para o movimento da “administração científica” (*scientific management*), não seria mais do que a aceitação de que a administração deveria tornar-se um campo de conhecimento tão científico, como a realidade da natureza já se tornara para as ciências de tipo físico-matemático, e que seria forçosamente possível sua transformação numa ciência quantificável, onde se encontraria uma verdade definitiva, à maneira matemática, e que tal seria fatalmente alcançado, sendo apenas uma questão de tempo (BERTERO, 1992, p.17).

Apesar de a ciência da administração vista em Fayol não ter sido em linhas gerais diferente do que havia sido proposto por Taylor, a abordagem de Fayol apresenta uma consideração acerca da administração do topo da organização e não do chão de fábrica como visto em Taylor, que se preocupava com os estudos de tempos e movimentos e com a racionalização das tarefas do operário.

Ainda de acordo Bertero (1992, p.17), Fayol é visto como funcionalista porque o seu intento sempre foi o de reunir as tarefas básicas e específicas do administrador no interior das organizações e atribuir-lhes o nome de funções. Assim, para Fayol, o administrador é aquele que não se preocupa com serviços rotineiros e se afasta das questões operacionais da organização.

A identificação entre a ciência da administração e a teoria das funções administrativas é que dá ao fayolismo o seu caráter de tentativa científica, na medida em que tenta reduzir a multiplicidade à unidade, ou pelo menos tenta introduzir um ordenamento racional ao real singular e até certo ponto caótico (BERTERO, 1992, p.17).

Segundo Tachizawa et al (2001, p.70), não existe uma definição da escola neoclássica, no escopo dos estudos da teoria das organizações. De modo semelhante, Meireles e Paixão (2003, p.247) afirmam que a escola neoclássica é

uma redefinição dos clássicos de modo que “apóia-se neles e expande os conceitos”. No entanto, decidiu-se considerar brevemente essa denominada extensão da Escola Clássica e os autores Peter Drucker, Harold Koontz e Cyril O'Donnell como os principais autores neoclássicos.

Os estudos dos neoclássicos reforçam que a ênfase na prática de administração, a reafirmação dos postulados clássicos, o alcance dos objetivos e a produção de resultados é a razão de ser da organização. A descentralização e centralização são discutidas e a organização formal é concebida como a que possui distribuição de autoridade e responsabilidade, divisão do trabalho, especialização, racionalismo comportamental e hierarquia. Nesses estudos surgem a departamentalização, a organização linear, funcional e linha-*staff*, e Administração por Objetivos.

O caráter da racionalidade vista em Taylor e Fayol pode também ser encontrado na Escola das Relações Humanas de Elton Mayo e seus seguidores.

Conforme Motta (1998, p.23.), a Escola de Relações Humanas surge “com o objetivo, mais ou menos claro, de aumentar a lucratividade através da diminuição dos custos oriundos dos conflitos internos à empresa”. Essa abordagem apresentava como principais características a ênfase no indivíduo de modo que o homem é considerado como “um ser cujo comportamento não pode ser reduzido a esquemas mecanicistas” e a visão de que o indivíduo é condicionado pelo aspecto social e pelo aspecto biológico de forma simultânea.

Assim, Taylor, Fayol e Mayo tinham também como objetivos fundamentais o aumento da eficácia diante do crescimento da produtividade industrial e da necessidade de extinguir a ineficiência e os conflitos de natureza humana no âmbito das organizações.

O Behaviorismo, de acordo com Motta (1998, p.35), tem como maior particularidade a objetividade com que seus autores enxergam a organização, envolvendo o comportamento administrativo seja ele individual, formal ou grupal.

Para Motta (1998, p. 10), o autor Herbert Simon chamou atenção para a questão de que, em Administração, as conclusões não possuem validade universal. Outros autores como Chester Barnard contribuíram para a evolução do estruturalismo, com a teoria da aceitação da autoridade e a organização como sistema social cooperativo, Douglas McGregor desenvolveu os estilos de administrar (X e Y), Rensis Likert que elaborou os perfis organizacionais (autoritário/coercitivo;

autoritário/benevolente; consultivo; participativo), Abraham Maslow que realizou estudos acerca da hierarquia das necessidades humanas, Frederick Herzberg que desenvolveu a teoria dos dois fatores e McClelland que também apresentou trabalhos acerca da motivação.

Segundo Motta (1998, p. 66), o estruturalismo procura estudar a estrutura organizacional e vê a organização como um sistema “deliberadamente construído e em constante relação de intercâmbio com o seu ambiente”. A dimensão, a complexidade das organizações e a necessidade de um modelo de organização formal fizeram surgir o interesse pelo Modelo Burocrático de Max Weber nos anos 40. Esse modelo apresenta como características o caráter legal das normas e regulamentos, o caráter formal das comunicações, o caráter racional e divisão do trabalho, a impessoalidade nas relações organizacionais, a hierarquia, a padronização de rotinas e procedimentos, a competência técnica e a meritocracia, a administração profissional e a completa previsibilidade de funcionamento. Posteriormente, o apego aos regulamentos, o excesso de papel, o formalismo, a resistência às mudanças, a rigidez, e os conflitos com clientes foram apontados como disfunções burocráticas.

A Teoria Estruturalista surge como um desdobramento da Teoria da Burocracia e uma aproximação da Teoria das Relações Humanas. Surge o conceito de homem organizacional que significa aquele que se relaciona em sociedade por meio das organizações a que pertence. O estruturalismo procura relacionar a organização e seu ambiente externo e estudar as relações formais e informais. A Teoria Estruturalista procurou fazer uma integração das diversas abordagens teóricas, procurando estudar os mais variados tipos de organizações. Os seus principais autores foram Robert K. Merton, Philip Selznick, Amitai Etzioni e Peter Blau (MOTTA, 1998, p. 58-59).

A Teoria do Desenvolvimento Organizacional é um desdobramento prático da Teoria Comportamental, a partir de 1960, com vistas à abordagem sistêmica. Pretende levar a organização a uma mudança planejada de atividades, valores, comportamentos e estrutura, ambiente de trabalho, fusões, visando adaptar-se a novas situações ambientais em constante mutação. Consiste na coleta de dados, diagnóstico e ação de intervenção. A única forma de mudar uma organização é por meio da mudança de sua Cultura (um modo de vida, sistema de valores e crenças).

Segundo Motta e Vasconcelos (2002, p.256), desenvolvimento organizacional pode ser definido “como mudança organizacional planejada e mudança organizacional como um conjunto de alteração no ambiente de trabalho de uma organização”.

Conforme Meireles e Paixão (2003, p.164-174), a Teoria Geral de Sistemas, proposta por Ludwig Von Bertalanffy em 1950, propõe a integração de todos os conhecimentos ao estabelecer a dependência recíproca das descobertas das ciências, pois considera que os sistemas são abertos e sofrem interferências externas.

Com este espírito integrador surge a Cibernética (ciência da comunicação e controle no estudo dos sistemas) por Norbert Wiener entre 1943 e 1947. Surgem conceitos inovadores como: entrada e saída; caixa preta, retroação, homeostasia, informação, redundância, entropia, informática.

A Teoria Matemática aplicada à Administração denomina-se Pesquisa Operacional (P.O.). Sua ênfase está no processo decisório e sua origem está na Teoria dos Jogos (Newman e Morgensten) de 1947, no estudo do processo decisório (Hebert Simon) e na Teoria das Decisões. A Pesquisa Operacional pode ser aplicada a pessoas (gerência, decisões, pesquisa de mercado, relações de trabalho), a pessoas e máquinas (eficiência, produtividade, prevenção de acidentes) e a movimentos (transporte, estoques, distribuição). Os principais autores dessa escola foram Ludwig Von Bertalanffy, Charles Handy, Norbert Wiener, Katz e Kahn, Schein e Beckhard, Bennis.

Motta e Vasconcelos (2002, p.188) afirmam que, a partir da abordagem sistêmica, a organização passa a ser percebida em termos de comportamentos inter-relacionados:

Há uma tendência muito grande a enfatizar mais os papéis que as pessoas desempenham do que as próprias pessoas, entendendo-se o papel como um conjunto de atividades associadas a um ponto específico do espaço organizacional, a que se pode chamar cargo.

Nesse sentido, Motta e Vasconcelos (2002, p.190) apontam que, a partir dos conflitos e papéis a resolver e das “expectativas de papéis que são determinadas por contexto organizacional mais amplo”, surge a figura do homem funcional como idéia central da Teoria dos Sistemas.

A Abordagem Sistêmica permite tratar as atividades administrativas em termos de seus sistemas: de produção, de comercialização, de recursos humanos e recursos financeiros.

Na Abordagem Contingencial, a eficácia organizacional só é atingida pelo uso de variados modelos, isto é, não existe uma forma única de se atingir um objetivo.

Autores como Lawrence, Lorsh, Burns e Stalker elaboraram dois tipos ideais de organização de modo que cada um esteja adaptado a um determinado setor ou ambiente: a organização mecânica e a organização orgânica. A primeira é formal com estrutura rígida e com pouco grau de comunicação entre os setores. A segunda é descentralizada, o poder é difuso e o processo de comunicação flui em todos os níveis, tanto vertical quanto horizontal. Woodward coloca ênfase nas variáveis tecnologia e ambiente para expressar os contornos que podem assumir a estrutura e o funcionamento da organização. Não há segundo essa abordagem uma forma melhor de administrar, não há modelo que se enquadre a qualquer situação (MOTTA e VASCONCELOS, 2002, p. 213-215).

A Abordagem Estratégica surge nos Estados Unidos em meados da década de 70 como uma resposta dos teóricos à ineficácia do arcabouço teórico-administrativo que não respondia às demandas por soluções dos problemas enfrentados pelas organizações, nesta época, imersas num ambiente de instabilidade política e econômica (QUINTELLA e DIAS, 2000, p.12).

Para Ansoff (1977) *apud* Dias (2002, p.151), o discernimento da estratégia como um processo de decisão racional e decidido pela cúpula da organização exige “regras de decisões adicionais para que a empresa possa ter um conhecimento ordenado e com lucros”.

Nestes termos, Andrade e Dias (2003, p. 54) argumentam:

O termo gerência ou administração estratégica foi introduzido pelo próprio Igor Ansoff, nos anos 70, relacionando ao estabelecimento de objetivos e metas para a organização, segundo um conjunto de relações entre a organização, segundo um conjunto de relações entre a organização e o ambiente, que a capacita a alcançar objetivos que permaneçam ajustados às demandas ambientais. O conceito foi introduzido para significar a adaptação incremental da organização em todas as suas dimensões, às mudanças ambientais.

Segundo Carrieri (1998) *apud* Dias (2002, p.153), o final dos anos 70 representou uma linha de demarcação nos estudos organizacionais quando a norma funcionalista passou a ser questionada por autores como Burrell e Morgan (1979): “[...] os anos seguintes ficariam caracterizados pelo predomínio da relatividade e da

diversidade no campo dos estudos organizacionais e, por consequência, também nas pesquisas sobre estratégia”.

Para Andrade e Dias (2003, p. 54), a importância do modelo de pensamento sobre a estratégia consistia na admissão do imprevisível e na constatação da complexidade dos ambientes que envolvem as organizações.

Há uma leitura extensa acerca da evolução do pensamento estratégico e, nesse sentido, Zaccarelli (1995, p.22) propõe o seguinte marco histórico da estratégia nas empresas, conforme Quadro 8:

Quadro 8 - Marco histórico da estratégia nas empresas.

1965	Editado o primeiro livro sobre estratégia, por Igor Ansoff (Estratégia empresarial, Editora Atlas).
1973	Realizado o Primeiro Seminário Internacional de Administração Estratégica na Universidade de Vanderbilt. (os trabalhos apresentados constam no livro Do planejamento estratégico à administração estratégica, organizado por Ansoff, Declerck, Hayes, editora Atlas).
1980	Editado o primeiro livro notável com desenvolvimento de conceitos próprios de estratégias, escrito por Michael Porter (Estratégia Competitiva, editora Campus). Os livros de estratégia passaram a ser os mais vendidos na área de Administração.
1990	Editado o livro de Porter, Vantagem competitiva das nações (Editora Campus), que ampliou os conceitos de estratégia para problemas macroeconômicos.
1993	A revista <i>Business Week</i> mostrou que o planejamento estratégico deixou de ser o serviço de maior faturamento das empresas de consultoria européia. Foi editado o livro de Mintzberg, <i>The rise and fall of strategic planning</i> , que mostrou a precariedade dos conceitos do planejamento estratégico
1994	Editado o livro de Hamel e Prahalad Competindo pelo futuro (Editora Campus), que consagrou os novos conceitos de estratégia empresarial como arquitetura estratégica, competências essenciais etc.
1995	Existência de vários livros no mercado, todos eles sem adotar no título a palavra planejamento, enfatizando termos como pensamento estratégico, estratégia operacional, estratégia em tempo real etc.

Fonte: Zaccarelli (1995, p.22).

No Brasil, os fundamentos do gerenciamento estratégico surgem como modelo importado concomitantemente à implantação das escolas de Administração. Segundo Fischer (2003, p.52-53), a estrutura dos cursos das escolas de administração da UFRGS, da UFBA e da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV) seguiu o modelo dos currículos americanos. Como já visto, notadamente da Southern Califórnia e Michigan State, instituições formadoras daqueles que seriam os futuros docentes em Administração destas escolas.

Conforme visto no Quadro 8, a escola de pensamento estratégico-empresarial originou-se a partir das contribuições de vários autores entre eles Ansoff (1977), Chandler (1976), Ackoff (1974) e Porter (1980, 1986, 1999).

O arcabouço teórico fornecido desde então pelos pesquisadores desta escola do pensamento gerencial possibilitaram às organizações dispor de ferramentas de análise e gestão mais flexíveis.

Nesse sentido, Mattar Neto (2004, p.270) considera que diferentemente da filosofia, uma das características da história do pensamento administrativo é que as obras e os autores desse movimento tornam-se superados de forma acelerada:

Na história do pensamento administrativo, conceitos velhos são cosmeticados e lançados como se fossem absolutamente novos, criações dos modernos autores, capazes de explicar fenômenos também novos.

Nesta linha de argumentação, aponta-se, a seguir, o olhar de Chanlat (1999, p.63) acerca dos pensamentos mecanicistas que têm envolvido o mundo da gestão:

Ainda recentemente, Michael Hammer, um dos apóstolos da reengenharia, que, foi sobretudo sinônimo de demissões em massa e de péssimos resultados financeiros e operacionais, confessava publicamente para um grupo de participantes, que tinham pago caro para escutá-lo, que ele havia de fato dado pouca atenção às dimensões humanas em razão de sua formação em engenharia e que havia descoberto depois que estas dimensões eram críticas.

Também na mesma direção, Motta e Vasconcelos (2002, p. 135-136) ressaltam os vários estudos da teoria crítica acerca das relações de dominação do sistema social:

Um outro exemplo de argumentação crítica é o argumento segundo o qual a adoção recente do nome "Gestão de Pessoas" para a antiga administração de Recursos humanos é uma tentativa de ocultar relações de poder subjacentes ao sistema. Argumenta-se que frequentemente os indivíduos continuam sendo tratados como recursos pelas organizações, como mostram as recentes tendências de adotar-se nas organizações ferramentas "neotayloristas" como a Reengenharia (*Downsizing*), excluindo-se subitamente os indivíduos da organização como recursos que sempre foram, o que descobre o caráter ideológico do discurso de proteção social e da ética paternalista antes adotada por esses sistemas organizacionais.

A escola do pensamento estratégico tem sido aceita tanto no meio acadêmico como no meio empresarial pelo resultado alcançado pelos trabalhos de Michael Porter.

Em seu primeiro livro *Estratégia Competitiva*, Porter (1980, p. 6) destaca que a compreensão do funcionamento da estrutura da indústria é um elemento essencial para a escolha da estratégia da empresa.

Porter (1986, p. 21-22) concebe o modelo da “cadeia de valor” como forma de análise sistematizada das atividades desempenhadas pela empresa que representem fontes de vantagem competitiva.

Em seu trabalho *A Competitividade das Nações*, Porter (1999, p. 174) mostra que a origem da vantagem competitiva está vinculada mais ao ambiente do que às condições iniciais da empresa.

Ao propor uma tipologia própria de estratégias suficientemente amplas e aplicáveis a qualquer tipo de empresa, em qualquer tipo de indústria e em qualquer estágio de seu desenvolvimento, Porter (1980, p. 9-13) impõe um dos principais pilares do porterismo.

Essa tipologia, de cunho pragmático e utilitarista, é composta por três Estratégias Genéricas: Liderança em Custo Total, Diferenciação e Enfoque. Segundo o autor, as empresas apresentariam melhor desempenho que os concorrentes se escolhessem e implementassem uma das estratégias genéricas propostas. Porter (1980) acredita que a estratégia resultante da aplicação simultânea de mais de uma estratégia genérica renderia um desempenho inferior ao resultado obtido com a escolha de uma única estratégia para guiar os rumos da organização.

A Estratégia Genérica de Liderança no Custo Total estabelece como meta para a empresa um custo menor que o de seu concorrente. Obtendo menor custo total a empresa poderá enfrentar pressões de fornecedores e o poder de negociação dos compradores, ameaças de novos competidores e de produtos substitutos.

Nesse sentido, a empresa exercerá sua gestão de custos com base no que Rossetti (1993, p. 481-494) registra como elementos da organização econômica necessários à produção na empresa:

a) a capacidade empresarial (reunião, organização e gestão dos recursos ativos disponíveis);

b) a tecnologia (normas de ação que operacionaliza a capacidade de produção em relação ao capital e a força de trabalho);

c) as reservas naturais (todos os recursos e condições da natureza acessíveis ao homem e úteis ao empreendimento);

d) o capital (equipamentos, estoques, instalações industriais e outras formas de riqueza que possibilitam obter outras riquezas);

e) os recursos humanos.

A Estratégia Genérica de Diferenciação é proposta por Porter como um meio de obter um posicionamento exclusivo na mente do consumidor, ou seja, a partir do oferecimento de um produto de características únicas de valor superior dentro de uma indústria a empresa conseguiria vencer a concorrência. Esta estratégia possibilita à empresa a obtenção da fidelização do cliente e a extração nesta relação de sobrepreço para seus produtos e serviços, possibilitando a cobertura dos custos da diferenciação.

A Estratégia Genérica de Enfoque se baseia, segundo Porter, na opção da empresa por uma especialização ou foco em uma parcela da indústria, definido um escopo estreito para seus produtos e serviços em termos de: tipos de clientes, linha de produtos, canais de distribuição, área de cobertura de vendas, entre outras dimensões.

Porter (1999, p. 48), em seu artigo O que É Estratégia, defende o uso e aplicação de ferramentas de eficácia operacional, a exemplo da reengenharia, da gestão da qualidade total, da terceirização, do *benchmarking*, de alianças, entre outras ferramentas, como forma de buscar a produtividade, a qualidade e o desempenho superior da empresa frente aos concorrentes.

No entanto, Porter (1999, p. 48-49) considera que se todas as empresas de uma indústria estiverem recorrendo a tais ferramentas, estarão todas se aproximando do que o autor denomina “fronteira da produtividade”:

soma de todas as melhores práticas existentes num determinado momento [...] o valor máximo que uma empresa é capaz de proporcionar com o fornecimento de um certo produto ou serviço, a um dado custo, utilizando os melhores recursos disponíveis em termos de tecnologia, habilidade, técnica gerencial e insumos de terceiros.

Os ganhos obtidos pelas empresas são progressivamente reduzidos devido a rápida proliferação das melhores práticas, gerando a hipercompetição ou como prefere o autor a autoflagelação. Não há contradição no que o autor prega, pois “a eficácia operacional é um componente imprescindível da gestão, mas não é estratégia” (PORTER, 1999, p.80).

Porter (1999, p. 208) alerta que os gerentes não sabem distinguir eficácia operacional de estratégia.

Para o autor, estratégia é criar uma posição exclusiva e valiosa, envolvendo um diferente conjunto de atividades compatíveis entre si e sustentáveis no tempo. O fato das ferramentas de eficácia operacional serem preferidas à

formulação de estratégia é explicado pelo autor como uma predisposição dos indivíduos por resultados imediatistas, pela expressão de números favoráveis nos relatórios de desempenho-econômico financeiro da empresa, assegurando com isso a manutenção da sua posição na organização.

O autor estabelece a estratégia como o verdadeiro caminho para a vantagem competitiva sustentável o que significa dizer a sobrevivência e perpetuidade da empresa.

Nesse sentido, Bertero (1994, p. 84-85) afirma que a aplicabilidade se expressa na perspectiva da estratégia organizacional, pois à medida que esta é pressentida por resultados, o administrador tem na estratégia um importante elemento que integra os diversos aspectos da organização.

Coisas aparentemente tão específicas e até distantes como objetivos, estrutura organizacional, diferenciação vertical, complexidade estrutural e processos organizacionais diversos encontram na estratégia importante elo interligador.

Porter oferece caminhos teóricos que justificam o pensamento estratégico como a possibilidade real de competição e de incorporação das contingências ao modo como as indústrias enfrentam os níveis de instabilidade política mundial da atualidade.

É exemplo da contribuição de Porter (1980, p. 22-48) a proposta de análise da indústria a partir do conjunto das cinco forças competitivas: ameaça de novos entrantes potenciais, poder dos fornecedores, poder dos compradores, ameaça de produtos e serviços substitutos e poder de negociação dos compradores; a idéia de cadeia de valores; estratégias genéricas.

O pensamento porteriano evolui com Mintzberg (2001) a partir de uma nova abordagem da estratégia genérica de diferenciação que amplia o entendimento de Porter (1980, p. 12), detalhando-a pela introdução da idéia de diferenciação por preço, por imagem, por suporte, por qualidade, por inovação e da possibilidade da não-diferenciação<sup>2</sup>.

O pensamento gerencialista até aqui apresentado será a seguir antagonizado pela corrente crítica referenciada no presente estudo como

<sup>2</sup> Mintzberg admite a possibilidade da empresa exercer o *meio-termo*, ou seja, estratégias híbridas.

abordagem humanista, que questiona a influência americana que tem suas raízes fincadas como paradigma do ensino de graduação nas escolas de Administração.

No Brasil, a análise crítica teve como origem as reflexões de autores como Maurício Tragtenberg, Alberto Guerreiro Ramos, Paulo Freire e ainda por bolsistas brasileiros influenciados por outras visões notadamente aquelas oriundas dos cursos de pós-graduação de universidades francesas, inglesas e canadenses a partir dos anos 70 e início dos anos 80. Autores estrangeiros como John Child, Stuart Clegg, Eugène Enriquez, Omar Aktouf e Jean François Chanlat são expoentes das influências exercidas sobre os bolsistas brasileiros.

A influência européia se estabeleceu na pós-graduação das escolas de administração, mas não modificou a formatação curricular na graduação “percebe-se que se criam novas disciplinas, mas o eixo principal do curso não é alterado. Os currículos incham e os títulos novos agregam-se aos antigos” (FISCHER 2003, p. 52-53).

Ao criticar a importação de modelos estrangeiros de ensino, Freire (2002, p. 107) destacou:

Esta forma de pensar o Brasil como sujeito que levava a uma necessária integração com a realidade nacional, vai caracterizar a ação da Universidade de Brasília que, fugindo obviamente à importação de modelos alienados, busca um saber autêntico, por isso comprometido. Sua preocupação não era, assim, a de formar bacharéis verbosos, nem a de formar técnicos tecnicistas. Inserindo-se cada vez mais na realidade nacional, sua preocupação era contribuir para a transformação da realidade, à base de uma verdadeira compreensão do seu processo.

A busca da explicação da alteridade entre a realidade concreta e as teorias aprendidas, enquanto fundamento da formação do administrador, tem guiado o interesse de diversos pesquisadores ao longo do tempo.

Os estudos de Guerreiro Ramos (1989), Chanlat (1992, 1999), Aktouf (1996, 1997, 2004), Tragtenberg (1979), Henry Mintzberg (2004), Enriquez (1997a, 1997b), Henry Bourgoïn (1984) e de muitos outros, examinam com um novo olhar, e sob a perspectiva da Ética das Virtudes, o impacto das ações dos administradores ou do produto que as escolas de gestão estão produzindo a fornadas.

Segundo Guerreiro Ramos (1989, p. 190-191), o domínio da razão instrumental nas organizações concebe uma sociedade centrada no mercado e que é causadora da destruição da qualidade de vida, da poluição, da utilização criminosa dos recursos naturais, da insegurança psicológica. O autor destaca também que a

instrumentalidade produz uma teoria organizacional incapaz de possibilitar espaços sociais gratificantes ao indivíduo. O autor assim se refere:

A institucionalização de uma sociedade multicêntrica está agora em processo, em termos dispersos e incompletos. Talvez venha a malograr, ou, por outro lado, pode ganhar impulso, com a nossa compreensão cada vez maior dos deformadores traços externos gerados pela sociedade centrada no mercado. Em qualquer caso, o futuro será moldado, ou através, da mera aceitação passiva das circunstâncias pelos agentes históricos, ou através de uma criativa exploração, por esses agentes, das inigualáveis oportunidades contemporâneas. Muito provavelmente, através de ambas as formas, terão eles influência...Podemos estar agora num similar estágio incipiente de institucionalização, de que pode emergir uma alternativa para a sociedade centrada no mercado – a sociedade multicêntrica, ou reticular (Guerreiro Ramos, 1989, p. 190-191).

Para Bertero (1992, p. 20), o que é característico da racionalidade moderna é a sua preocupação em usar da sensatez ou logicidade para governar a realidade exterior ao ser humano, especificamente as forças da natureza.

Todavia, a logicidade e a aplicação da inteligência à modificação da realidade exterior não constituem os únicos atributos da racionalidade. Na verdade, é impossível desvinculá-la da eficácia, enquanto parte inseparável de um determinado sistema de produção, o que constitui a marca distintiva da realidade num mundo em que predomina o modo industrial de produção (BERTERO, 1992, p. 20).

Ainda discutindo a questão do domínio da razão instrumental, Guerreiro Ramos (1989, p. 27-30) alicerçou seus estudos acerca da racionalidade nas organizações de forma abrangente, o que ele designou como “teoria substantiva da vida humana associada”. Para o autor, a referida abordagem teria a razão substantiva como a sua principal categoria de análise e a ética seria a sua disciplina de maior importância sobre qualquer outra que venha a abordar a vida social.

Para Chanlat (1999, p. 75), a ética é uma manifestação de liberdade do indivíduo por se encontrar estreitamente ligada com o desejo de não sucumbir-se aos determinismos da natureza ou da sociedade. Ela ocorre de forma interativa, no entanto não está presente unicamente na relação imediata entre as pessoas, mas também está na interação com aquelas que estão ausentes e se manifesta por meio do estabelecimento de regras. A ética está presente no cerne da relação interpessoal, que se fundamenta na confiança e no respeito mútuo entre os indivíduos.

Nesse sentido, do ponto de vista kantiano, tomar o homem com meio parece ser profundamente imoral, pois todos os homens são fins em si mesmos e

como pessoas morais formam parte do mundo da liberdade ou do reino dos fins (VÁSQUEZ, 2003, p. 283).

Assim, sob a perspectiva kantiana, a gestão e a ética são contraditórias. A ética faz parte do campo dos fins e tem os indivíduos como fins em si mesmos. De modo oposto, a gestão se relaciona ao campo dos meios e contempla os seres humanos como recursos.

Do ponto de vista de autores como Simon (1960) *apud* Chanlat (1999, p.76) e Friedman (1988, p.145), as questões éticas não combinam com um campo como o da administração num mercado livre:

O princípio ético que justificaria diretamente a distribuição da renda numa sociedade de mercado livre seria “a cada um de acordo com o que ele e seus instrumentos de trabalho produzem” (Friedman, 1988, p.145).

A contraditoriedade aqui percebida justifica a crescente preocupação que o campo da gestão dispensa à questão da ética. Nos últimos anos, percebe-se que o campo da gestão empresarial, principalmente na América do Norte, tenta resgatar os questionamentos de ordem moral, preocupação que pode ser explicada pelos escândalos financeiros que marcaram *Wall Street*, pelo crescimento das decisões individualistas que caracterizam a atuação dos jovens recém-diplomados pelas escolas de gestão, pelos resultados de determinadas decisões orientadas por valores econômicos que visam apenas a busca desenfreada pelos lucros, independentemente das conseqüências geradas (CHANLAT, 1992, p.69).

De fato, diversas mudanças vêm ocorrendo nas sociedades contemporâneas, como exemplo, a hegemonia do pensamento econômico, o culto da empresa, a atitude egoísta de jovens executivos e a influência ascendente do pensamento empresarial sobre as pessoas fortalecem a lógica do capitalismo.

Esta lógica está baseada na primazia do interesse pessoal em detrimento do coletivo, no fenômeno da crematística (a acumulação de moeda pela moeda) e na propriedade privada.

No entanto, as relações que são construídas nas organizações fundam-se sobre valores, que podem ser tácitos ou expressos formalmente, e que determinarão as normas que influenciarão os julgamentos e o comportamento dos indivíduos. Desse modo, nenhum relacionamento entre indivíduos pode deixar de ser regido por tais normas (CHANLAT, 1992, p. 69).

Nesse sentido, e apesar das limitações do pensamento utilitarista, os argumentos de Chanlat recebem contribuições dos pressupostos de Mill (2000, p.41) acerca do bem-estar da coletividade:

Em primeiro lugar, as leis e a organização social devem, tanto quanto possível, harmonizar a felicidade ou (como pode ser designado em termos práticos) o interesse de cada indivíduo com o interesse do conjunto. Em segundo lugar, a educação e a opinião, que possuem um poder tão vasto sobre o caráter humano, devem usar esse poder para estabelecer na mente de cada indivíduo uma associação indissolúvel entre a sua própria felicidade e o bem do conjunto; especialmente entre sua própria felicidade e a prática de modos de conduta, negativos e positivos, que a consideração da felicidade universal prescreve: de tal modo que não apenas o indivíduo se torne incapaz de conceber como compatíveis a sua própria felicidade e condutas opostas ao bem geral, mas também de tal modo que um impulso direto para promover o bem geral possa ser em cada indivíduo um dos motivos habituais da ação, e que os sentimentos correspondentes possam ocupar um grande e proeminente lugar na vida de todo ser humano (MILL, 2000, p.41).

Nesse sentido, Aktouf (1996, p. 247) afirma que a administração deve voltar a considerar o ser humano de modo que seja revestida de um novo pensar e de um novo agir e que os professores são os tutores de valores que transcendem os valores da empresa e o que o seu papel é o de ressaltá-los e vivenciá-los. Se associando aos valores empresariais, o autor assevera que os mestres não são dignos das prerrogativas que lhes são reservadas pela sociedade. Ele ainda adverte que:

Tanto a alta direção das empresas, como gerentes e professores de Administração devem saber que reina uma necessária interdependência em tudo o que fazem: atos como os de tentar alcançar maiores lucros em detrimento do pessoal assalariado, sem dar atenção aos crimes perpetrados contra a natureza, causando desemprego ou prejudicando países mais pobres não são senão tentativas (provisórias) de buscar proteção, ou de acreditar que se está alcançando tal proteção (AKTOUF, 1996, p. 247)

Ainda segundo Aktouf (2004, p. 22), a administração é o “braço armado do pensamento econômico dominante e, da forma que se apresenta, é uma extensão do pensamento liberal”. Assim, a Administração torna-se um problema universal e o autor propõe a Administração Alternativa. Para ele, o fracasso da administração vem do fracasso neoliberal. O autor aponta como exemplo o caso da empresa de energia norte-americana Enron envolvida em fraudes contábeis. Conforme o olhar do autor, essa empresa não teve apenas um problema de gestão, mas sim um problema de concepção errada do mundo, representada pelo modelo neoliberal.

Argumento semelhante é proposto por Bourdieu (2001, p. 57) que, ao examinar as políticas neoliberais, defende a criação de novas formas de luta com vistas à desconstrução das crenças dominantes:

O neoliberalismo visa destruir o Estado social, a mão esquerda do Estado (pela qual é fácil mostrar que é o aval dos interesses dos dominados, indigentes cultural e economicamente, mulheres, etnias estigmatizadas, etc.). O caso mais exemplar é o da saúde, que a política neoliberal ataca por dois lados, contribuindo para o aumento do número dos doentes e das doenças (através da correlação entre miséria – causas estruturais – e a doença: alcoolismo, droga, delinquência, acidentes de trabalho, etc.) e reduzindo os recursos médicos, os meios de tratamento (é o exemplo da Rússia, onde a expectativa de vida caiu 10 anos em 10 anos! E da Inglaterra).

Para Aktouf (2004, p. 26), torna-se necessário mudar o paradigma atual porque as ferramentas e técnicas de gestão são questionáveis. O fracasso decorre ainda do revés do modelo americano de gestão que preconiza a estrutura maximalista.

Ainda segundo Aktouf (2004, p. 22-23), o paradigma neoliberal prega a eficácia para Estado e Empresa. Em última análise a eficácia representa a busca pelo dinheiro, pela mais valia relativa. Existem várias versões para eficácia nas muitas disciplinas dos cursos de administração.

O autor argumenta que a pregação de que as organizações públicas devem ser mais eficazes revela um problema epistemológico grave. A eficácia no modelo neoliberal, de modo simples, remete à compreensão de que as saídas de energia de um dado sistema devam ser maiores que as entradas de energia, o que revela um erro epistemológico considerando-se a questão da entropia negativa. Neste sentido, Motta (2001, p.21) esclarece:

A entropia refere-se a um processo pelo qual toda e qualquer forma organizada tende à indiferenciação e à morte. Os sistemas sociais, porém, repõem energia para resistir ao processo entrópico. Ao processo de reposição de energia chamamos entropia negativa ou negentropia. Desse tipo é a entrada de conhecimento diferenciado. A relação entre as saídas e as entradas, por um lado, e a quantidade de energia absorvida pelo sistema, por outro, diz respeito à eficiência da organização burocrática e é garantida por meios técnicos e econômicos.

Indo mais além, Aktouf (2004) alerta que o erro está na concepção maximalista do universo, pois, segundo o autor, a natureza busca a sobrevivência e não a maximização. O autor lembra que ser eficaz, segundo a biologia e a física, se traduz, por exemplo, em utilizar menos energia para fabricar um carro hoje em

relação a ontem, com mais salários, mais férias, menos contaminação e mais emprego.

Citando Aristóteles em *Ética a Nicômaco*, Aktouf (2004) lembra que o lado bom da moeda é a facilitação das trocas comerciais e o lado ruim é que ela dá a ilusão de sua infinitude. A Eficácia pretendida pelo modelo neoliberal remete a desastres sociais como: mais enfermidades, mais contaminação, mais desemprego, menos salários, menos férias.

Argumentos observados em Bourdieu (2001, p. 48) fortalecem o olhar aktoufiano acerca do novo modelo de produção:

[...] o novo modo de produção maximiza o lucro reduzindo a massa salarial pela compressão dos salários e pelas demissões, o acionista preocupando-se apenas com as cotações da Bolsa de que depende seu rendimento nominal e com a estabilidade dos preços que deve manter seu rendimento real o mais próximo possível do nominal. Assim, instituiu-se um regime econômico que é inseparável de um regime político, um modo de produção que implica um modo de dominação fundado na instituição da insegurança, a dominação pela precariedade: um mercado financeiro desregulamentado favorece um mercado de trabalho desregulamentado, portanto um trabalho precário que impõe a submissão aos trabalhadores.

No que diz respeito ao olhar aktoufiano da concepção maximalista do universo, Guerreiro Ramos (1989, p. 189-190), baseando-se nos pressupostos de Nicholas Georgescu-Roegen (1976), argumenta que a produção de bens e serviços deveria ser realizada a partir da utilização máxima dos recursos renováveis e da mínima utilização dos recursos não-renováveis. Entendido por recursos renováveis os de natureza biológica que podem ser gerados a partir de breves ciclos da natureza como a energia cinética dos ventos, a energia originada do sol e da queda d'água e como recursos não-renováveis aqueles que para serem refeitos necessitam de longos ciclos ecológicos que ultrapassam o limite de existência do homem como o zinco, o petróleo, o estanho e o chumbo, entre outros.

Entretanto, sob a justificativa da necessidade de prolongar a espécie humana, a exaustão dos recursos não-renováveis tem sido acelerada. Nas palavras de Guerreiro Ramos (1989, p.191):

Embora ninguém possa afirmar que tem visão precisa das coisas que estão por vir, é essencial que delimitemos a influência das organizações econômicas sobre a existência humana como um todo, se devemos capitalizar as possibilidades contemporâneas. Por serem as organizações econômicas precisamente aquelas que mais retiram insumos do limitado orçamento da matéria energia de baixa entropia disponível, deveriam elas ser rigorosamente replanejadas, tendo-se em mente um enclave, como parte de uma sociedade multicêntrica provida de muitos cenários para propósitos autocompensadores, envolvendo consumo mínimo de insumos de baixa entropia.

Para Aktouf (2004, p.239), cabe ao Estado o papel de evitar esse processo de degradação da natureza pelas organizações privadas. Para o autor, as funções do estado diferem das funções da empresa privada, pois para o primeiro é reservado o papel de equilibrador das relações econômicas evitando excessos nas relações entre empresa e sociedade.

Assim, para Aktouf são três os papéis do Estado que se desdobram em garantir a integridade do território (proteção ambiental, fronteiras, recursos etc.), na dignidade do cidadão (saúde, segurança, educação, cultura, alimento etc.) e por fim o de soberania da nação (é o projeto social – o tipo de sociedade desejada).

De acordo com Aktouf (2004), o mal-entendido gerado pelo modelo neoliberal está em conceber que o mercado possa ser travestido de projeto social considerando-se que o mercado é uma arena em que só os mais fortes vencem, não há lugar para as minorias.

O núcleo do problema do fracasso do modelo neoliberal está, portanto, no não exercício dos papéis verdadeiros do Estado. O novo paradigma desponta pela via da responsabilidade social por intermédio das ações, promovidas de modo crescente, pelas empresas de todos os tipos.

O novo paradigma está, segundo Aktouf (2004), em “aproximar a empresa privada da vocação do Estado”.

De modo antagônico a Aktouf, Friedman (1988, p. 145) estabelece a seguinte provocação:

Um elemento central no desenvolvimento dos sentimentos coletivistas neste século, pelo menos nos países ocidentais, tem sido a crença na igualdade de renda como objetivo social e a disposição de usar o braço do estado para promovê-la. Duas perguntas diferentes devem ser feitas na avaliação desse sentimento igualitário e das medidas igualitárias que produziu. A primeira é normativa e ética: qual é a justificativa para a intervenção do estado visando promover a igualdade? A segunda é positiva e científica: qual tem sido o resultado das medidas até então tomadas?

De modo semelhante a Aktouf, Bourdieu (2001, p. 48) afirma que os administradores dos fundos de aplicações coletivas, principalmente nos Estados Unidos, das grandes companhias de seguros e dos fundos de pensão exercem pressão tanto sobre os Estados como sobre as empresas:

[...] presentes nos conselhos de administração das empresas (*corporate governance*), são obrigados pela lógica do sistema por eles dominado a impor a busca de lucros cada vez mais elevados (12, 15 e até 18% do capital investido), que as firmas só podem atingir ao preço de demissões. Transferem assim o imperativo do lucro a curto prazo, constituído como fim

prático de todo o sistema – desprezando conseqüências ecológicas e sobretudo humanas –, para os *managers* que por sua vez são levados a fazer o risco recair sobre os assalariados – sobretudo através das demissões (BOURDIEU, 2001, p. 48).

No que diz respeito à utilização de ética nos negócios, Aktouf (2004) remete a idéia segundo a qual “dizer que ética e *business* combinam é uma frase de esquizofrênico”. Tal reflexão encontra sustentação na ética de Kant já apresentada, no sentido de que a gestão e a ética são contraditórias haja vista que a primeira considera o homem como meio e a segunda considera os indivíduos como fins em si mesmos.

Para Aktouf (2004, p. 240), *business* revela o egoísmo, o individualismo, a competição, a luta entre indivíduos. A ética, por outro lado, consiste no compartilhamento, nos atos não egoístas, na comunidade, no alcançar o bem-estar de todos, na colaboração e na ajuda mútua entre indivíduos.

Para Aktouf (2004), estas reflexões conceituais são o bastante para revolucionar os conteúdos das escolas de Administração. Todas as disciplinas têm uma hipótese (sua base teórica) errada traduzida pela idéia de competição.

Neste sentido, para Aktouf (2004), o modelo neoliberal prega o contrasenso de que empresa privada é sinônimo de democracia, ou seja, a defesa pelo estado dos interesses das empresas é a legítima defesa da democracia.

Aktouf (2004, p. 258) propõe a construção do novo paradigma que requer uma abordagem multidisciplinar pelas instituições de ensino em administração que devem lançar mão dos conteúdos da filosofia, da história, da economia, da metafísica como adequação aos conteúdos ministrados pelas escolas de Administração de modo a fazer frente a um modelo anti-humano como o modelo neoliberal.

Por outro lado, Chauí (2001, p. 339) argumenta:

Poderíamos indagar se a educação ética não seria uma violência. Em primeiro lugar, porque se tal educação visa a transformar-nos de passivos em ativos, poderíamos perguntar se nossa natureza não seria essencialmente passional e, portanto, forçar-nos à racionalidade ativa não seria um ato de violência contra a nossa natureza espontânea? Em segundo lugar, porque se tal educação visa a colocar-nos em harmonia e em acordo com os valores de nossa sociedade, poderíamos indagar se isso não nos faria submetidos a um poder externo à nossa consciência, o poder da moral social.

Chauí (2001) explica que para responder a tais indagações, o desenvolvimento das idéias éticas na Filosofia precisam ser retomados, o que foi feito no Capítulo 2 do presente estudo.

Argumento da mesma natureza é o de Aktouf (2004) que afirma ser obrigatório para as escolas de administração o resgate das leituras dos autores clássicos, especificamente Aristóteles, dada a sua importância para a construção do novo paradigma da Administração. A preocupação maior do autor recai sobre o papel cada vez mais importante dos profissionais de administração, já que “das escolas de administração saem profissionais que também passam a ter poder público”.

Como base de sustentação entre o que se ensina e o que deveria ser ensinado nas escolas de gestão, Aktouf (2004) provoca o debate sobre o capitalismo financeiro e o capitalismo industrial. Segundo o autor, as bases do capitalismo financeiro são:

- a) Livre mercado
- b) Bolsa de valores no estilo *Wall Street*
- c) Um conjunto de monopólios e lobbies americanos
- d) Imediatismo, visão de curto prazo
- e) Ponto de vista financeiro.
- f) O ser humano visto como custo e como inimigo do lucro
- g) A concentração de capital (o que vem matando o capitalismo)
- h) Base filosófica de Platão
- i) Líder tem o desejo de poder absoluto.

Em contrapartida, o capitalismo industrial como modelo alternativo, tem como características:

- a) Ser sustentável
- b) Proporcionar justiça social
- c) Basear-se em aprender como fazer os melhores produtos do mundo
- d) Ter a criatividade do homem como mola propulsora deste modelo
- e) A metáfora da pirâmide (motivação e liderança) não se aplica no capitalismo industrial: a questão que se coloca está em saber por quê o trabalhador não está motivado e não em como elaborar estratégias para motivá-lo
- f) Base filosófica de Aristóteles

g) Metáfora do empregado parceiro

h) Pergunta-se: Por quê? Para quem?

Para a construção de um modelo alternativo de gestão, Aktouf (2004) defende uma nova pedagogia em administração e se contrapõe ao método do caso que, segundo ele, é a abordagem pedagógica privilegiada nas escolas de gestão. O estudo de caso é um discurso dos dirigentes sobre qual é a realidade. Nas escolas de administração é utilizada a disciplina Teoria Geral da Administração para interpretar um discurso sobre um discurso. Traz um distanciamento entre quem dirige e quem é dirigido. É uma idealização, uma racionalização.

Aktouf (1997, p. 9) sentencia acerca do método do caso:

[...] o estudo de caso privilegia a rapidez da ação e a aquisição de automatismos em relação a solução de problemas. O caso tende, então, a eliminar a reflexão sobre os fundamentos, sobre as implicações sociais em benefício de reflexos e cálculos que não visam, na maior parte do tempo que melhorar a rentabilidade da empresa. O caso é então uma pedagogia do não questionamento, baseado em uma história tocada pela ideologia, destinada a formar pessoas que decidem rápido, que passam à ação rapidamente sem se indagar muito. Este método aliás é, em última análise, um jogo de fraudes porque a solução já está inscrita no próprio discurso do caso. E, na maioria das vezes, esta solução rejeita por definição todas as questões de sensibilidade social, de sensibilidade ecológica ou de sensibilidade humana simplesmente, ética então.

Aktouf (1997, p. 9-10) ainda questiona se a formação de administradores deve atender à transformação do mundo ou à mimetização do que está estabelecido. Desse modo, a abordagem de ensino proposta pelo autor dá-se a partir da combinação de duas possibilidades:

a) Pedagogia Esotérica – trata-se da conjunção da vida interior com o conhecimento intelectual, utilizando pensadores como Aristóteles e Sócrates. Baseia-se no modelo da desconstrução das idéias equivocadas que os estudantes têm acerca do que deveria ser a administração. Em seguida, promove-se a reconstrução por uma via pessoal, por meio de uma mudança profunda no modo de ser e de compreender do aluno. O modelo esotérico busca sensibilizar o estudante também frente a questões como ecologia, desemprego e desigualdades sociais. É um método também difícil de ser operacionalizado porque coloca em questão os preconceitos trazidos pelos estudantes quando começam a estudar administração.

b) Pedagogia Exotérica – o mestre é o veículo para a transmissão de conteúdos e é centrada em avaliações que assegurem o entendimento do conteúdo ministrado.

Assim, o desenvolvimento de uma cultura geral e a formação em humanidades colaboram para despertar a sensibilidade do futuro administrador que pode ser considerada tão importante quanto os conhecimentos formais. Aktouf (1997, p.9) ressalta que este processo de desenvolvimento envolve capacidade de entrega e empenho pessoal para entender Marx, Weber, Sartre ou outros grandes clássicos.

Por outro lado, os professores de administração deverão ter disposição para a mudança, ser possuidor de experiência de campo, de cultura ampla e geral e, de alguma forma, apresentar um espírito livre em relação às idéias recebidas em administração, segundo Aktouf (1997, p. 15):

[...] Finalmente, a grande qualidade do administrador de hoje e de amanhã é a de fazer com que, de certa maneira, os seres humanos que compõem a empresa tenham gosto, vontade, alegria e felicidade de fazer o que se lhes pede para que façam. É nessa alegria, neste desejo de fazer o que é demandado que eles serão criativos, inovadores, produtores de qualidade, respeitosos do ambiente e contra o desperdício. O papel do professor de administração é por conseguinte o de suscitar esta sensibilidade para os aspectos humanos e não de formar futuros estrategistas ou futuros técnicos em administração

Dessa forma, o professor de administração tem a responsabilidade de formar profissionais que vão tomar decisões acerca de questões que podem envolver os seres humanos, a natureza e até mesmo o futuro da humanidade. O administrador e o professor de administração deverão ser generalistas e apresentar conhecimentos profundos de base de antropologia, história, ecologia, lingüística, interculturalismo, dentre outros.

Nesse sentido, Oliveira (1995, p. 109) argumenta:

Talvez tenhamos que reconhecer que, no mundo de hoje, especialmente entre nós na América Latina, estamos passando por uma crise muito profunda em relação a educação, que consiste precisamente no fato de que nós só somos capazes de instruir e não de educar, isto é, de fazer emergir um relacionamento com o todo. Nossas instituições educativas parecem que são hoje destinadas a preparar os futuros funcionários da sociedade, ou seja, os quadros que nela sistematicamente se devem inserir, sem sermos capazes de educar a pessoa humana enquanto tal.

Argumento semelhante é proposto por Freire (1996, p. 102) que chama a atenção para o fato de que ao professor cabe a compreensão de que a educação é um modo de intervenção no mundo:

Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto o seu *desmascaramento*. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Não apenas a *reprodutora* nem apenas *desmascaradora* da ideologia dominante.

Assim, conforme Aktouf (2004, p. 258), torna-se imperativo um olhar renovado com vistas a transformar os programas das escolas de administração, excessivamente amparados:

num ensino de um matematicismo exagerado, programas que reservam sua maior parte quase que apenas a observações do tipo “produção-financeira-contabilidade”, inclusive nas matérias que concernem aos empregados, aos consumidores, os primeiros considerados praticamente como custos e os segundos como compradores indecisos.

Neste contexto, Chanlat (1999, p. 67-68) propõe o retorno de dimensões fundamentais como as dimensões humanas e sociais:

De modo geral, o mundo da gestão caracteriza-se por uma rejeição apoiada em reflexão. O prazer de pensar por pensar ou a faculdade de julgar as decisões de modo não convencional são, freqüentemente, rejeitados em proveito de pensamentos preconcebidos refletindo as últimas idéias em moda; cultura reflexiva é arquivada na prateleira dos acessórios inúteis. O que é de ordem na prática social torna-se natural e não pode ser discutido. O costume transforma-se em necessidade e o conformismo reina por toda parte.

Para Chanlat (1999, p. 68), ensinar Ciências Sociais em escolas que formam gestores é viver a realidade de um mundo repleto de plenitude e certezas, sendo que em muitas dessas instituições ocorre a moderação da participação das Ciências Sociais em favor de disciplinas instrumentais e menos provocadoras.

Nessa perspectiva, o universo é escrito em fórmulas matemáticas e aquilo que é desconhecido passa a ser relacionado às capacidades de cálculo disponível, conforme escrevem Adorno e Horkheimer (1985, p. 38):

Na redução do pensamento a uma aparelhagem matemática está implícita a ratificação do mundo como sua própria medida. O que aparece como triunfo da racionalidade objetiva, a submissão de todo ente ao formalismo lógico, tem por preço a subordinação obediente da razão ao imediatismo dado. Compreender o dado enquanto tal, descobrir nos dados não apenas suas relações espaço-temporais abstratas, com as quais se possa então agarrá-las, mas ao contrário pensá-las como a superfície, como aspectos mediatizados do conceito, que só se realizam no desdobramento de seu sentido social, histórico, humano – toda a pretensão do conhecimento é

abandonada [...] O factual tem a última palavra, o conhecimento restringe-se a sua repetição, o pensamento transforma-se na mera tautologia.

A preocupação com o tecnicismo no campo da administração também pode ser encontrada na obra de Tragtenberg (1979) *apud* De Paula (2001, p. 78):

Tragtenberg também alertou para o risco de o tecnicismo superar o humanismo, transformando as universidades em “multidiversidades”, ou seja, “multinacionais da educação” que, ao “mercadorizarem” o ensino, se afastam do seu papel social. Assim, os fins formativos são deixados em segundo plano, a criação do conhecimento cede lugar ao controle quantitativo de sua produção e o desempenho dos professores e alunos é mais valorizado do que o aprendizado, de modo que a universidade se transforma, como afirma Tragtenberg parafraseando Lima Barreto, em um “cemitério de vivos.”

Segundo De Paula (2001, p. 78), Tragtenberg discutia a questão da responsabilidade social das instituições de ensino, dos professores e dos pesquisadores, ressaltando o papel das universidades na formação cidadã e na produção do conhecimento:

As diretrizes curriculares básicas recomendadas pelo Ministério da Educação para os cursos de graduação em Administração apontam que o processo pedagógico deve garantir que o futuro administrador tenha, além de habilidades técnicas, uma formação humanística, pois ele deve estar apto a tomar decisões compreendendo o meio onde está inserido. O administrador deve ser capaz de analisar as organizações e antever mudanças. Valores como responsabilidade social, justiça e ética profissional também são relevantes. Além disso, o administrador deve ter consciência da grande influência de suas decisões sobre as esferas social, política, econômica e ecológica. Tal perfil demanda uma sólida formação teórico-analítica, o que se traduz na necessidade de ter instituições de ensino que privilegiem a pesquisa e que orientem o processo de aprendizado para o desenvolvimento da cidadania. Nas últimas décadas, o crescente *status* das posições gerenciais, entre outros fatores, aumentou a procura pelos cursos de Administração. A questão da qualidade também ganhou relevância, ocupando lugar na retórica, e eventualmente na prática, dos dirigentes das instituições de ensino. Entretanto, um exame de realidade atual evidencia que ainda há um longo caminho a percorrer e comprova a persistência de traços da delinquência acadêmica na pesquisa e ensino da Administração no país.

Para De Paula (2001, p. 80-81), da mesma forma, os professores ao sofrerem pressões para se adequar as exigências de um mercado de trabalho que demanda produtividade e aderência com a indústria do *management*, deixam de lado abordagens e posicionamentos mais críticos. Nesse contexto, despreza-se a compreensão do poder de transformação da realidade, de modo que o objetivo passa a ser a luta pela sobrevivência profissional.

Bertero (1994, p. 82) esclarece que o termo *management* é uma invenção norte-americana e utilizada quase que de forma universal com um sentido praticamente técnico.

Na perspectiva do predomínio da indústria do *management*, Mintzberg *et al* (2004, p. 3), afirmam que o capitalismo está enfrentando uma crise e que os conteúdos das matérias ministradas bem como os professores de administração têm uma parcela de culpa nesse processo. Os autores propõem a cessação de suposições nocivas acerca do *business* que dão suporte a acontecimentos como os escândalos financeiros que envolveram a Arthur Andersen e a empresa de energia elétrica norte-americana Enron.

O desafio proposto por Mintzberg *et al* (2004, p. 3) é que se encerrem as seguintes meias-verdades ensinadas nas escolas de gestão:

- a) o objetivo das corporações é dar retorno ao capital investido pelos acionistas;
- b) na gestão, o que conta é o individualismo e o “salve-se quem puder”, sem esquecer que deve-se maximizar os próprios ganhos;
- c) as organizações precisam ser enxutas e agressivas, no estilo *lean and mean*;
- d) o enriquecimento maior dos acionistas e dos diretores provocariam uma onda de crescimento que atingiria a todos os demais: “uma maré ascendente ergue todos os barcos”. Entretanto, metaforicamente, os autores observam que a maré ascendente ergueu apenas os iates;
- e) as empresas necessitam de um *Chief Executive Office (CEO)* que possua carisma e seja invencível de modo a guiar o empreendimento ao sucesso: “CEO’s *became celebrities*”.

Ainda segundo Mintzberg (2004, p. 3), o mundo empresarial foi levado a acreditar que a real responsabilidade do *CEO* é servir aos interesses dos acionistas e que o seu desempenho deve ser medido de acordo com o valor da remuneração que pode ser criada para as suas ações:

Companies need CEO’s who are heroic leaders. This is another half-truth. Of course, one of the CEO’s roles is to provide leadership. But the real question is, What kind of leadership?

The notion of the CEO as heroic leader is one that you’ve heard so often that you’ve probably come to believe it: The CEO is the company, a heroic leader who single-handedly steers the business to success.

Two questions are worth asking: Why did this half truth emerge? And how did it happen? In large part, the “why” is a reflection of half-truth number two. Having heroic CEOs serves the interests of the shareholders, who want disproportionate rewards. How did they bring this notion into practice? In simple terms, you CEOs were bought. All it look were huge bonuses and excessive stock options!.

Enriquez (1997a, p. 23) identifica esses líderes heróicos e carismáticos como “matador *cool*”, aquele que é estratégico, guerreiro, ganhador e esportivo. Segundo o autor, são *cool* porque devem conhecer o descanso das paixões e o entorpecimento da sensibilidade, o que possibilitará com que ajam da maneira mais condenável com absoluta tranqüilidade e indiferença:

Não é, pois, questão de eliminar um adversário ou um concorrente com paixão, é preciso fazê-lo, ao contrário, com doçura (e não mata-lo definitivamente, pois ele pode, um dia, talvez, revelar-se útil). O matador *cool* ou apático, para atingir os seus fins, deve praticar uma certa forma de ascetismo (como na ética protestante), um ascetismo não somente do pensamento, mas do corpo. O corpo deve ser refeito, ele deve ser endurecido. É a esse novo ascetismo que servem os estágios *off limits*, como foi questionado aqui antes. Com efeito, a empresa estratégica tem, por fundamento, uma equação simples: energia física = energia psíquica = aptidão para o sucesso individual = aptidão à utilidade social.

Criticando também a acumulação desenfreada de lucros, Enriquez considera que a empresa e o modelo de gestão que ela estabelece parece ter transformado os seres humanos em seres técnicos, transfigurando-os em consumidores e produtores de modo que as relações sociais se transformem em relações entre mercadorias.

A mesma preocupação de Chanlat (1999) e Aktouf (2004) acerca do fenômeno da crematística pode ser encontrada em Enriquez (1997a, p. 28):

A guerra é total, mas ela pode ser mais amortecida (estratégias racionais) ou, ao contrário, mais violenta (OPA, *raiders*...) que na estrutura tecnocrática. O sorriso é violência potencial; a violência, o detonador possível de uma combinação frutífera. Quando a produção não tem mais resultados esperados, as firmas reforçam suas atividades financeiras. (É o caso da Ford, atualmente, e das empresas japonesas em geral, que aumentam seu império sobre o mercado de capitais. Basta apenas notar que a predominância do capital financeiro sobre a produção foi iniciada há mais de dez anos, mesmo na França). A meta não é mais o investimento industrial, é o “golpe” financeiro. Max Weber não reconheceria mais seu mundo: trabalhar não enriquece mais, ou muito pouco. Apenas a especulação engendra dinheiro. A famosa fórmula de Marx: D (dinheiro) ? M (mercadoria) ? D' (dinheiro) está obsoleta. O dinheiro permite fazer dinheiro sem produção de mercadorias.

Bourgoin (1984, p. 180) afirma que as teorias americanas não são mais nem menos que o reflexo da cultura americana atual. No mundo de hoje, quaisquer que sejam os continentes, regimes, países ou organizações sociais, a imensa maioria dos homens é condicionada, o que significa dizer que os homens vêem o mundo como eles aprenderam a ver. A educação, a riqueza, o consumo e as mídias se encarregam desse tipo de formação.

Essa pressuposição encontra respaldo nos escritos de Adorno e Horkheimer (1985, p. 113):

[...] a cultura contemporânea confere a tudo um ar de semelhança. O cinema, o rádio e as revistas constituem um sistema. Cada setor é coerente em si mesmo e todos o são em conjunto. Até mesmo as manifestações estéticas de tendências políticas opostas entoam o mesmo louvor do ritmo de aço. Os decorativos prédios administrativos e os centros de exposição industrial mal se distinguem nos países autoritários e nos demais países.

Tal condicionamento cultural molda todo o mundo, o que significa dizer, tanto o cidadão comum quanto os sociólogos ou os teóricos. As teorias, quaisquer que sejam, refletem hoje o ambiente dentro do qual elas são elaboradas pelos autores.

Nesse sentido, Bourgoïn (1984, p. 180) questiona se as teorias desenvolvidas em determinados países, sejam elas, italianas, americanas, alemãs, inglesas ou francesas podem se aplicar sem reservas a outros países quer sejam escandinavos, asiáticos, africanos ou latino americanos.

Segundo Bourgoïn (1984, p. 56-59), os estudos de Hofstede sobre as características das culturas nacionais de 40 países (Europa, América e Ásia) determinaram um modelo de organização próprio da cultura de cada país de acordo com quatro dimensões principais: a distância hierárquica, o controle de incertezas, o individualismo e a masculinidade.

No que se refere à distância hierárquica, Hofstede (1980) *apud* Bourgoïn (1984, p. 57) afirma que se trata de um indicativo da disposição de uma sociedade em aceitar o fato de que o poder, dentro de instituições e de organizações, é inegavelmente distribuído.

O controle de incertezas refere-se às regras elaboradas pelas sociedades sobre situações julgadas pouco claras, não estruturadas ou imprevisíveis. Um menor grau de incerteza desenvolve um alto grau de atividade, de agressividade e de intolerância e que cria obrigações morais para as pessoas. Por outro lado, um maior grau de incerteza de regras morais leva a uma sociedade menos agressiva, mais tolerante, mais indiferente.

A terceira dimensão, o individualismo, leva em consideração o caráter individual ou comunitário das relações em sociedade.

A quarta e última dimensão considera as diferenças biológicas entre homens e mulheres. Para o autor, as culturas masculinas definem globalmente uma

lei social diferente para cada sexo e enfatizam a autoconfiança, a aquisição de dinheiro e o bem-estar material, levando os homens a tornarem-se agressivos, ambiciosos e combativos, levando-os à busca do sucesso materialmente visível. Nessa cultura, o papel das mulheres é se ocupar das crianças, de sua educação e do lar. Nas culturas femininas não há repartição rigorosa de papéis entre os sexos e os homens não são levados a atuar de forma combativa ou ambiciosa, mas sim a respeitar as minorias, os fracos e desejar qualidade de vida acima do sucesso material.

Segundo Bourgoin (1984, p. 181), os estudos conduzidos nos Estados Unidos revelaram quatro indicadores principais acerca da dimensão cultural da administração norte-americana:

- a) uma distância hierárquica menor
- b) uma tolerância a idéias e comportamentos desviantes
- c) um país onde o individualismo é o mais desenvolvido e difundido
- d) a agressividade ou o grau de masculinidade do comportamento são medianos

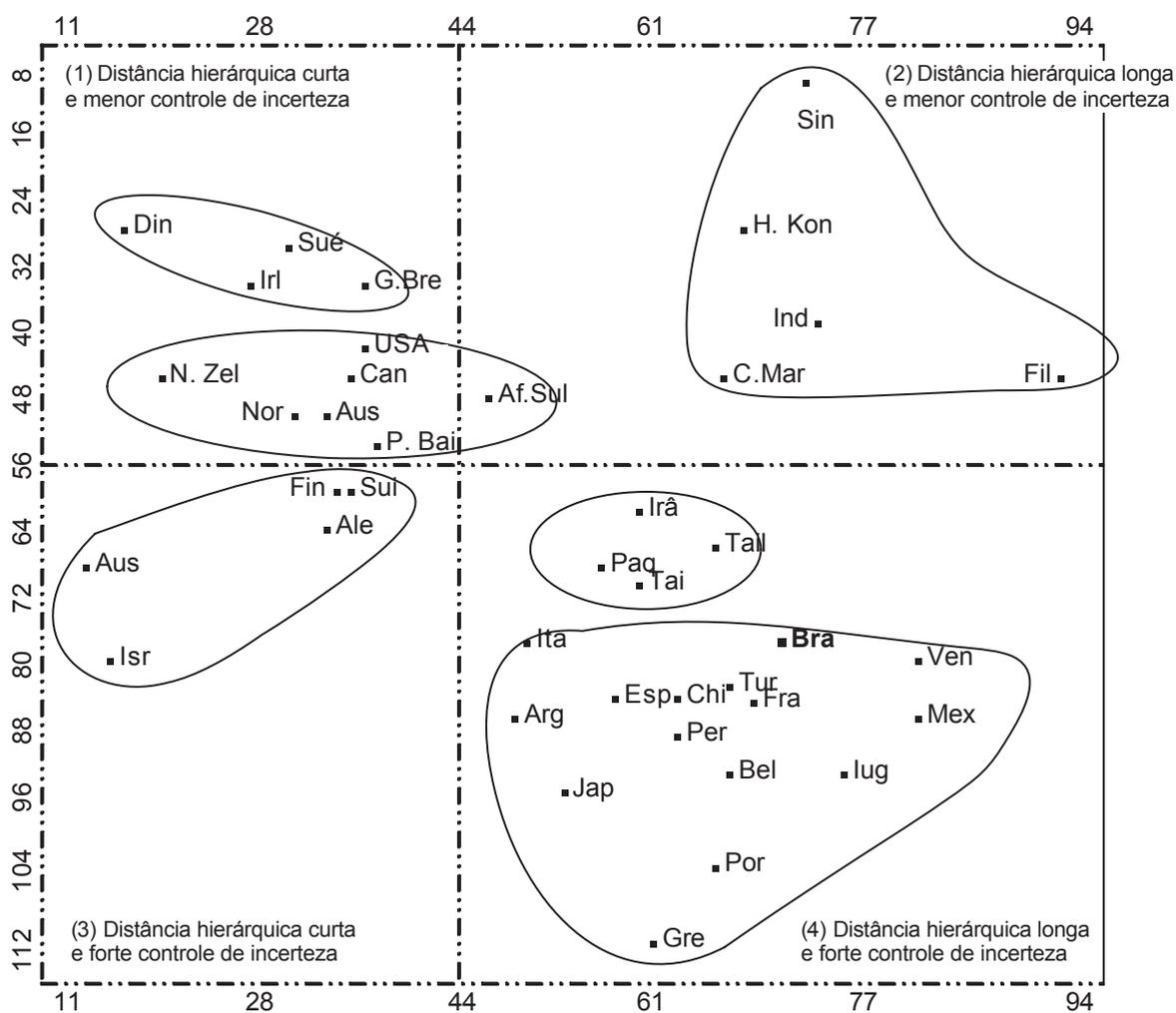
Para Bourgoin (1984, p. 185), a existência de dois elementos culturais uma maior aceitação de assumir riscos (equivalente ao desejo de menor segurança) e a vontade de aumentar o desempenho (equivalente a um forte grau de masculinidade) permitem explicar porque as teorias de McClelland e Maslow são tão populares em certos países que compartilham dos mesmos traços culturais como os países anglo-saxões e suas antigas colônias (Austrália, Canadá, África do Sul).

O autor ressalta que não se constata na África negra a combinação desses dois elementos. Bourgoin constatou um nível menor de aceitação de assumir riscos e um menor grau de masculinidade e agressividade.

A qualidade de vida e o desejo de desfrutar do tempo emerge antes da busca pela acumulação de riqueza assim como o desejo de ter boas relações com outrem é mais importante do que ganhar dinheiro.

Hofstede (1980) *apud* Bourgoin (1984, p. 197-198) caracteriza países entre os quais Brasil, França e Japão como organizações burocráticas piramidais (estrutura organizacional centralizada e formalizada) de grande distância hierárquica e de forte controle de incertezas.

Gráfico 2 – A posição de quarenta países sobre a escala da distância hierárquica e do controle da incerteza

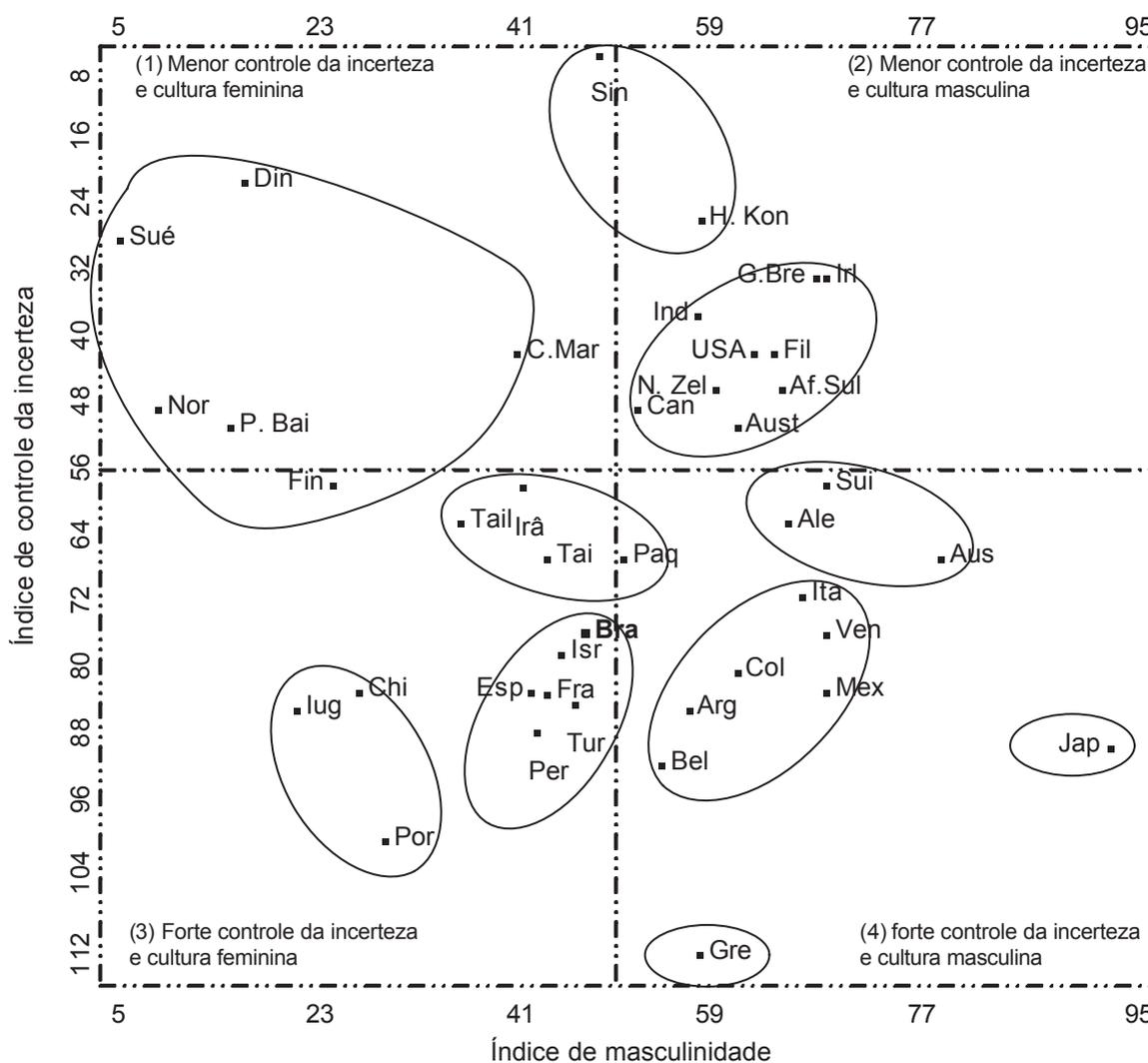


Af. Sul = África do Sul	G.Bre = Grã-Bretanha	Per = Peru
Ale = Alemanha	Gre = Grécia	Fil = Filipinas
Arg = Argentina	H. Kon = Hong Kong	Por = Portugal
Aust = Austrália	Ind = Índia	Sin = Singapura
Aus = Áustria	Irã = Irã	Sué = Suécia
Bel = Bélgica	Irl = Irlanda	Sui = Suíça
Bra = Brasil	Isr = Israel	Tai = Taiwan
Can = Canadá	It = Itália	Tai# = Tailândia
Chi = Chile	Jap = Japão	Tur = Turquia
Col = Colômbia	Mex = México	USA = Estados Unidos
Din = Dinamarca	Nor. = Noruega	Ven = Venezuela
Esp = Espanha	N. Zel = Nova Zelândia	Iug = Iugoslávia
Fin = Finlândia	Paq = Paquistão	
Fra = França	P.Bai = Países Baixos	

Fonte: adaptado de Bourgoin (1984, p.198).

Por outro lado, Hofstede (1980) *apud* Bourgoin (1984, p. 207-208) coloca países como Brasil, França, Espanha e Portugal em relação às dimensões controle de incerteza e masculinidade como de cultura feminina associada a um forte controle de incerteza. A solidariedade do grupo é ainda importante.

Gráfico 3 – A posição de quarenta países sobre a escala da masculinidade e do controle da incerteza



Fonte: adaptado de Bourgoin (1984, p.207).

Ao confrontar a utilização de teorias alienígenas às culturas nacionais e às formas de gestão organizacional, Bourgoin (1984) confirma a inaplicabilidade e o equívoco da adoção indiscriminada das teorias que desprezam os aspectos culturais dos povos de uma nação.

Fischer (1977, p.19) também alertou nesse sentido:

O desafio de formar um administrador, em condições de enfrentar as dimensões econômicas, políticas e sociais dos problemas, mais complexo se torna em um país como o nosso, em que a diversidade regional é tão acentuada. Respeitar a diversidade cultural, identificando modos de integração, parece ser uma responsabilidade de administradores de alto nível, no Brasil e, por extensão, no contexto latino-americano, que parece ter em seu potencial de desenvolvimento sua maior força e sua maior restrição.

Desse modo, a administração é considerada como um modo de ingerência em uma determinada cultura e como nas palavras de Drucker (1975) *apud* Fischer (1977, p. 74) é “o meio pelo qual uma sociedade torna produtivos os seus valores e crenças”. Nessa linha de argumentação Fischer (2002, p. 29) complementa:

A gestão é um ato relacional que se estabelece entre pessoas, em espaços e tempos relativamente delimitados, objetivando realizações e expressando interesses de indivíduos, grupos e coletividades. Como as ações mobilizadoras partem de múltiplas origens e têm muitas direções, as dimensões praxiológica e epistemológica estão entrelaçadas. Aprende-se com as práticas, e o conhecimento se organiza para iluminar a prática. Articular prática e teoria é o desafio da pesquisa e do ensino e extensão.

Drucker (1975) *apud* Fischer (1977, p. 75) enfatiza também a questão da inteireza do caráter como faculdade fundamental do administrador e da sua responsabilidade no estabelecimento do bem comum:

A Administração não deveria indicar um homem que considera a inteligência mais importante do que a integridade, porque isto significa imaturidade... Se lhe falta caráter e integridade não importa o seu grau de conhecimento, brilhantismo e sucesso – ele acabará destruindo[...]

Conforme apresentado, Bourgoin, Mintzberg, Enriquez, Aktouf, Chanlat, Bourdieu, Tragtenberg, e Guerreiro Ramos compartilham de uma preocupação com a formação do indivíduo que participa da gestão das organizações.

As organizações de muitos países ressentem-se, segundo Bourgoin (1984), de um arcabouço teórico que leve em consideração aspectos culturais particulares de cada nação.

Para Mintzberg (2004, p.3), deve-se encerrar as meias-verdades ensinadas nas escolas de administração de que o principal papel do administrador é o de gerar lucros.

Enriquez (1997a, p. 24) ressalta a preferência nas organizações de recrutamento de indivíduos do tipo 'matador cool' que signifique uma padronização de comportamento.

Aktouf (2004, p. 24-25) destaca a necessidade de uma revolução conceitual nas escolas de Administração como forma de restabelecer o marco teórico que caracterize essa ciência social.

Chanlat (1992, p. 69) remete ao significado dos valores comunitários sufocados pela hegemonia do pensamento crematístico.

Bourdieu (2001) evidencia a questão de que são os administradores das grandes instituições que dominam atualmente a área do capital financeiro.

Guerreiro Ramos (1989) chama a atenção para o fato que a preponderância da razão instrumental nas organizações produtivas constitui uma sociedade com valores centrados no mercado.

Nas suas palavras:

Sustento, em termos gerais, que uma teoria da organização centralizada no mercado não é aplicável a todos, mas apenas a um tipo especial de atividade. A aplicação de seus princípios a todas as formas de atividade está dificultando a atualização de possíveis novos sistemas sociais, necessários à superação de dilemas básicos de nossa sociedade. Argumento, ainda, que o modelo de alocação de mão-de-obra e de recursos, implícito na teoria dominante de organização, não leva em conta as exigências ecológicas e não se vincula, portanto, ao estágio contemporâneo das capacidades de produção. Afirmo, finalmente, que a maneira pela qual é ensinado o modelo dominante é ilusória e desastrosa, porque não admite explicitamente sua limitada utilidade funcional. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. XI).

Ainda segundo Guerreiro Ramos (1989), o ambiente organizacional tornou-se apropriado para os abusos de poder e degradação da qualidade de vida do planeta.

Assim, as diversas articulações e o exame da literatura clássica e contemporânea acerca da ética até aqui apresentados indicam que a preocupação com a ética encontra-se inserida na agenda dos debates contemporâneos extrapolando o mundo dos negócios e os valores organizacionais centrados no mercado.

Neste contexto, as reflexões complexas acerca da ética, os valores morais e a responsabilidade social devem ser os eixos norteadores das Escolas de Administração que são, de fato, as responsáveis não só pela definição do perfil do

futuro profissional, mas também pela contribuição para a construção de uma nova ordem mundial.

Por isso, no Capítulo que segue será apresentada a metodologia utilizada na investigação da abordagem do tema ética na estrutura curricular e na prática acadêmica dos cursos de Administração, objeto de pesquisa do presente estudo.

## 5. METODOLOGIA

Segundo a taxionomia de Vergara (2000, p.47), quanto aos fins esta investigação é de caráter descritiva e analítica e quanto aos meios assume a feição de pesquisas de campo, documental e bibliográfica.

A pesquisa estuda o fenômeno da ética, reunindo informações que descrevem como se dá a abordagem da ética e sua repercussão na formação do futuro administrador dos cursos de graduação em administração reconhecidos pelo MEC nas IES de Salvador.

O desenvolvimento da pesquisa se deu com a identificação, seleção e avaliação das IES dos cursos de graduação em Administração de Salvador que se enquadravam na situação de possuidora do curso de Administração com pelo menos uma das suas habilitações reconhecidas pelo MEC até fevereiro de 2004 e na modalidade de ensino presencial.

O Quadro 9 resume as IES consideradas na pesquisa com base em fevereiro de 2004, segundo dados fornecidos pelo INEP (2004).

Quadro 9 – IES consideradas na pesquisa.

<b>IES DE SALVADOR</b>	<b>HABILITAÇÃO RECONHECIDA</b>	<b>MODALIDADE DE ENSINO</b>	<b>MÊS E ANO: ÚLTIMO RECONHECIMENTO</b>
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA BAHIA - FIB	ADM. HOTELEIRA	PRESENCIAL	MARÇO/2002
ESCOLA BAHIA DE ADMINISTRAÇÃO - EBA	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	PRESENCIAL	ABRIL/2002
FACULDADE BAHIANA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FABAC	COMÉRCIO EXTERIOR, FINANÇAS, GESTÃO NEGÓCIOS, GESTÃO DE SERVIÇOS, MARKETING	PRESENCIAL	JANEIRO/2004
FACULDADE DE TECNOLOGIA EMPRESARIAL - FTE	FINANÇAS, GESTÃO DE NEGÓCIOS, MARKETING, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	PRESENCIAL	NOVEMBRO/2003
FACULDADE RUY BARBOSA	ADMINISTRAÇÃO	PRESENCIAL	JANEIRO/2000
FACULDADE SÃO CAMILO	ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR	PRESENCIAL	FEVEREIRO/2002
FACULDADES INTEGRADAS OLGA METTIG - FAMETTIG	COMÉRCIO EXTERIOR, FINANÇAS E MERCADO DE CAPITAIS, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	PRESENCIAL	FEVEREIRO/2002
INST. DE EDUC. SUPERIOR UNYAHNA DE SALVADOR-IESUS	AGRONEGÓCIOS, COMÉRCIO EXTERIOR, GESTÃO DE NEGÓCIOS, MARKETING	PRESENCIAL	SETEMBRO/2003
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR - UCSAL	ADMINISTRAÇÃO	PRESENCIAL	DEZEMBRO/1974
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA	ADMINISTRAÇÃO	PRESENCIAL	DEZEMBRO/1962
UNIVERSIDADE SALVADOR - UNIFACS	ADMINISTRAÇÃO	PRESENCIAL	JANEIRO/2000

Fonte: elaboração da autora com base em dados do sítio do INEP (2004).

Assim, o universo da pesquisa foi constituído inicialmente por 11 IES que se enquadravam nos critérios adotados para elaboração do presente estudo. Nos contatos que se estabeleceram com a direção das IES, constatou-se que uma das IES estava em processo de extinção do curso de Administração e, por isso, o universo da pesquisa foi modificado para o número de 10 IES.

A delimitação temporal do universo de IES até fevereiro de 2004 proporcionou uma base fixa para desenvolvimento do trabalho de campo, haja vista as alterações periódicas das situações das IES perante o MEC. Dessa forma, reconhece-se uma limitação no escopo deste estudo ao não considerar, a partir do mês referência para delimitação do universo, as demais IES que vieram a ser reconhecidas.

Assim, em maio de 2005, Salvador possuía 37 IES com 99 cursos de graduação e habilitações em administração autorizados pelo Ministério da Educação. Deste total de cursos, 16 eram reconhecidos pelo MEC, conforme o Quadro 10.

Quadro 10 - Instituições de ensino superior de salvador, cursos e habilitações.

SITUAÇÃO	IES	HABILITAÇÕES
RECONHECIDO	CEFET-BA	ADM. HOTELEIRA
EM EXTINÇÃO	ESCOLA BAIANA DE ADMINISTRAÇÃO-EBA	ADMINISTRAÇÃO GERAL
AUTORIZADA	ESAMC	GESTÃO INT. NEGÓCIOS, MARKETING
RECONHECIDO	FABAC	FINANÇAS, COMÉRCIO EXTERIOR, GESTÃO DE NEGÓCIOS, GESTÃO DE SERVIÇOS, MARKETING
AUTORIZADA	FACET	ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, GESTÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
AUTORIZADA	FACULDADE AMEC TRABUCO	FINANÇAS CORPORATIVAS, CONTROLADORIA, MARKETING
AUTORIZADA	FACULDADE BATISTA BRASILEIRA	MARKETING
RECONHECIDO	FACULDADE CASTRO ALVES	ADMINISTRAÇÃO GERAL
AUTORIZADA	FACULDADE CIDADE DO SALVADOR - FCS	ADMINISTRAÇÃO GERAL, FINANÇAS, GESTÃO AMBIENTAL
AUTORIZADA	FACULDADE DE CIÊNCIAS E CULTURA DE CAJAZEIRAS	MARKETING, RECURSOS HUMANOS
AUTORIZADA	FACULDADE DELTA	ADMINISTRAÇÃO GERAL
AUTORIZADA	FACULDADE DOIS DE JULHO	ADMINISTRAÇÃO GERAL, GESTÃO DE NEGÓCIOS, GESTÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, COMÉRCIO EXTERIOR
AUTORIZADA	FACULDADE DOM PEDRO II	ADMINISTRAÇÃO GERAL
AUTORIZADA	FACULDADE HELIO ROCHA	ADMINISTRAÇÃO GERAL, COMÉRCIO EXTERIOR, ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA, MARKETING
AUTORIZADA	FACULDADE ISAAC NEWTON	ADMINISTRAÇÃO GERAL
RECONHECIDO	FACULDADE JORGE AMADO	FINANÇAS, ANÁLISE DE SISTEMAS, ADM. HOSPITALAR, MARKETING
AUTORIZADA	FACULDADE MONTESSORIANO DE SALVADOR	ADMINISTRAÇÃO GERAL
AUTORIZADA	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA - FARB	ADMINISTRAÇÃO GERAL, COMÉRCIO EXTERIOR, GESTÃO SIST. DE INFORMAÇÕES
RECONHECIDO	FACULDADE RUY BARBOSA	ADM.PÚBLICA, ADM. CIDADES, RECURSOS HUMANOS
RECONHECIDO	FACULDADE SÃO CAMILO	ADMINISTRAÇÃO GERAL
AUTORIZADA	FACULDADE SÃO TOMAZ DE AQUINO	ADM. FINANCEIRA, GESTÃO DE NEGÓCIOS, SIST. DE INFORMAÇÕES, MARKETING
RECONHECIDO	FACULDADE VISCONDE DE CAIRU	GESTÃO DE NEGÓCIOS, COMÉRCIO EXTERIOR, ANÁLISE DE SISTEMAS, MARKETING
RECONHECIDO	FAMETTIG	FINANÇAS MERCADO DE CAPITALIS,
AUTORIZADA		COMERCIO EXTERIOR, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
RECONHECIDO	FIB	ADMINISTRAÇÃO GERAL, ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA
AUTORIZADA	FSBA	GESTÃO NEGÓCIOS, RECURSOS HUMANOS
AUTORIZADA	FSSAL	ADM. FINANCEIRA, GESTÃO DE NEGÓCIOS, GESTÃO SISTEMA DE INFORMAÇÕES
RECONHECIDO	FTC	FINANÇAS, COMÉRCIO EXTERIOR, GESTÃO DE EMPRESAS AÉREAS, AGRONEGÓCIOS, MARKETING, RH
RECONHECIDO	FTE	FINANÇAS, GESTÃO DE NEGÓCIOS, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, MARKETING
AUTORIZADA	INSTITUTO BAIANO DE ENSINO SUPERIOR - IBES	ADMINISTRAÇÃO GERAL, COMÉRCIO EXTERIOR, GESTÃO SIST. DE INFORMAÇÕES
AUTORIZADA		GESTÃO HOTELEIRA, MARKETING, RECURSOS HUMANOS
AUTORIZADA	INSTITUTO DE SALVADOR DE ENSINO E CULTURA - ISEC	ADMINISTRAÇÃO GERAL, COMÉRCIO EXTERIOR, GESTÃO SIST. DE INFORMAÇÃO
AUTORIZADA		GESTÃO HOTELEIRA, MARKETING, RECURSOS HUMANOS

RECONHECIDO	UCSAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL, ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA
RECONHECIDO	UFBA	ADMINISTRAÇÃO GERAL
RECONHECIDO	UNEB	ADMINISTRAÇÃO GERAL
AUTORIZADA	UNICENID	GESTÃO EMPREENDIMENTOS, LOGÍSTICA EMPRESARIAL, MARKETING
RECONHECIDO	UNIFACS	ADMINISTRAÇÃO GERAL
RECONHECIDO	UNYAHNA	GESTÃO DE NEGÓCIOS, COMÉRCIO EXTERIOR, AGRONEGÓCIOS, MARKETING

Fonte: elaboração da autora com base em dados do INEP (2005).

O estudo atingiu 100% do universo da pesquisa, o que significa 10 IES reconhecidas pelo MEC, fixando-se as três mais antigas (por ano de reconhecimento) UFBA, UCSAL e UNIFACS como elementos de investigação obrigatórios da pesquisa. Assim, participaram da pesquisa as seguintes IES: UFBA, UCSAL, UNIFACS, SÃO CAMILO, FABAC, FIB, OLGA METTIG, UNYAHANA, FTE e RUY BARBOSA.

Para preservar a identidade das organizações pesquisadas quanto aos resultados, foi atribuída, de modo aleatório, uma letra do alfabeto grego a cada uma delas. Assim, os resultados da pesquisa nestas organizações são apresentados como sendo das IES: Alfa, Beta, Delta, Epson, Gama, Ômega, Sigma, Teta, Fi, Lambda de modo a não identificá-las.

Na pesquisa foi realizada investigação em campo com aplicação de questionários semi-estruturados junto ao corpo docente, gerencial (diretores e coordenadores) e corpo discente. Efetuou-se também levantamento documental, especificamente de ementas, bibliografias e planos de ensino de todas as disciplinas da curricular dos cursos de graduação em administração integrantes do estudo.

Para qualificação dos instrumentos de coleta de dados realizou-se um pré-teste com alunos, professores e um diretor de uma das IES.

### 5.1 Pesquisa no Corpo Docente

O questionário semi-estruturado, apresentado no Apêndice 2, foi aplicado ao corpo docente das 10 IES.

O universo de docentes foi determinado com base no Currículo Mínimo do MEC que possui 17 disciplinas e com base no número de 10 IES consideradas neste estudo. Assim, o universo foi fixado em 170 docentes.

Destaca-se aqui que o termo Currículo Mínimo está em desuso desde 1995 quando a Lei 9134, que criou o Conselho Nacional de Educação (CNE) e conferiu à Câmara de Educação Superior do CNE a competência para “a elaboração do projeto de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que orientarão os cursos de

Graduação, a partir das propostas a serem enviadas pela Secretaria de Educação ao CNE” o que foi ratificado no inciso VII, art 9º. da Lei 9394, de 20/12/96, LDB. Desse modo, a Câmara de Educação Superior do CNE aprovou, em 11/03/2003, o Parecer CES 067/2003, que contém a referência para as DCN dos Cursos de Graduação, norteados a transição entre os dois regimes. No entanto, tendo como universo os alunos formandos das IES pesquisadas e considerando que parte das Instituições pesquisadas se encontravam em regime de transição para o Currículo Pleno, decidiu-se por utilizar, para efeitos metodológicos da pesquisa, as disciplinas da estrutura curricular do Currículo Mínimo do MEC de 1993 que fixava os mínimos de conteúdos e duração do Curso de Graduação em Administração. Considerou-se também a informação da coordenação de parte das IES de que não seriam encontrados alunos concluintes que tivessem passado pelo programa de formação proposto pelas DCN haja vista o momento de transição curricular. A partir das informações fornecidas, inferiu-se que os alunos concluintes passaram pelo programa de formação proposto pelo Currículo Mínimo de 1993.

Pretendeu-se atingir, no mínimo, 50% de cobertura na aplicação do instrumento de coleta para os docentes responsáveis pelas disciplinas de formação básica e instrumentais, e docentes das disciplinas de formação profissional que compõem o Currículo Mínimo do MEC para a graduação em Administração. Com isso, a cobertura mínima para o estudo foi fixada em 85 docentes.

O documento legal considerado para o estabelecimento do critério supra citado foi a Resolução nº. 2 do Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação, de 4 de outubro de 1993, apresentado no Anexo 1, em que são estabelecidas 17 disciplinas que compõem a formação básica e instrumental e a formação profissional do Currículo Mínimo para o curso de graduação em Administração, com carga horária de 720 h/a e 1.020 h/a, respectivamente, conforme o Quadro 11 a seguir.

Quadro 11 – Currículo Mínimo do Curso de Graduação em Administração.

<b>FORMAÇÃO BÁSICA E INSTRUMENTAL</b>	<b>FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>
Economia	Teorias da Administração
Direito	Administração Mercadológica
Matemática	Administração da Produção

Estatística	Administração de Recursos Humanos
Contabilidade	Administração Financeira e Orçamentária
Filosofia	Administração de Materiais e Patrimoniais
Psicologia	Administração de Sistemas de Informação
Sociologia	Administração de Sistemas de Informação
Informática	Organização, Sistemas e Métodos
<b>Carga horária total: 720 h/a (24%)</b>	<b>Carga horária total: 1.020 h/a (34%)</b>

Fonte: elaboração da autora.

O questionário aplicado junto ao corpo docente teve o propósito de identificar as disciplinas ministradas, a sua titulação acadêmica, atividades profissionais e se os docentes abordam o tema ética em suas disciplinas.

Outro objetivo do instrumento foi o de investigar o enfoque (gerencialista ou humanista) dado à temática da ética, a carga horária de trabalho dispensada ao tema pelo docente, como também identificar situações vivenciadas em sala de aula que pudessem representar o pensamento do discente acerca da questão da ética.

Para realização da pesquisa de campo requereu-se autorização dos coordenadores, sendo pactuados dias e horários para realização da pesquisa, de forma que a mesma pudesse ser conduzida direta e pessoalmente pela pesquisadora e, quando não possível, pelo seu auxiliar de pesquisa.

Os professores foram abordados em momentos diferentes segundo a conveniência de cada um deles em intervalos de aulas, início ou fim do turno de trabalho (matutino, vespertino, noturno).

## 5.2 Pesquisa no Corpo Gerencial

Os questionários semi-estruturados, apresentados nos Apêndices 3 e 4, foram utilizados para coletar informações junto ao coordenador e diretor.

Para o coordenador procurou-se identificar a sua percepção acerca da importância dada ao tema ética na estrutura curricular da instituição, quais as atividades pedagógicas desenvolvidas para tratar a questão.

Buscou-se verificar também a existência de orientação formal aos docentes para incluir a abordagem da temática ética em sala de aula de maneira transversal.

O questionário aplicado junto a diretores procurou identificar qual o posicionamento da direção da instituição em relação ao papel das organizações de ensino superior na formação moral do profissional de administração.

Outra intenção foi verificar qual o enfoque da Empresa Júnior (se está voltada para atividades comunitárias ou empresariais) e também como a IES se relaciona com seu ambiente externo, isto é, em que contribui para desenvolvimento da comunidade na qual está inserida.

A pesquisa considerou para o universo da pesquisa a existência de um diretor acadêmico e um coordenador de cursos por IES, resultando em 10 diretores e 10 coordenadores a serem submetidos ao instrumento de coleta de dados.

### Pesquisa no Corpo Docente

Para identificar o perfil das posturas morais do corpo docente foi utilizado um instrumento de coleta de dados adaptado de uma metodologia desenvolvida por Srour (2000, p. 130-137).

A adaptação adotou a escala de grau de concordância (uso da escala forçada de Likert) no lugar da escala de importância (uso de atribuição de valor) utilizada por Srour, dando origem ao instrumento de coleta usado na pesquisa que é apresentado no Apêndice 5.

Segundo Srour (2000, p. 130-137), as situações escolhidas pelos respondentes determinam dois tipos de perfis morais: a moral da integridade e a moral do oportunismo. O primeiro tipo significa aquela moral que não permite deslize algum e considera os oportunistas imorais. O segundo tipo significa uma moral lassa e inópia que considera os íntegros como ingênuos.

O instrumento de coleta de dados derivado da metodologia de Srour é composto de 26 assertivas, sendo 13 assertivas relacionadas com a moral da integridade e 13 assertivas com a moral do oportunismo, dispostas uma após a outra, alternando-se os tipos de perfis morais a que se referem. Com isso, pretendeu-se diminuir a interferência da retórica da moral por parte dos alunos formandos na atribuição do grau de concordância com as alternativas.

No instrumento de coleta aplicado aos alunos, as situações, segundo Srour (2000, p. 130-137), que se relacionam com a moral da integridade são as indicadas no Quadro 12 a seguir e no Apêndice 6.

Quadro 12 – Assertivas da Ética da Integridade

<b>MORAL DA INTEGRIDADE</b>										
<b>Assertivas</b>	8	9	11	13	15	16	18	19	22	25

Fonte. Elaboração da autora.

As situações que se relacionam com a moral do oportunismo, segundo Srour (2000, p. 130-137), são as indicadas no Quadro 13 a seguir e no Apêndice 7.

Quadro 13 – Assertivas da Ética do Oportunismo

<b>MORAL DO OPORTUNISMO</b>										
<b>Assertivas</b>	7	10	12	14	17	20	21	23	24	26

Fonte. Elaboração da autora.

Este instrumento foi aplicado nos três primeiros meses de 2005 aos alunos formandos, isto é, aqueles alunos que se encontravam cursando o oitavo semestre ou quarto ano do regime semestral ou anual, respectivamente, conforme o tipo adotado por cada IES, dos cursos de graduação em Administração.

O universo de alunos formandos por IES foi fixado por estimativa estudada junto ao corpo diretivo, coordenadores e diretores, por não se dispor de dados confiáveis e pela própria natureza dos regimes dos cursos e inexistência de disciplinas com pré-requisitos em algumas IES que dificulta conhecer a totalidade de alunos que seguem o fluxograma planejado pela IES. Assim, foi fixado um total de 750 alunos para as 10 IES pesquisadas, conforme distribuição apresentada no Quadro 14.

Quadro 14 – Universo de discentes da pesquisa

<b>IES</b>	<b>UNIVERSO<sup>1</sup></b>
EPSILON	90
GAMA	100
ALFA	100
ÔMEGA	50
DELTA	50
TETA	50
SIGMA	50
LAMBDA	100
FI	80
BETA	80
TOTAL	750

<sup>1</sup> o número de formandos é uma estimativa das IES.

Fonte: elaboração da autora.

A partir das situações elaboradas por Srour (2000, p. 130-137), foi pedido ao aluno formando que relacionasse o seu grau de concordância com as assertivas apresentadas, utilizando uma escala de quatro opções: concordo totalmente, concordo, discordo, discordo totalmente.

A opção por excluir da escala uma quinta alternativa que expressasse neutralidade se deve ao objetivo da pesquisa de eliminar a possibilidade de fugas ao oferecimento de opinião pelos estudantes. Desta forma, optou-se pela resposta forçada na construção da escala.

Para submissão do instrumento de coleta ao corpo discente das IES foi requerida anuência do corpo diretivo, coordenadores e diretores. A abordagem dos alunos foi em sala de aula, ocupando entre sete a quinze minutos no máximo do tempo de aula, sob permissão do docente.

#### 5.4 Pesquisa Documental

Para as 10 IES da pesquisa, programou-se obter todos os Planos de Ensino, em vigor, das disciplinas do curso de graduação em Administração. Com isso, pretendeu-se conhecer a extensão da abordagem da ética, expressa nos Planos de Ensino, verificando-se a frequência do tema em suas partes: Ementa, Objetivos, Conteúdo Programático, Bibliografia Básica e Bibliografia Complementar.

Com objetivo obter os Planos de Ensino pelos meios mais rápidos, procurou-se acessá-los nos sítios mantidos pelas IES na internet e, quando não disponibilizados, foram programadas visitas de levantamento de dados nas IES.

Foram requeridas autorizações das IES, representadas por coordenadores e diretores e auxílio das Secretarias Acadêmicas para disponibilizar os referidos documentos. Com isso, pôde-se assegurar acesso irrestrito a todos os Planos de Ensino que integram os cursos de graduação em Administração das IES estudadas.

As referências bibliográficas contidas nos Planos de Ensino não foram confrontadas com sua disponibilidade física na Biblioteca de cada IES estudada, pois se partiu do pressuposto de que curso reconhecido atende, necessariamente, aos requisitos impostos pelo MEC.

Contudo, procurou-se confrontar as referências contidas nos Planos de Ensino com os indicadores das dimensões da abordagem da ética nas IES, adotando-se o critério de frequência e predominância de autores para as duas dimensões trabalhadas no presente estudo.

Assim, pode-se reconhecer a limitação metodológica deste estudo ao não considerar um censo dos livros disponíveis no acervo das Bibliotecas das IES, para verificar a frequência e predominância de autores da dimensão humanista e da dimensão gerencialista, independentemente de estarem ou não presentes nos Planos de Ensino investigados. A experiência da autora revela que as IES podem ter em seu acervo bibliografias que contemplem autores das duas dimensões consideradas, mesmo que não sejam as mesmas das indicações dos Planos de Ensino.

### 5.5 Dimensões e Indicadores Utilizados na Pesquisa

Foram constituídos dimensões e indicadores para avaliação das informações colhidas na pesquisa de campo e documental, conforme o Quadro 15.

Quadro 15 – Dimensões e indicadores da abordagem da ética nas IES.

DIMENSÕES	INDICADORES
<p><b>HUMANISTA (AKTOUFIANA)</b></p> <p>Máxima: <i>o bem-estar coletivo e a natureza são as medidas das decisões gerenciais</i></p>	<p>a) Frequência de bibliografia contendo autores clássicos como Aristóteles, Weber, Marx, Sartre, Keynes, Engels.</p> <p>b) Frequência de bibliografia contendo autores contemporâneos como Guerreiro Ramos, Tragtenberg, Bourdieu, Child, Clegg, Aktouf, Enriquez, Chanlat, Stiglitz, Samuelson, Galbraith.</p> <p>c) Frequência de disciplinas que contenham o tema Ética nos seus planos de ensino.</p> <p>d) Frequência de professores que afirmam abordar a ética da Convicção, e das Virtudes.</p> <p>e) Frequência de alunos com perfil da Moral da Integridade.</p> <p>f) Frequência de Diretores que afirmam que as IES são responsáveis pela formação e bom uso dos</p>

	<p>conhecimentos passados aos alunos.</p> <p>g) Freqüência de coordenadores que afirmam que existe uma orientação formal da IES para que o docente aborde o tema ética de modo transversal.</p>
<p><b>GERENCIALISTA (PORTERIANA)</b></p> <p>Máxima: <i>as decisões gerenciais são centradas no mercado</i></p>	<p>a) Predomínio de bibliografia contendo autores como Ansoff, Porter, Drucker, Kotler, Levitt, Koontz e O'Donnel.</p> <p>b) Predomínio de bibliografia contendo autores do pensamento econômico neoliberal como Friedman.</p> <p>c) Freqüência de bibliografia contendo autores clássicos como Platão.</p> <p>d) Freqüência de professores que afirmam abordar a ética da Responsabilidade, Relativista e Convencionada.</p> <p>e) Freqüência de alunos com perfil da Moral do Oportunismo.</p> <p>f) Freqüência de Diretores que afirmam que as IES são responsáveis pela formação técnica dos alunos</p> <p>g) Freqüência de coordenadores que afirmam que não existe uma orientação formal da IES para que o docente aborde o tema ética de modo transversal.</p>

Fonte: elaboração da autora.

Foram elaboradas as dimensões Humanista e Gerencialista tomando-se como referência as contribuições teóricas reflexivas expressas pelos autores da corrente crítica dos estudos organizacionais, notadamente o pensamento de Omar Aktouf.

A dimensão humanista tem por entendimento o desdobramento conceitual da máxima: o bem-estar coletivo e a natureza são as medidas das decisões gerenciais. Os indicadores desta dimensão constituem-se da freqüência de disciplinas com conteúdo explícito de ética, de freqüência de bibliografias contendo referências de autores do campo da administração humanista, bem como freqüência de autores clássicos da abordagem da ética na curricular de disciplinas do curso de graduação em Administração. A dimensão humanista é referida como Aktoufiana

como forma de associar o pensamento crítico reflexivo dos autores por ele representados.

A dimensão gerencialista tem por entendimento o desdobramento conceitual da máxima: as decisões gerenciais são centradas no mercado. Os indicadores desta dimensão são a frequência de bibliografia contendo autores da abordagem estratégica, gerencialista e a frequência de bibliografia contendo autores do pensamento econômico neoliberal na estrutura curricular de disciplinas do curso de graduação em Administração. De outro lado, elegeu-se o teórico da abordagem estratégica Michael Porter como forma de associar a expressão da dimensão dita Porteriana ao pensamento gerencialista dos autores por ele representados.

Ao considerar a dimensão gerencialista como racional e instrumental, pode-se remeter a reflexão de Morin (2005, p.195) referida no segundo capítulo deste estudo, acerca da complexidade da ética. O autor afirma adicionalmente que a “ética é frágil, permanece incerta e inacabada”. Desse modo, faz-se necessário destacar outros olhares de Morin (2005, p.196), que contribuem para o entendimento de tal complexidade e fragilidade do tema ética diante do caráter técnico e instrumental do campo da Administração. Para o autor, a ética:

Desarmada diante da ciência, da técnica e da política, deve permanentemente auto-regenerar-se contra os endurecimentos, as escleroses e as degradações. O espírito precisa estar vigilante na luta contínua contra as simplificações, cujos riscos aumentam em período de histeria coletiva, de crise, de guerra. Estamos num desses períodos, o que aumenta a necessidade de pensamento e de ética complexos.

Diante de tal reflexão, reconhece-se no presente estudo a bipolaridade entre as dimensões Humanista e Gerencialista e o caráter radical da crítica Aktoufiana. No entanto, tal crítica faz-se necessária para despertar reflexões mais aprofundadas e complexas acerca da importância da abordagem da ética na formação do administrador.

## 6. RESULTADOS DA PESQUISA

### 6.1 IES pesquisadas

A Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia foi a primeira das instituições pesquisadas a oferecer o curso de Administração na Bahia, sendo reconhecida no ano de 1962, seguida pela Universidade Católica do Salvador reconhecida no ano de 1974. O curso de graduação em Administração da UNIFACS, reconhecido em 1976, está entre os três cursos mais antigos do universo dessa pesquisa.

A Faculdade Ruy Barbosa e UNIFACS tiveram no ano de 2000 o reconhecimento de seus cursos e habilitações renovado. Os reconhecimentos das demais IES deram-se a partir do ano de 2002. Receberam a chancela do MEC em 2002 as seguintes instituições: São Camilo, FIB e Olga Mettig. Durante o ano de 2003 obtiveram reconhecimento a FTE e a Unyahna. Em janeiro de 2004 a FABAC obteve seu reconhecimento pelo órgão competente, conforme apresentado no Quadro 9 do Capítulo 5.

Em relação ao trabalho de campo, houve uma cobertura da totalidade dos planos de ensino de todas as 10 IES, o que corresponde a um total de 462 documentos analisados.

O questionário aplicado aos 10 diretores das IES teve um percentual de resposta de 80%. A direção das IES Teta e Fi não devolveram o instrumento de coleta de dados.

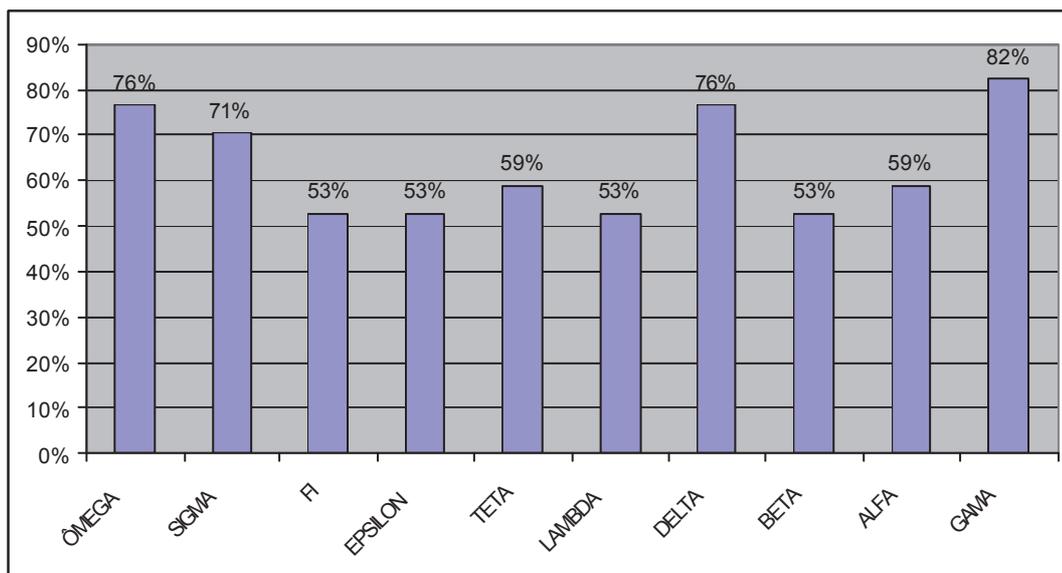
Do universo de 15 coordenadores das IES estudadas, 13 coordenadores responderam ao questionário aplicado, representando 87% de cobertura do estudo.

O universo considerado na pesquisa, conforme descrito no Capítulo 5, foi de 170 docentes. Deste total, 112 docentes responderam ao questionário da pesquisa, representando uma cobertura de 66%.

Para o corpo docente, o critério adotado foi o de assegurar uma cobertura de, no mínimo, 50% de docentes responsáveis pelas 17 disciplinas do Currículo Mínimo do MEC de cada IES, ou seja, no mínimo 85 docentes das 10 IES pesquisadas, conforme explicado na metodologia desse estudo e apresentado no Quadro 11 do Capítulo 5.

O percentual mínimo foi alcançado em todas as IES pesquisadas e superado, conforme pode ser visto no Gráfico 4, atingindo 108 docentes, o que representa uma cobertura de 64% do universo de 170 professores para o conjunto das 10 IES.

Gráfico 4 - Cobertura de docentes das disciplinas do Currículo Mínimo do MEC



Fonte: elaboração da autora

O corpo discente, composto de prováveis concluintes dos cursos de Administração, foi estimado em 750 alunos somadas as expectativas das coordenações das 10 IES pesquisadas.

O alcance deste estudo foi de 70% e cobertura, conforme distribuição apresentada no Quadro 16 a seguir.

Quadro 16 – Demonstrativo geral dos dados coletados

IES	PLANOS DE ENSINO		INSTRUMENTO - DIRETOR		INSTRUMENTO - COORD.		INSTRUMENTO - PROFESSOR			INSTRUMENTO - FORMANDO <sup>1</sup>	
	COBERTURA	UNIVERSO	COBERTURA	UNIVERSO	COBERTURA	UNIVERSO	APLICADO	COBERTURA	UNIVERSO	COBERTURA	UNIVERSO
EPSILON	48	48	1	1	1	1	15	9	17	55	90
GAMA	52	52	1	1	1	2	17	15	17	98	100
ALFA	44	44	1	1	2	2	9	9	17	50	100
ÔMEGA	42	42	1	1	2	3	16	13	17	24	50
DELTA	47	47	1	1	2	2	14	13	17	13	50
TETA	46	46	0	1	1	1	10	11	17	28	50
SIGMA	42	42	1	1	1	1	10	12	17	44	50
LAMBDA	48	48	1	1	1	1	6	8	17	88	100
FI	45	45	0	1	1	1	9	9	17	64	80
BETA	48	48	1	1	1	1	6	9	17	59	80
TOTAL	462	462	8	10	13	15	112	108	170	523	750
COBERTURA	100%		80%		87%		66%	64%		70%	

<sup>1</sup> o número de formandos é uma estimativa das IE

Fonte: Elaboração da autora

Conforme Quadro V, apesar de os instrumentos de coleta de dados terem sido aplicados em seis docentes das IES Lambda e Teta a cobertura foi atingida porque alguns docentes são responsáveis por mais de uma disciplina.

Como descrito no Capítulo 5 deste estudo, as IES estão sendo referidas na análise por uma letra do alfabeto grego de modo aleatório com o objetivo de resguardar a identidade das IES quanto aos resultados verificados.

## 6.2 A voz do Diretor

Os instrumentos de coleta foram entregues aos Diretores das 10 IES estudadas com o retorno de oito questionários respondidos. As IES Teta e Fi não enviaram suas respostas mesmo depois de reiteradas solicitações à direção destas IES.

Na Questão 1 do instrumento de coleta de dados, verificou-se uma convergência de idéias no que diz respeito à importância da abordagem da ética para a formação do aluno do curso de administração. Na opinião dos diretores das instituições Gama, Alfa, Beta, Delta, Lambda, Epsilon, Ômega e Sigma, as IES são responsáveis pela formação e bom uso dos conhecimentos transmitidos ao corpo discente, conforme a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Importância da ética na opinião do diretor

<b>QUESTÕES DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS</b>				
<b>IES</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
<b>GAMA</b>		1		
<b>ALFA</b>		1		
<b>BETA</b>		1		1
<b>DELTA</b>		1		
<b>LAMBDA</b>		1		
<b>TETA</b>				
<b>EPSILON</b>				1
<b>FI</b>				
<b>SIGMA</b>		1		
<b>ÔMEGA</b>		1		
<b>TOTAL</b>		7		2

**Legenda:**

- 1- o compromisso da IES é a formação teórico-técnica sem, contudo, conduzir o estudante a valores e conceitos éticos
- 2- as IES são responsáveis pela formação e bom uso dos conhecimentos passados aos alunos
- 3- a missão das IES compreende um escopo limitado de conhecimentos mínimos que possibilitem a formação do estudante e por isso não cabem extensões de conteúdo que possam ser supridos por outras fontes
- 4- outro

Fonte: elaboração da autora.

Em relação à Questão 2 do questionário, sobre o enfoque da Empresa Jr. do curso de Administração, a diretoria das instituições Ômega, Lambda e Sigma responderam que não há um núcleo temático que condicione as suas atividades. Os diretores das instituições Alfa, Beta, Delta, Gama e Epsilon confirmaram que a Empresa Júnior tem enfoque empresarial voltado para a solução de problemas organizacionais de conteúdo gerencial. A direção da IES Epsilon afirmou adicionalmente que a Empresa Jr. tem enfoque humanista. Os diretores das IES Teta e Fi não devolveram os instrumentos de coleta. A Tabela 2 apresenta os resultados.

Tabela 2 - Papel da Empresa Júnior na opinião do diretor

<b>QUESTÕES DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS</b>				
<b>IES</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
<b>GAMA</b>		1		
<b>ALFA</b>		1		
<b>BETA</b>		1		
<b>DELTA</b>		1		
<b>LAMBDA</b>			1	
<b>TETA</b>				
<b>EPSILON</b>	1	1		
<b>FI</b>				
<b>SIGMA</b>			1	
<b>ÔMEGA</b>			1	
<b>TOTAL</b>	1	5	3	

## LEGENDA:

- 1- tem enfoque humanista, atuando em causas sociais que incorporem conteúdos do curso
  - 2- tem enfoque empresarial voltado para a solução de problemas gerenciais
  - 3- não há núcleo temático que condicione suas atividades
  - 4- não há Empresa Júnior nesta IES
- Fonte: elaboração da autora.

Em relação à Questão 3, sobre a realização de seminários com a participação de docentes e empresários de outras localidades (nacionais e internacionais) para discussão do tema ética, os diretores das oito IES afirmaram que existe investimento por parte da instituição na promoção deste tipo de evento.

Na Questão 4, que se refere ao desenvolvimento de projetos voltados para o desenvolvimento da comunidade na qual está inserida, a direção da instituição Alfa respondeu que desenvolve atividades voltadas para a comunidade local, porém não especificou nenhum tipo.

A instituição Delta respondeu que apóia o pequeno empresário exportador e que orienta o estudante secundarista na busca do primeiro emprego. A instituição Ômega desenvolve projetos integrados com conselhos comunitários de bairros.

A instituição Sigma declarou manter projetos sociais na área de informática.

A instituição Beta declarou que está implantando um balcão de negócios para atender à comunidade local.

A IES Lambda mantém mais de 14 projetos sociais com diversas atividades voltadas para a comunidade. Entre eles programas de integração social e de assistência à saúde da comunidade. A listagem dos programas aqui criaria possibilidade de identificação da IES.

A IES Teta mantém parceria com a comunidade onde está estabelecida, colaborando para desenvolvimento de ações locais de melhoria do bairro.

As IES Gama e Epsilon mencionam atividades de extensão sem, no entanto, identificar quais e em que situações elas ocorrem.

Na Questão 5 investigou-se o tratamento que a instituição dispensa às questões éticas e de responsabilidade social na formação do estudante. A instituição Beta informou que o assunto é abordado conforme estabelecido no projeto pedagógico, porém não especificou como isto se efetiva.

A instituição Delta procura despertar a conscientização do aluno quanto à temática ética, relacionando-a com os conhecimentos técnicos adquiridos. A instituição Ômega trata o tema por meio de uma das disciplinas da estrutura curricular de uma forma direta e nas demais disciplinas de uma forma transversal.

A direção da IES Gama diz tratar o tema de forma transversal em todas as disciplinas.

O diretor da IES Lambda declara que prepara seu corpo docente para questões de ética e responsabilidade social por meio da disciplina Ética na graduação, por ações nos cursos de extensão e de pós-graduação.

A instituição Sigma declara que aborda o tema nas disciplinas da estrutura curricular, nos congressos, nas jornadas acadêmicas e no acompanhamento do comportamento do estudante em suas rotinas acadêmicas.

A direção da IES Epsilon afirma trata as questões da ética e da responsabilidade social como “balizadores da conduta no desenvolvimento do saber e sua difusão”.

O diretor da IES Alfa não respondeu a Questão 5.

A Questão 6 trata da manutenção de parcerias com entidades do terceiro setor e de como seriam essas relações. As instituições Alfa, Beta, Delta, Epsilon, Gama, Lambda, Ômega e Sigma responderam que mantêm parcerias, porém apenas as IES Ômega e Lambda especificaram os projetos com entidades do terceiro setor.

Desse modo, pode-se inferir que em relação ao desenvolvimento de parcerias com a comunidade em seu entorno, as ações das IES estudadas demonstram ser incipientes ou de caráter eventual.

Até aqui apresentou-se o pensamento daqueles que representam a voz das instituições selecionadas e a seguir serão apresentadas as considerações dos coordenadores das IES dos cursos de graduação em administração pesquisados.

### 6.3 A voz do Coordenador

Foi inicialmente considerado um universo de 10 coordenadores de cursos por IES. A pesquisa de campo mostrou que algumas IES possuíam mais de um coordenador de cursos para a graduação em Administração. Assim, 13

coordenadores responderam ao questionário, conforme distribuição do Quadro 17 a seguir.

Quadro 17 – Distribuição de coordenadores por IES

IES	Número de Coordenadores
<b>GAMA</b>	1
<b>ALFA</b>	2
<b>BETA</b>	1
<b>DELTA</b>	2
<b>LAMBDA</b>	1
<b>TETA</b>	1
<b>EPSILON</b>	1
<b>FI</b>	1
<b>SIGMA</b>	1
<b>ÔMEGA</b>	2
<b>Total</b>	13

Fonte: elaboração da autora.

A primeira questão do instrumento de pesquisa aplicado aos coordenadores das IES investiga o pensamento acerca da suficiência do tema ética na estrutura curricular do curso de graduação em Administração. Para os coordenadores das instituições Alfa, Beta, Delta, Gama, Fi, Lambda, Epsilon e Teta, a abordagem da ética na estrutura curricular destas IES ocorre de modo adequado. Já o coordenador do curso Sigma considera a abordagem do tema insuficiente.

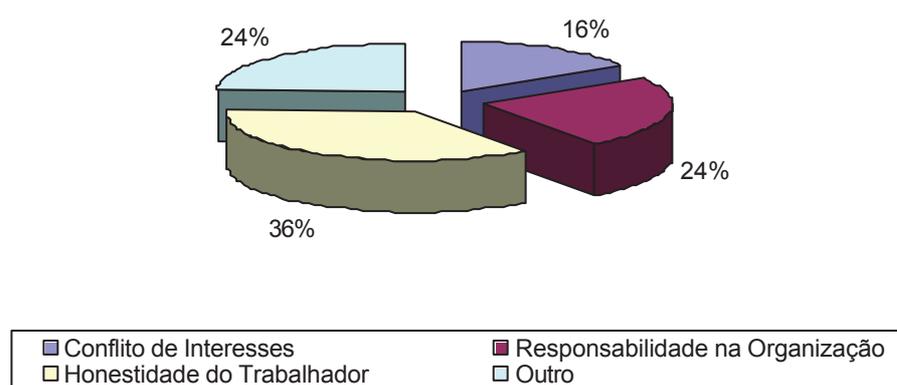
Na instituição Ômega, verificou-se divergências de opiniões entre dois coordenadores respondentes: um considera que a abordagem da ética está adequada e o outro que está insuficiente, podendo-se inferir, portanto, que não há uma política definida da IES em relação ao assunto.

A segunda questão do instrumento de coleta investiga a inserção do tema ética nos eventos organizados pelas IES. Segundo os coordenadores dos cursos Alfa, Beta, Delta, Lambda, Gama, Epsilon, Ômega, Sigma e Teta os assuntos relacionados à temática ética são abordados de alguma maneira nos eventos acadêmicos organizados pela coordenação. A coordenação da IES Fi declarou que não há a inserção do tema ética nos eventos da instituição.

A questão 3 procura verificar que assuntos são trabalhados nos eventos organizados pela coordenação das IES. Dentre os assuntos apontados como mais recorrentes nos eventos, em ordem crescente de frequência, estão: honestidade e moral do trabalhador com 36%; responsabilidade pela qualidade e segurança de produtos e serviços com 27%; comportamento profissional, governança corporativa,

a ética em todos os níveis da organização, ênfase nos valores da confiança, amor e respeito no processo educacional somaram 23% das ocorrências e conflitos de interesses totalizaram 14%, conforme Gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5 – Assuntos tratados em eventos das IES.



Fonte. Elaboração da autora.

A Questão 4 investiga a existência de formas de preparação para as pressões de ordem moral e ética que os estudantes enfrentarão no mercado de trabalho. Os coordenadores das instituições Alfa, Beta, Delta, Epsilon, Gama, Lambda, Ômega e Teta responderam que existe uma preparação conforme pontuadas a seguir.

A instituição Alfa, Beta, Delta, Epsilon e Teta enfatizam a importância do comportamento ético a partir da análise de estudos de caso, nas jornadas acadêmicas, nos trabalhos de conclusão de curso e também da atuação do próprio aluno em sala de aula, utilizando rigor no que diz respeito a cópias de trabalhos acadêmicos.

A instituição Ômega, segundo a coordenação, faz referências ao tema em seminários realizados nas disciplinas de Economia, Teoria Geral da Administração e Ética Profissional, conforme estrutura curricular. A IES Lambda prepara os estudantes a partir da inserção do tema ética não só na disciplina Ética, mas também em todas as disciplinas de sua organização curricular.

De modo diverso, as coordenações das instituições Sigma e Fi declararam que não existe nenhum tipo de preparação para as pressões de ordem moral e ética que os estudantes poderão enfrentar na vida profissional.

A Questão 5 investiga a existência de uma orientação formal da instituição para que os professores abordem o tema ética de modo transversal. As coordenações das IES Épsilon, Gama, Fi e Sigma responderam que existe tal orientação.

Por outro lado, as instituições Beta, Delta, Ômega, Lambda e Teta afirmaram que não existe nenhum tipo de orientação nesse sentido.

As duas coordenações da organização Alfa responderam de modo diverso entre si: um coordenador sugere que o tema ética seja inserido transversalmente em sala de aula e o outro coordenador declarou não oferecer nenhuma orientação. Esta dissonância pode representar a falta de uma política definida da IES para tratar a questão.

A Questão 6 procura investigar a existência de uma disciplina específica que trate do tema ética na estrutura curricular dos cursos de Administração e quais os motivos que levaram a IES a incluir a disciplina. A Tabela 3 apresenta as frequências de disciplinas específicas de ética nas IES pesquisadas.

Tabela 3 – Disciplinas específicas de ética nas IES

IES	DISCIPLINA	TOTAL	SEMESTRE
<b>GAMA</b>	Filosofia e Ética	1	2º
<b>ALFA</b>	Filosofia e Ética Profissional	1	3º
<b>BETA</b>	Filosofia e Ética	1	2º
<b>DELTA</b>	Filosofia e Ética	1	2º
<b>LAMBDA</b>	Filosofia e Ética	1	2º
<b>TETA</b>	-	-	-
<b>EPSILON</b>	-	-	-
<b>FI</b>	Ética e Responsabilidade Social Bioética; Comportamento e Ética Profissional	1	8º
<b>SIGMA</b>		2	4º e 8º
<b>ÔMEGA</b>	-	-	-
		10	

Fonte: elaboração da autora.

A coordenação da instituição Alfa declarou que já fazia parte do projeto pedagógico do curso de Administração e também “porque se trata de um tema importante para as organizações”. A coordenação dessa instituição apontou também que a inclusão da disciplina no currículo do curso tem o objetivo de formar um profissional de Administração ético e “com responsabilidade social”.

Para a coordenação da instituição Beta, a disciplina existe na estrutura curricular do curso “porque é importante para todas as situações que envolvem o indivíduo, o empregado e o empregador”.

No caso da instituição Delta, segundo o seu coordenador, há uma preocupação em preparar adequadamente profissionais originados desta instituição, bem como em relacionar o tema com a atuação profissional do indivíduo.

A instituição Epsilon declarou a falta da disciplina Ética na estrutura curricular do curso, porém ressaltou que o tema é abordado transversalmente em diversos conteúdos de diversas outras disciplinas.

Um dos coordenadores da instituição Ômega informou que não sabe o motivo pelo qual a instituição oferece a disciplina Ética na organização curricular do curso de Administração. Um outro coordenador da mesma instituição anunciou que a disciplina existe na estrutura curricular “porque é importante”. No entanto, não foi detectada a disciplina Ética na estrutura curricular da IES Ômega.

A coordenação da instituição Sigma afirmou que a disciplina faz parte da estrutura curricular do curso “por causa dos valores éticos da instituição e das diretrizes curriculares”.

O coordenador da instituição Teta declarou que apesar da inexistência da disciplina na organização curricular, “o comportamento ético nas disciplinas é estimulado”.

#### 6.4 A voz do Corpo Docente

Responderam ao questionário da pesquisa 112 docentes cujos dados foram submetidos à análise de atuação no processo da abordagem da ética nos cursos pesquisados e que produziram os resultados apresentados a seguir.

A Questão 1 do instrumento de coleta de dados do docente buscou a identificação da(s) disciplina(s) ministrada(s) pelo docente e sua relação com o Currículo Mínimo do MEC, conforme critérios já referidos na introdução deste Capítulo. O Quadro 18 a seguir apresenta a frequência das disciplinas investigadas e a frequência de professores entrevistados.

Quadro 18 – Freqüência de disciplinas do currículo mínimo do curso de graduação em Administração.

FORMAÇÃO BÁSICA E INSTRUMENTAL	FREQÜÊNCIA	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	FREQÜÊNCIA
Economia	6	Teorias da Administração	10
Direito	6	Administração Mercadológica	8
Matemática	5	Administração da Produção	8
Estatística	6	Administração de Recursos Humanos	9
Contabilidade	7	Administração Financeira e Orçamentária	7
Filosofia	4	Administração de Materiais e Patrimoniais	8
Psicologia	5	Administração de Sistemas de Informação	4
Sociologia	4	Organização, Sistemas e Métodos	5
Informática	6		
TOTAL	49	TOTAL	59
TOTAL DE DISCIPLINAS		108	
<b>Carga horária total: 720 h/a (24%)</b>		<b>Carga horária total: 1.020 h/a (34%)</b>	

Fonte: elaboração da autora.

A Questão 2 procura investigar a formação acadêmica dos docentes das IES estudadas com vistas ao cruzamento desta informação com a Questão 3 que investiga se o tema ética é abordado em sala de aula, com a Questão 5 que procura identificar o tipo de abordagem utilizada e com a Questão 6 que procura saber a carga horária reservada para a discussão do tema. A Tabela 4 apresenta o resumo dos dados coletados acerca da formação acadêmica, o tipo de abordagem feita por cada docente e a carga horária reservada para a temática.

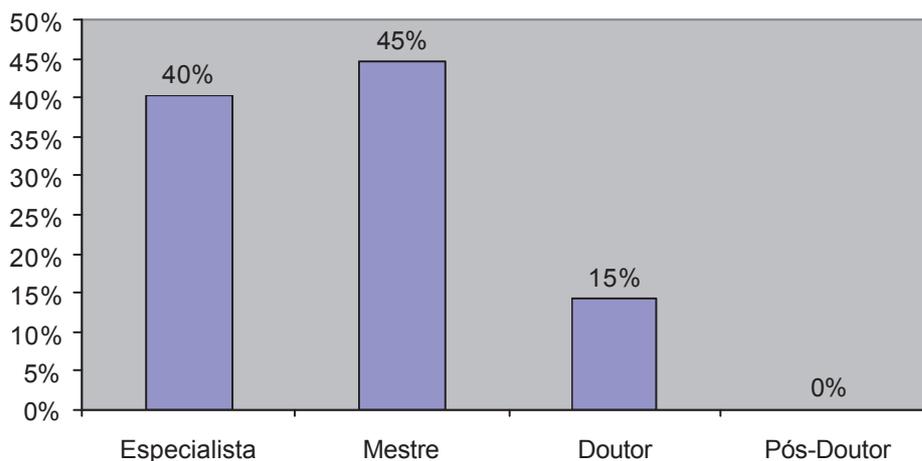
Tabela 4 - Resumo da Formação acadêmica dos docentes das IES pesquisadas e O tipo de abordagem do tema ética

ASSERTIVA	Especialista	%	Mestre	%	Doutor	%	Pós-Doutor	Total	%
Faz referências genéricas	24	60	32	63	9	60	-	65	61
Dedica carga horária	11	28	15	28	4	26	-	30	28
Não aborda	4	10	3	7	1	7	-	8	8
Pertinente a outra disciplina	1	2	1	2	1	7	-	3	3
<b>Total</b>	40	100	51	100	15	100	-	106	100

Fonte: elaboração da autora

A segunda informação produzida pelo instrumento de coleta, conforme gráfico que segue, relaciona-se com a titulação dos docentes. De modo ampliado, o estudo verificou a composição do corpo docente da seguinte forma: 40% constituído por especialistas; 45% por mestres e 15% por doutores, conforme Gráfico 6.

Gráfico 6 – Qualificação do Corpo Docente.



Fonte: elaboração da autora.

Os resultados apresentados em relação à titulação do docente *versus* abordagem da ética indicam que 29% dos docentes com mestrado, 28% dos docentes especialistas e 27% dos docentes doutores revelaram reservar uma carga horária específica para tratar o tema ética em sala de aula.

Do total de docentes pesquisados, 61% afirmaram que abordam o tema ética de forma genérica e que não é reservada uma carga horária específica para tal abordagem. Para estes docentes, não há nenhuma orientação das IES no sentido de que o tema seja trabalhado em sala de aula.

Desse modo, pode-se inferir que abordar a ética, de forma direta ou transversal, é uma decisão unilateral e isolada de cada docente. As referências generalizadas acerca do tema ocorrem na medida em que as questões relacionadas com a ética emergem em sala de aula.

A princípio, os resultados até aqui apresentados indicam uma discrepância entre o discurso e a prática por parte das IES, considerando-se a convergência do olhar do corpo gerencial destas instituições acerca da importância da abordagem da ética nos cursos pesquisados e o que foi efetivamente encontrado

em termos documentais. Assim, parece que a incoerência verificada indica que os entrevistados podem ter sido influenciados pela retórica da moral da integridade, escamoteando reflexões mais profundas acerca da problemática. Pode-se também inferir a ausência de sistematização e de sintonia entre o corpo gerencial e o corpo docente destas IES. A decisão da abordagem fica a cargo do professor que pode decidir como tratar a questão.

A análise do Projeto Pedagógico das IES enquanto documento e exigência do MEC não foi objeto deste estudo, mas pode-se inferir que a voz do corpo gerencial, sendo aquela que corresponde ou está afinada como o Projeto Pedagógico, está distanciada da prática acadêmica.

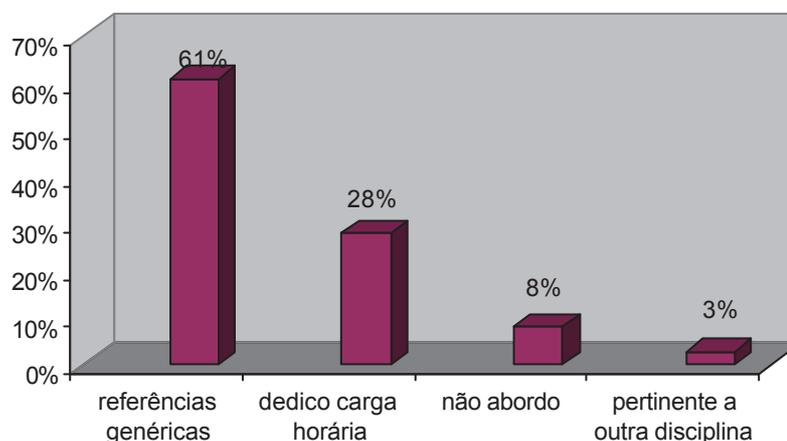
É oportuno destacar que existe uma flexibilidade no que se refere aos conteúdos não explicitados nas Diretrizes Curriculares do MEC para o curso de graduação em administração. Esta flexibilidade possibilita a cada instituição definir e ministrar conteúdos não explicitados nas Diretrizes como pertinentes a uma determinada disciplina.

Considerando esta maleabilidade, os valores gerencialistas ou humanistas que orientam a IES é que poderão exercer influência nas decisões e orientações acerca dos conteúdos a serem ministrados em sala de aula.

Ainda como resultado da Questão 2, 3, 5 e 6 observou-se que 28% dos docentes entrevistados declararam que dedicam uma carga horária específica para trabalhar o tema ética em sala de aula.

Dos 112 docentes entrevistados, 8% declararam não tratar do assunto ética em sala de aula, conforme representado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – O tipo de abordagem da ética como tema de aula.

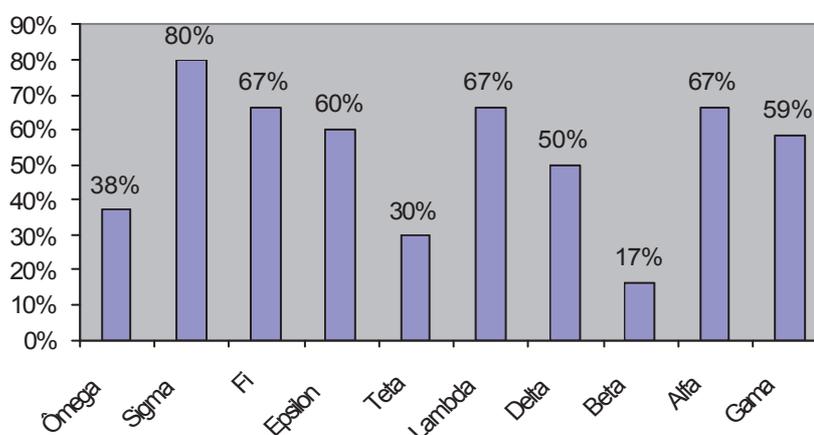


Fonte: elaboração da autora.

Assim, os resultados apresentados pelas questões 2, 3, 5 e 6 possibilitam a inferência de que a ética quando contemplada, não se apresenta como eixo norteador para os três grupos analisados: direção, coordenação e corpo docente. Parece correto inferir que as IES estudadas oferecem o conteúdo de ética de modo fragmentado e centralizado em algumas disciplinas.

O Gráfico 8 a seguir apresenta o resultado, por IES, das respostas afirmativas do docente quando questionado a respeito da existência do tema ética nos seus planos de ensino.

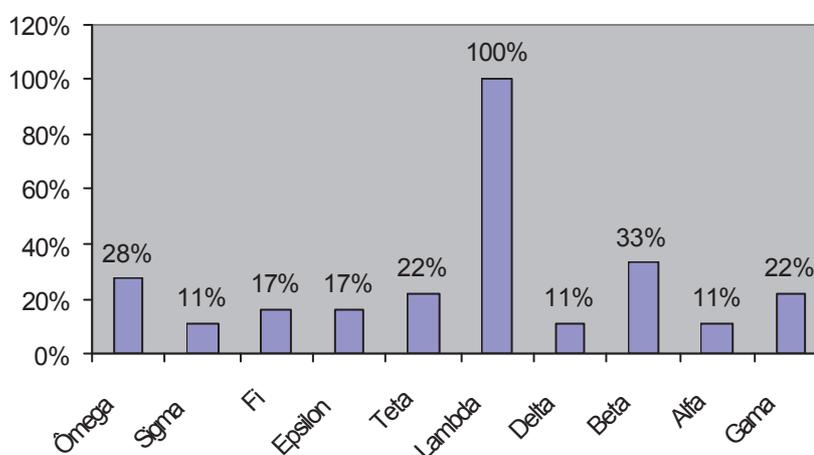
Gráfico 8 – Declaração afirmativa do docente quanto à existência do tema ética em seu plano de ensino.



Fonte: elaboração da autora.

Por outro lado, o Gráfico 9 apresenta, por IES, o resultado da investigação documental da presença do tema ética nos planos de ensino dos docentes que afirmaram existir a temática em seus planos de ensino.

Gráfico 9 – Presença efetiva da Ética no Plano de Ensino da disciplina



Fonte: elaboração da autora.

Com vistas ao cruzamento, por IES, do resultado das informações do docente e dos resultados da investigação documental, elaborou-se o Quadro 19 a seguir:

Quadro 19: Comparativo entre o que afirma o docente e o que afirma o respectivo plano de ensino

IES	Docente afirma que o tema existe no seu plano de ensino	Plano de ensino confirma a existência do tema ética
Ômega	38%	28%
Sigma	80%	11%
Fi	67%	17%
Epsilon	60%	17%
Teta	30%	22%
Lambda	67%	100%
Delta	50%	11%
Beta	17%	33%
Alfa	67%	11%
Gama	59%	22%
MÉDIA	54%	27%

Fonte: elaboração da autora.

De um modo geral, quanto à existência do tema ética nos planos de ensino das IES, verificou-se incompatibilidade entre a voz do docente e o que foi constatado na prática por meio da investigação documental. Com exceção dos docentes das IES Lambda e Beta, os resultados indicaram que parte da voz dos docentes diz que existe o tema ética no seu plano de ensino e, entretanto, o referido documento não valida a informação.

É oportuno destacar que todos os planos de ensino da IES Lambda possuem, de modo padronizado para todas as disciplinas, um campo denominado “Valores Abordados: Disciplina; Organização; Empreendedorismo; Ética; Competência”. Ainda assim, 33% dos docentes parecem não ter percebido a informação, pois os mesmos afirmaram que não existe o tema ética em seu planos de ensino. A partir desta constatação, parece possível inferir que estes docentes não se orientam pelo documento em questão ou não se lembram do que está expresso no plano de ensino de sua disciplina.

Em relação à IES Beta, os resultados indicam que 16% dos docentes afirmaram que não existe o tema ética nos planos de ensino de suas disciplinas e a pesquisa documental revelou a presença do tema. Parece possível inferir que estes docentes, assim como os da IES Lambda, não se orientam pelo documento em

questão ou não se lembram do que está expresso no plano de ensino de sua disciplina.

Assim, o resultado apresentado no Quadro 19 acima revela a dissonância entre o discurso dos dirigentes das IES, o seu corpo docente e a prática acadêmica.

Ainda em relação aos planos de ensino, a pesquisa documental deu-se, num primeiro momento, em 170 planos de ensino das 17 disciplinas do Currículo Mínimo do Curso de Graduação em Administração estabelecido pela Resolução Nº. 2 do MEC conforme Anexo 1. A investigação buscou verificar a existência de conteúdos de ética nos referidos documentos.

No entanto, extrapolando a delimitação inicial de 17 disciplinas do currículo mínimo para as 10 IES, realizou-se uma investigação da presença de conteúdos de ética em todos os planos de ensino das IES estudadas, o que significa dizer que 462 planos de ensino foram verificados. É oportuno destacar que resultado desta pesquisa indicou que a existência do tema ética foi constatado nas 17 disciplinas delimitadas inicialmente conforme frequência apresentada no Quadro 20 que segue.

Quadro 20 - Disciplinas cujos planos de ensino possuem conteúdo de ética.

IES	Disciplina	Frequência
Alfa, Omega, Gama, Teta, Delta, Lambda, Beta.	Filosofia	7
Beta, Delta, Teta Epsilon, Lambda.	Teorias da Administração	5
Epsilon, Ômega, Fi, Teta, Lambda.	Administração de Materiais	5
Gama, Beta, Alfa Lambda.	Direito	4
Ômega, Lambda	Sociologia	2
Ômega, Gama Lambda.	Administração de Sistemas	3
Sigma, Beta, Lambda	Psicologia	3
Teta, Lambda, Fi	Administração de Recursos Humanos	3
Gama, Beta, Lambda	Administração Mercadológica	3
Lambda	Economia	1
Lambda	Matemática	1
Lambda	Estatística	1
Lambda	Contabilidade	1
Lambda	Informática	1
Lambda	Administração da Produção	1
Lambda	Administração Financeira	1
Lambda	Organização, Sistemas e Métodos	1
	TOTAL	43

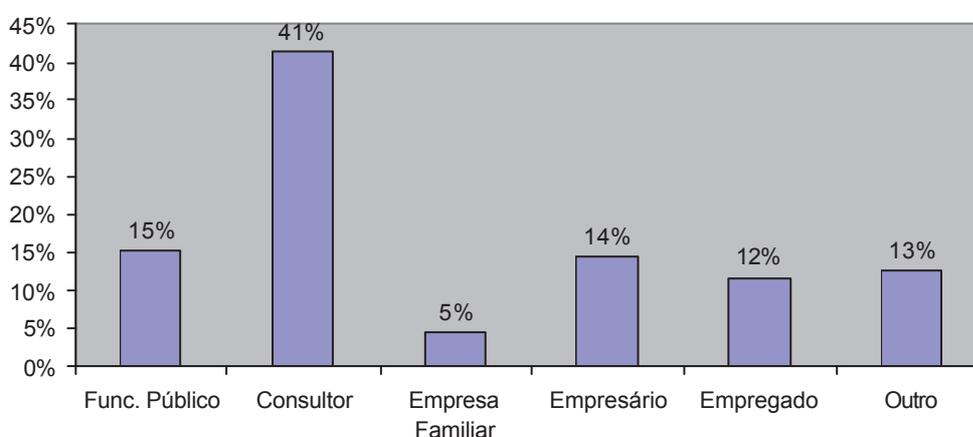
Fonte: elaboração da autora.

Desse modo, o resultado apresentado indica que, de um total de 170, 137 ou 81% das disciplinas do Currículo Mínimo do Curso de Graduação em Administração não possuem conteúdos de ética em seus escopos.

Com o resultado das respostas da Questão 4 do instrumento de coleta do docente, buscou-se verificar se docentes que atuam em outras atividades não relacionadas com a docência abordam com maior ou menor frequência a questão da ética. Assim, procurou-se saber se os docentes atuavam também como consultor, empresário, empregado ou funcionário público.

O resultado verificado foi que 15% dos docentes são funcionários públicos; 41% são consultores; 5% são empregados de empresa familiar; 14% são empresários; 12% são empregados de empresas que não são da área da educação e 13% dos entrevistados são profissionais liberais como advogados, arquitetos e terapeutas, entre outros. O Gráfico 10 resume os resultados da pesquisa.

Gráfico 10 – Atividades do corpo docente.



Fonte: elaboração da autora.

A atuação do docente relacionada a uma maior ou menor frequência na abordagem da ética não foi constatada no presente estudo.

A Questão 7 procurou investigar qual o enfoque dado pelo docente em sua abordagem da ética. A construção das alternativas leva o respondente a forçadamente escolher uma ou mais de uma das sete alternativas oferecidas. Cada alternativa foi construída de maneira a se aproximar da classificação teórica da ética conforme apresentado no Quadro 1 do Capítulo 3 deste estudo. Os tipos de ética listados foram a Ética da Convicção, a Ética da Responsabilidade, a Ética

Convencionada, O Relativismo Ético e a Ética das Virtudes. Na Tabela 5 que segue, são apresentados os resultados das respostas dos docentes.

TABELA 5: Classificação da ética trabalhada pelo docente em sala de aula

Classificação da ética		Especialista	%	Mestre	%	Doutor	%	Pós-Doutor	Total	%
Classificação	Alternativas									
Responsabilidade	Realismo pragmático	5	12	7	13	4	27	-	16	15
Relativismo	Situacional e Condicional	4	10	4	8	4	27	-	12	11
Convicção	Idealismo purista	1	2	1	1	0	0	-	2	2
Virtudes/Convicção	Convencional e Incondicional	2	5	2	4	0	0	-	4	4
Convencionada	Racionalidade instrumental	6	14	10	19	2	13	-	18	16
Finalidade	Capacitação técnica/decisão	17	40	21	40	4	27	-	42	37
Relativismo	Conotação restrita/negócios	7	17	8	15	1	7	-	16	15
<b>Total</b>		<b>42</b>	<b>100</b>	<b>53</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>110</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração da autora

Os resultados apresentados em relação à titulação do docente *versus* classificação da ética abordada pelo docente em sala de aula, indicam que 40% dos docentes com especialização utilizam o enfoque da Ética da Finalidade. Este enfoque tem como premissa básica que “a partir dos fins é que se definirão os meios”. O enfoque da Ética Relativista é utilizado por 27% dos docentes especialistas. O Relativismo Ético tem como máxima “a avaliação subjetiva da natureza ética. A base são as experiências do indivíduo e do grupo. Nada é absoluto ou relativo em questões éticas”. A Ética Convencionada é uma abordagem utilizada por 14% destes docentes especialistas e tem como máxima “uma combinação coerente de motivação do lucro e valores altruístas”. A abordagem realizada por 12% dos docentes especialistas é a Ética da Responsabilidade que tem como uma de suas premissas “as decisões devem maximizar o interesse próprio”.

Por outro lado, a Ética da Convicção é o enfoque utilizado por 7% dos docentes especialistas pesquisados. Este enfoque tem como princípios: “respeitar as regras, haja o que houver, as decisões decorrem de valores preestabelecidos e está baseada em ideais, em valores”.

Em relação aos docentes com titulação de mestres, os resultados indicam que 40% dos docentes mestres utilizam o enfoque da Ética da Finalidade, 23% abordam o tema ética sob o enfoque do Relativismo. A Ética Convencionada é a abordagem utilizada por 19% dos docentes mestres enquanto que 13% abordam o tema sob a ótica da Ética da Responsabilidade.

O Relativismo Ético é o enfoque escolhido por 34% dos docentes com doutorado que assinalaram “Minha abordagem é situacional e condicional” e “A minha abordagem traz uma conotação restrita ao exercício profissional e ao mundo dos negócios”. Dentre o total de docentes com doutorado que responderam o instrumento de coleta de dados, 27% declararam abordar a questão da ética a partir do enfoque da Ética da Responsabilidade, assinalando “Minha abordagem corresponde a um realismo pragmático”. Ainda do total de docentes doutores, 27% utilizam a abordagem da Ética da Finalidade para as discussões sobre ética em sala de aula. Dentre os docentes doutores, 13% assinalaram a assertiva “Minha abordagem trabalha a racionalidade instrumental na perspectiva da maior ou menor convergência para atingir fins organizacionais preestabelecidos” que representa a Ética Convencionada.

É oportuno destacar que nenhum dos docentes com doutorado aborda a ética considerando a perspectiva da Ética da Convicção.

A partir dos resultados aqui apresentados, pode-se inferir que 64% dos docentes entrevistados utilizam a abordagem da Ética da Finalidade (38%) numa perspectiva de que os fins justificam os meios, ou de que em termos da Ética Relativista (26%) deve-se relativizar mediante os fins a serem atingidos.

A Questão 8 do instrumento de coleta aplicado para o docente buscou descobrir a opinião acerca da razão para se discutir o tema ética, conforme apresentado na Tabela 6. Apesar desta questão não ter sido elaborada com a intenção de coletar mais de uma informação por docente, alguns respondentes decidiram marcar mais de uma alternativa. Destaca-se aqui que tal procedimento por parte do docente não veio a causar prejuízos ao resultado da pesquisa

Tabela 6: A opinião do docente acerca do motivo para a discussão do tema.

<b>Titulação</b>	<b>Especialista</b>	<b>%</b>	<b>Mestre</b>	<b>%</b>	<b>Doutor</b>	<b>%</b>	<b>Pós Doutor</b>	<b>Total</b>
<b>Alternativas</b>								
Ética empresarial assegura os objetivos: atingir o lucro	8	17	8	15	3	17	-	19
Formação moral de uma sociedade: obrigação do docente	27	57	36	67	12	66	-	75
Considero insuficiente conteúdo de ética na graduação	11	23	6	11	3	17	-	20
Meu interesse é filosófico	0	0	0	0	0	0	-	0
Outra	1	2	4	7	0	0	-	5
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>100</b>	<b>54</b>	<b>100</b>	<b>18</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>119</b>

Fonte: elaboração da autora

Os resultados apurados indicam que 57% dos docentes com a titulação de especialistas têm a opinião de que a formação moral de uma sociedade é parte das obrigações do docente ao passo que 23% consideram o conteúdo de ética insuficiente no currículo da graduação. Por outro lado, dentre o total de especialistas pesquisados, 17% considera importante discutir o tema porque a ética empresarial permite à empresa sobreviver no mercado cumprindo o seu objetivo de obter lucro.

Dentre os mestres, 67% consideram que o docente é também responsável pela formação moral de uma sociedade e 11% considera o conteúdo de ética insuficiente no curso de Administração. Dentre o total de docentes com mestrado, 15% vê a discussão do tema ética como uma estratégia para a realização dos objetivos da empresa: a obtenção o lucro.

De modo semelhante aos especialistas e aos mestres, 66% dos docentes doutores escolheram a assertiva “considero a formação moral de uma sociedade parte das obrigações dos docentes”. Em relação ao conteúdo de ética na graduação, 17% dos doutores consideram insuficiente. Por outro lado, para 17% dos docentes doutores a discussão do tema ética contribui para a realização dos objetivos da empresa: a obtenção o lucro.

Deve ser considerado que o resultado da pesquisa mostrou que nenhum pesquisado se identificou com a assertiva “considero que a ética e negócios não se misturam, meu interesse é filosófico”.

Os docentes expressaram, voluntária e adicionalmente, no instrumento de coleta as seguintes afirmativas:

- a) “a reflexão ética é essencial para enfrentar o turbo capitalismo/corrosão de caráter”;
- b) “torna-se necessário retomar o homem como fim e não como meio em nosso processo produtivo, o que mudaria completamente os parâmetros da administração”;
- c) “a ética é imprescindível para a construção de um mundo melhor”;
- d) “ética é inseparável dos demais aspectos da vida”;
- e) “a ética assegura a formação de cidadãos cômicos de suas responsabilidades, direitos e deveres como agentes de transformação”.

A partir dos dados apresentados na Tabela 6, elaborada a partir dos resultados da Questão 7, pode-se afirmar que houve convergência por parte de 75% dos docentes pesquisados, independentemente do tipo de abordagem preferida

ou da titulação acadêmica. Para estes 75%, entre os papéis do docente está o de contribuir para a formação moral da sociedade.

Entretanto, identifica-se uma dissonância no cruzamento dos resultados gerados pelas Questões 7 e 8 do instrumento de coleta de dados destinado ao docente.

O resultado geral apresentado na Tabela 5, elaborada a partir dos resultados da Questão 7, indica que 37% dos docentes abordam uma ética orientada para a capacitação técnica na tomada de decisão e na implementação de ações, 15% dos docentes aborda uma ética restrita ao exercício profissional ou ao mundo dos negócios e 15% dos docentes pesquisados abordam em sala de aula uma ética de natureza pragmática.

A discrepância verificada nos resultados desta pesquisa pode conduzir a uma inferência acerca da possibilidade de que o docente não esteja preparado para tratar um tema com a complexidade e fragilidade que a ética envolve.

O fato é que, segundo Mintzberg (2003, p. 30) são diversas as fronteiras no caminho da educação em Administração.

De acordo com Mintzberg (2003), entenda-se aqui como fronteiras: competitividade; estrutura curricular; plano de ensino; estudantes despreparados; diferenças entre aluno e professor; funções do administrador; objetivo da empresa formação acadêmica *versus* prática empresarial.

O processo educacional parece estar sempre envolto entre o conceitual e o concreto, de um lado a realidade acadêmica e do outro a realidade empresarial, fazendo parecer existir um abismo entre estes dois universos.

Desse modo, o docente parece ser o elo entre estas duas dimensões.

De modo semelhante, o Quadro 21 a seguir apresenta a dualidade na qual parece também que o docente pode estar envolvido.

Quadro 21: As dissonâncias da voz do docente

O que diz a voz do docente segundo os dados da pesquisa	O que diz a voz do docente em sala de aula segundo o próprio docente pesquisado
“Considero a formação moral de uma sociedade parte das obrigações docentes” (78%)	“A minha abordagem traz uma conotação restrita ao exercício profissional e ao mundo dos negócios” (38%)
“Considero insuficiente o conteúdo de ética no currículo da graduação” (18%)	“Minha abordagem trabalha a racionalidade instrumental na perspectiva da maior ou menor convergência para atingir fins organizacionais preestabelecidos” (16%)
	“Capacitação técnica para a tomada de decisões e na implementação de ações” (15%)
	“A partir dos fins é que se definirão os meios” (14%)
	“Minha abordagem é situacional e condicional” (11%)

Fonte: Elaboração da autora

O Quadro 21 apresenta as dissonâncias encontradas quando do cruzamento dos dados coletados.

A Questão 9 buscou investigar o nível de interesse que o tema ética desperta nos alunos segundo a percepção do docente. Dos 112 docentes pesquisados, 105 docentes responderam esta questão, representando 94% de cobertura.

Assim, para 78% dos docentes o tema desperta muito interesse e produz debates. Para 5% dos respondentes, o tema não desperta interesse e é recebido pelos alunos com indiferença. Para 17% dos docentes o tema desperta pouco interesse e produz ceticismo, conforme apresentado na Tabela 7 a seguir.

Tabela 7 – Grau de interesse dos alunos pelo tema ética

Alternativas IES	Desperta muito interesse e debates	Não desperta interesse	Pouco interesse e produz ceticismo	Total
GAMA	14		3	17
ALFA	7		1	8
BETA	4			4
DELTA	11	1		12
LAMBDA	4		2	6
TETA	8	2	3	13
EPSILON	10		3	13
FI	6		3	9
SIGMA	9	1		10
ÔMEGA	9	1	3	13
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>5</b>	<b>18</b>	<b>105</b>
<b>Percentual</b>	<b>78%</b>	<b>5%</b>	<b>17%</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração da autora.

A Questão 10 buscou o relato de experiências em sala de aula ilustrativas do pensamento do corpo discente acerca da questão da ética.

Cerca de 41% dos docentes responderam a questão e algumas de suas contribuições estão a seguir mencionadas, agrupando-se as respostas conforme o Quadro 22.

Quadro 22 - Depoimentos de docentes acerca de situações vivenciadas em sala de aula

Depoimentos dos docentes	Freqüência
1. “Os alunos perguntam e cobram dicas de como estruturar o caixa dois da empresa”;	8
2. “Os alunos questionam: ‘Professor, como é possível ética no Marketing?’ ”	5
3. “Os alunos falam sobre experiências envolvendo recebimento de propina de fornecedores na área de Compras de grandes empresas que trabalham e afirmam que não tem jeito. ‘É isso aí, Professor, todo mundo tem um preço. Qual é o seu?’ ”.	6
4. “Um determinado aluno afirmou que gostaria de ser policial para enriquecer rapidamente”.	1
5. “Os alunos questionam: ‘como ser ético num mercado tão competitivo, Professor?’ ”	9
6. “Alguns alunos, quando flagrados colando durante as avaliações ou plagiando autores, afirmam que aprenderam em Administração Estratégica que administrar é ‘blefar e assumir riscos’. Eles afirmam que o importante é que o objetivo seja atingido”	10
7. “Os alunos acreditam que os fins justificam os meios”	13
TOTAL	52

Fonte: Elaboração da autora

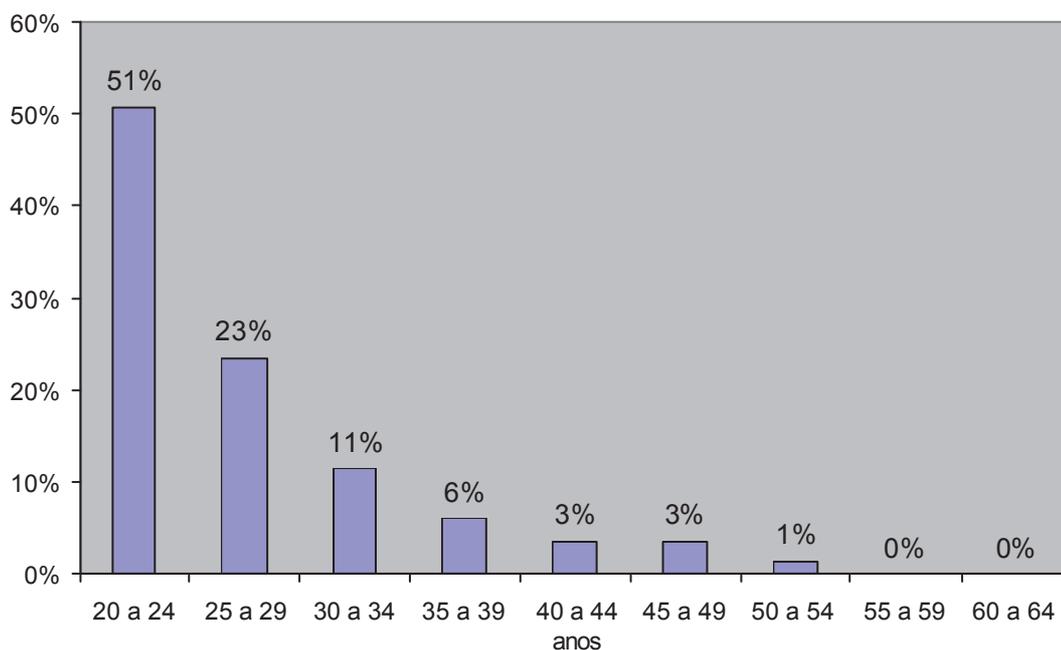
Assim, as situações descritas pelos docentes conforme Quadro 22 evidenciam a necessidade de um olhar renovado acerca da importância da inserção do tema ética nos cursos de graduação em Administração estudados.

## 6.5 A voz e o perfil do corpo discente

Do universo estimado de 750 alunos formandos das 10 IES, a pesquisa alcançou 524 alunos que responderam ao questionário, representando 70% da população deste estudo.

O corpo discente das 10 IES pesquisadas mostra o seguinte perfil: 51% dos estudantes formandos têm entre 20 e 24 anos, conforme apresentado no Gráfico 11. Do total de entrevistados, 59% são do sexo feminino e 76% são solteiros.

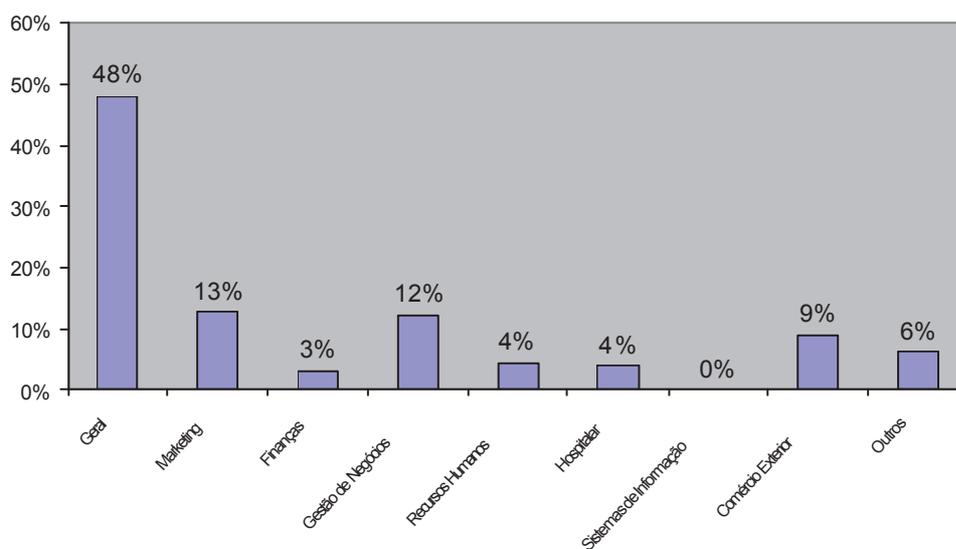
Gráfico 11 – Perfil do discente.



Fonte. Elaboração da autora.

O curso de Administração Geral apresenta o maior percentual com 48% de formandos entre as 10 IES pesquisadas conforme apresentado no Gráfico 12.

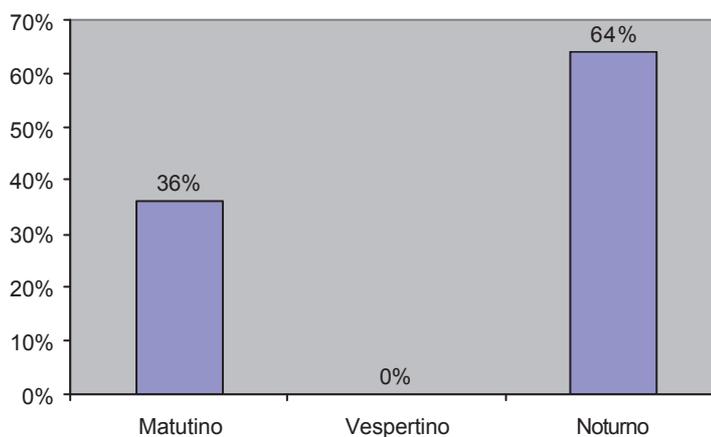
Gráfico 12 – Frequência de habilitações em administração.



Fonte: elaboração da autora.

Os alunos formandos estão concentrados no turno noturno das IES pesquisadas com um percentual de 64% conforme apresentado no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Turno freqüentado pelos alunos formandos.



Fonte: elaboração da autora.

Com o objetivo de traçar um perfil das posturas morais dos futuros profissionais de Administração, o instrumento de coleta a que eles foram submetidos possui dois tipos de perfis morais. Um perfil representa a moral da integridade e o outro a moral do oportunismo, sendo que para cada tipo foram estabelecidas 13 assertivas, conforme já referido no Capítulo 5 da metodologia desta pesquisa. As assertivas estão apresentadas no Apêndice 6 e no Apêndice 7.

O instrumento de coleta, contendo 26 assertivas, representava um total de 13.624 entradas de dados para os 524 alunos que responderam ao questionário. A tabulação dos dados validaram 10.778 entradas de dados referente as assertivas do instrumento de coleta de dados dos discentes, representando uma cobertura de 79%.

As Tabelas 8 e 9 mostram os resultados para a Moral da Integridade e Moral do Oportunismo.

Tabela 8 - Moral da Integridade

	Concordo Totalmente	Concordo	Discordo	Discordo Totalmente	Total
<b>GAMA</b>	35%	39%	18%	8%	100%
<b>ALFA</b>	35%	39%	17%	9%	100%
<b>BETA</b>	42%	41%	13%	4%	100%
<b>DELTA</b>	34%	43%	15%	8%	100%
<b>LAMBDA</b>	40%	37%	16%	7%	100%
<b>TETA</b>	42%	28%	29%	1%	100%
<b>EPSILON</b>	43%	42%	14%	1%	100%
<b>FI</b>	42%	36%	18%	4%	100%
<b>SIGMA</b>	33%	35%	27%	5%	100%
<b>ÔMEGA</b>	43%	36%	18%	3%	100%

Fonte: elaboração da autora

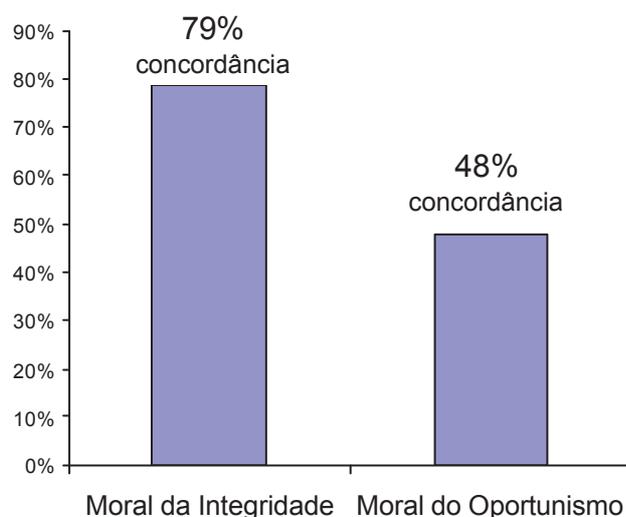
Tabela 9 - Moral do Oportunismo

	Concordo Totalmente	Concordo	Discordo	Discordo Totalmente	Total
<b>GAMA</b>	16%	35%	33%	16%	100%
<b>ALFA</b>	18%	35%	30%	17%	100%
<b>BETA</b>	15%	31%	37%	17%	100%
<b>DELTA</b>	14%	25%	46%	15%	100%
<b>LAMBDA</b>	15%	34%	34%	17%	100%
<b>TETA</b>	12%	28%	42%	18%	100%
<b>EPSILON</b>	6%	38%	39%	17%	100%
<b>FI</b>	19%	40%	27%	14%	100%
<b>SIGMA</b>	14%	32%	34%	20%	100%
<b>ÔMEGA</b>	15%	35%	35%	15%	100%

Fonte: elaboração da autora.

O resultado geral para as 10 IES estudadas apontou uma média de 79% de estudantes que apresentaram um perfil moral compatível com o da moral da integridade. Por outro lado, a moral do oportunismo manifestou-se com uma média de 48% nas IES pesquisadas. Para geração deste resultado, foram agrupadas as categorias “Concordo Totalmente” e “Concordo” em uma categoria única denominada “Concordância” para o conjunto de assertivas que determinam cada tipo de moral do instrumento de coleta aplicado e calculado os percentuais apresentados no Gráfico 14 a seguir.

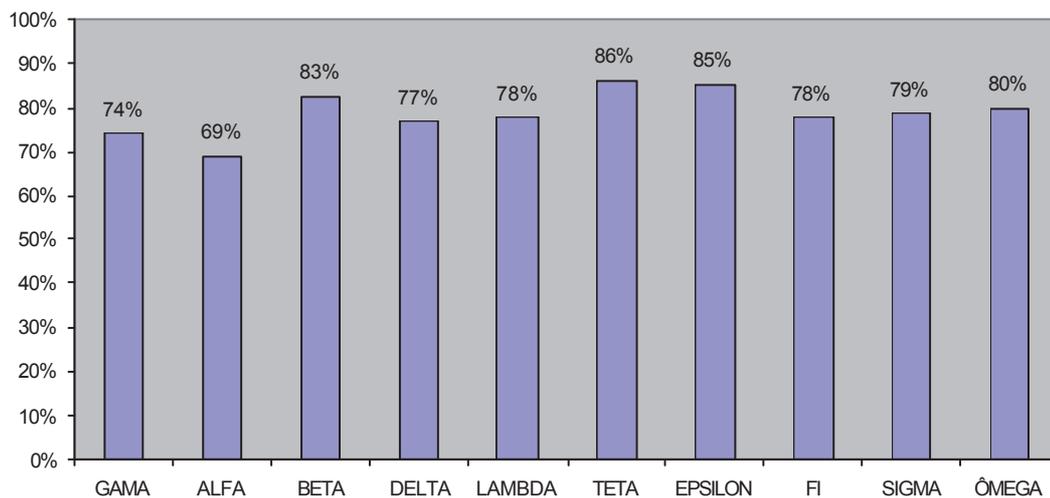
Gráfico 14 – Tipo moral predominante para as IES.



Fonte: elaboração da autora.

Os percentuais verificados por IES e por tipo de moral são apresentados no Gráfico 15 a seguir.

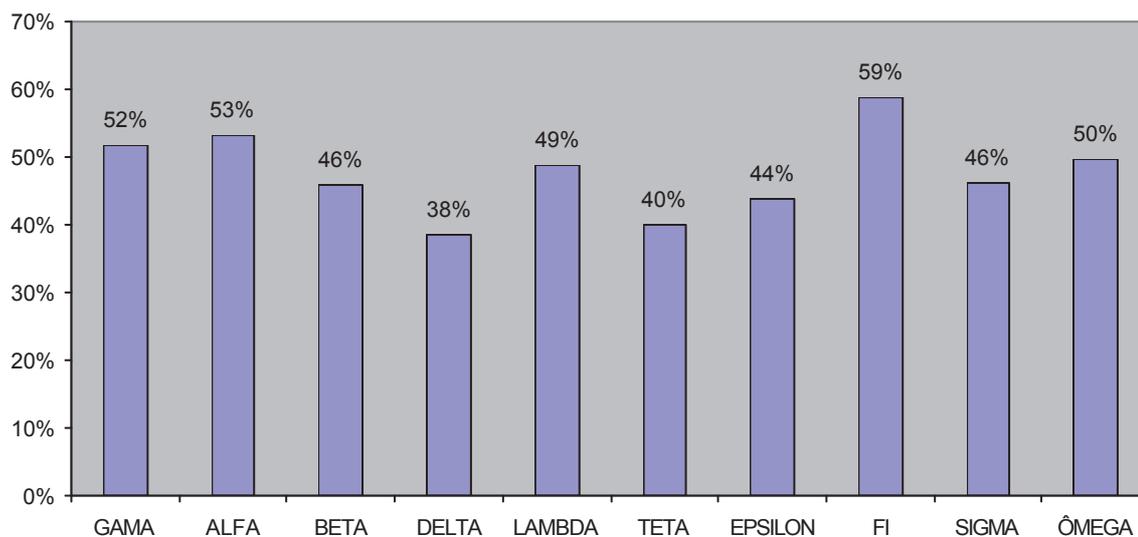
Gráfico 15 – Frequência da moral da integridade por IES pesquisada.



Fonte: elaboração da autora.

Os percentuais verificados por IES e por tipo de moral são apresentados no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Frequência da moral do oportunismo por IES pesquisada.



Fonte: elaboração da autora.

Verificaram-se na análise dos dados os percentuais de adesão por assertiva e por tipo de moral. Desse modo foi possível destacar a IES FI com os maiores percentuais de adesão ao estilo da moral do oportunismo e a Delta e Teta como possuidoras dos maiores percentuais de aversão a esse tipo de moral.

A instituição Teta está presente com os maiores percentuais de adesão ao perfil moral da integridade. A IES Alfa possui os maiores percentuais de rejeição ao perfil moral da integridade.

É oportuno se destacar que os dados apresentados devem ser avaliados com cuidado haja vista que “a influência da retórica da moral da integridade pode provocar um viés nas respostas fornecidas” conforme Srour (2000, p.137) autor do instrumento de coleta aqui utilizado. Desse modo, pode-se inferir que ao se deparar com situações práticas, os alunos “formandos” possam tomar decisões mais oportunistas do que os gráficos sugerem.

## 6.6 Perfil e Bibliografia do Curso

No presente estudo, procurou-se verificar a bibliografia do curso como forma de contribuir para a identificação das dimensões Humanista-Aktoufiana ou Gerencialista-Porteriana nas quais se enquadravam as IES pesquisadas.

Assim, para identificar a primeira corrente, utilizou-se como indicador conforme expresso no Capítulo 5 a frequência de obra do pensador do período Clássico da Idade Antiga Aristóteles na indicação bibliográfica dos planos de ensino dos cursos de graduação em Administração das IES pesquisadas. A obra desse filósofo está voltada para reflexões acerca do ser humano e dos problemas sociais e morais da humanidade.

Procurou-se também identificar a frequência de autores da corrente denominada teoria crítica e o resultado do estudo está no Quadro 23 que segue.

Quadro 23 – Freqüência de autores considerados humanistas na bibliografia dos planos de ensino.

Autores da dimensão Humanista-Aktoufiana	Freqüência
Aristóteles	1
Karl Marx	1
Keynes	1
Engels	1
Sartre	
Guerreiro Ramos	
Maurício Tragtenberg	
Bourdieu	
Child	
Clegg	
Aktouf	
Habermas	4
Enriquez	3
Stiglitz	
Samuelson	
Galbraith	3
Chanlat	
TOTAL	15

Fonte: elaboração da autora

Para a corrente aqui denominada Gerencialista-Porteriana, investigou-se na bibliografia dos cursos pesquisados a existência de autores como Peter Drucker, Philip Kotler, Michael Porter, Milton Friedman que trabalham a perspectiva de que as decisões gerenciais estão centradas no mercado e os resultados estão apresentados no Quadro 24 a seguir.

Quadro 24 – Predomínio na bibliografia dos planos de ensino de autores considerados gerencialistas.

Autores da dimensão Gerencialista-Porteriana	Predomínio
Ansoff	6
Peter Drucker	26
Philip Kotler	19
Levitt	
Koontz e O'Donnel	1
Milton Friedman	1
Platão	15
Michael Porter	
TOTAL	71

Fonte: elaboração da autora

É oportuno se destacar que a IES Lambda apresenta como indicação de bibliografia complementar todos os volumes da Coleção Os Pensadores na disciplina Filosofia e Ética Profissional sem, no entanto, sugerir nenhum filósofo de forma específica.

Em relação à dimensão denominada neste estudo como Gerencialista-Porteriana, verificou-se que na bibliografia dos planos de ensino de todas as instituições pesquisadas o predomínio de mais de três autores representantes desta corrente.

## 7. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

O objetivo central do presente estudo foi verificar a forma como a ética é abordada nos cursos de graduação em Administração reconhecidos pelo MEC, tendo como objeto de investigação 10 IES de Salvador. Buscou-se as opiniões dos diretores e coordenadores quanto à adequação que a IES está dispensando ao tema.

A pesquisa apontou uma preocupação generalizada dos atores envolvidos no processo do ensino de Administração: o diretor, o coordenador e o docente. Todos os olhares convergem para a necessidade de proporcionar discussões que envolvam a ética nos cursos pesquisados.

A pesquisa procurou verificar também a estrutura curricular dos cursos de graduação em Administração selecionados destacando as disciplinas que discutem a questão da ética e investigou as indicações bibliográficas obrigatórias e complementares da estrutura curricular do curso.

Foram verificadas preocupações em destacar a questão da ética em um ou em outro tópico do plano de ensino. No entanto, os resultados desta pesquisa indicam que não há uma proposta articulada no sentido de alteração do Projeto Pedagógico de modo a estimular a inclusão do tema nos cursos de Administração. Os resultados não apontaram para a existência de mecanismos efetivos de intervenção nos currículos das IES de modo a dar início ao processo de transformação desejado.

O estudo não buscou investigar a opinião dos estudantes acerca da abordagem da ética pelas IES pesquisadas por estes serem agentes passivos do objeto analisado.

As disciplinas do núcleo de Formação Básica e Instrumental estão reunidas em Economia, Direito, Matemática, Estatística, Contabilidade, Filosofia, Psicologia, Sociologia e Informática em todas as IES investigadas.

As disciplinas de Formação Profissional estão representadas pelas disciplinas Teorias da Administração (em oito IES aparecem identificadas como Teoria Geral da Administração – TGA), Administração Mercadológica ou Marketing, Administração da Produção, Administração de Recursos Humanos ou Gestão de

Pessoas, Administração Financeira, Administração de Materiais, Administração de Sistemas de Informação e Organização de Sistemas e Métodos.

Foi verificado que a maioria dos docentes considera que a formação moral da sociedade é também da responsabilidade do docente. Uma outra parte do corpo docente julga insuficiente o conteúdo da temática ética na estrutura curricular dos cursos de graduação em Administração.

Por outro lado, o corpo docente diz que ao abordar o tema ética utiliza o enfoque de teorias éticas utilitaristas ou relativistas para as discussões em sala de aula. O corpo docente procurou demonstrar que a ética é abordada de modo transversal. Contudo, os resultados apontam para um corpo docente envolvido num processo de dualidade: o pensar e o agir.

Apesar do perfil moral dos estudantes ter apresentado características compatíveis com a moral que não admite deslize algum, esse dado merece ser analisado com cuidado, uma vez que a retórica da moral da integridade pode ter influenciado de alguma forma as respostas fornecidas pelos estudantes investigados.

A ocorrência de plágios de trabalhos acadêmicos e as tentativas freqüentes de burlar as avaliações apontam que o corpo docente percebe a questão da ética como uma abstração. Os estudantes se posicionam como vítimas de procedimentos antiéticos e não apresentam autocrítica.

A moral do oportunismo manifestou-se com média inferior ao da moral da integridade, mas não deixa de ser significativo a ênfase dada pelos estudantes a este tipo de moral.

A partir da análise dos planos de ensino de todas as IES, verificou-se que a bibliografia obrigatória e complementar das disciplinas, inclusive as de Filosofia, é constituída por releituras dos pensamentos dos filósofos do período clássico. Verificou-se também o predomínio de autores gerencialistas nos cursos das IES pesquisadas.

Os resultados desta pesquisa não indicam a implementação de ações que promovam o enfoque da ética na formação de profissionais de Administração compatíveis com as necessidades do atual ambiente no qual estão envolvidas as organizações.

As diretrizes dos cursos das IES investigadas, conforme apurado neste estudo, privilegiam o caráter instrumental, com predomínio de bibliografia de autores

considerados gerencialistas e da abordagem da ética centrada na Teoria da Ética da Responsabilidade e suas vertentes.

Pode-se verificar uma baixa frequência dos indicadores da dimensão humanista e, por outro lado, uma predominância de indicadores da dimensão gerencialista para o conjunto das IES pesquisadas.

É importante destacar que uma articulação planejada da estrutura curricular e o preparo do corpo docente serão decisivos para uma redefinição do perfil do futuro Administrador e para a construção de uma nova realidade.

A construção do novo paradigma requer uma abordagem multidisciplinar pelas IES, verificando-se a necessidade de reformulação dos projetos pedagógicos que deram origem aos cursos de administração no Brasil.

A fragmentação verificada da estrutura curricular provoca um esvaziamento das tentativas isoladas de alguns docentes em reduzir o caráter instrumental dos cursos de graduação em Administração haja vista a desarticulação verificada entre o que diz a voz da direção, a voz da coordenação e a voz do corpo docente.

Procurou-se provocar discussões que promovam a construção de um modelo de aprendizagem voltado para a capacitação dos estudantes não só enquanto Administradores, mas, sobretudo enquanto pessoas cujas ações podem afetar direta e indiretamente todos aqueles que estão em seu entorno.

As condições descritas neste estudo, a propósito da retomada dos fundamentos basilares da Ética Clássica até a Ética Contemporânea sugerem que as IES com cursos de graduação em Administração devem incorporar, de modo estruturado e correlacionado, os conteúdos da filosofia e de seus pensadores na estrutura curricular do curso. Desse modo se contribuirá para que o discente passe a ter contato estreito com as obras dos filósofos clássicos e contemporâneos.

Tal ação poderá contribuir para viabilizar a reflexão profunda por parte dos Administradores acerca do atual modelo de gestão centrado no mercado e na conquista do lucro a qualquer preço. A ética e seus conceitos vêm atravessando os séculos e os seus estudiosos estão cada vez mais atuais, conforme visto na fundamentação teórica deste estudo.

As IES devem dispensar especial atenção para os docentes haja vista que a pesquisa indicou um despreparo do docente que aborda o tema ética em suas disciplinas. Contradições foram observadas em algumas de suas respostas

indicando também uma formação superficial do profissional no que se refere ao tema. Caberia aqui um estudo mais aprofundado do nível do conhecimento do docente que trata do tema de modo transversal ou não.

Sugere-se que as IES tornem possível a presença do ensino da ética em todas as disciplinas do curso, incluindo as de Finanças, Contabilidade, Marketing, Estatística, Recursos Humanos e Sistemas de Informação. Mesmo sendo abordado por áreas diversas, a temática pode ser direcionada pelas Teorias das Organizações e, mais especificamente, pela Teoria Geral da Administração.

Para futuros trabalhos, sugere-se o estudo dos projetos pedagógicos das IES de modo a investigar a possibilidade de criação, desenvolvimento e implantação de práticas pedagógicas inovadoras que consigam incorporar a dimensão humanista de modo a extrapolar as fronteiras do ensino da Administração.

Com este estudo foi possível apresentar um panorama do ensino da ética nas IES pesquisadas e identificar alguns dos principais obstáculos que merecem investigações mais aprofundadas. Espera-se que tenham sido produzidas contribuições para a retomada da discussão acerca da importância da ética além das fronteiras organizacionais.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ACKOFF, R. **Planejamento Empresarial**. Rio de Janeiro: LTC, 1974.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W. **Textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores)

AGOSTINHO, Santo. **Confissões VIII**. 1ª. Edição. São Paulo: Abril S.A Cultural e Industrial, 1973. (Coleção Os Pensadores)

AGUILAR, F. J. **A ética nas empresas**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

AKTOUF, Omar. **A administração entre a tradição e a renovação**. Tradução São Paulo: Atlas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ensino de administração: por uma pedagogia para a mudança**. Tradução e notas: Luiz Alcione Albendes Moreira e Eduardo Paes Barreto Davel. Montreal (Québec): [s.n.], 1997. 16 p.

\_\_\_\_\_. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz**. São Paulo: Atlas, 2004.

ALSOP, Ronald. Depois dos escândalos, ética ganha importância nos cursos. **O Estado de São Paulo**, The Wall Street Journal Américas, Dow Jones & Company, Inc. Economia, B10, ed. 17 set. 2003. Disponível em: <[http://www.eticaempresarial.com.br/noticias/noticias\\_escandalos.asp](http://www.eticaempresarial.com.br/noticias/noticias_escandalos.asp)>. Acesso em: 01 fev. 2005.

ANDRADE, José Célio Silveira; DIAS, Camila Carneiro. **Conflito e cooperação: análise das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A.** Ilhéus-Ba: Editus, 2003.

ANSOFF, H. I. **Estratégia Empresarial**. São Paulo: McGraw Hill, 1977. cap. 6.

AQUINO, Santo Tomás de. **Sobre o ensino (de magistro) e os sete pecados capitais**. Tradução de Jean Luiz Lauand. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 2003.

ARISTÓTELES. **A ética**. Tradução de Paulo Cássio M. Fonseca. Bauru: EDIPRO, 1995. Série Clássicos.

\_\_\_\_\_. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2003. Coleção A Obra-Prima de Cada Autor.

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de. **Código de ética: um instrumento que adiciona valor**. São Paulo: Negócio Editora, 2002.

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de; WHITAKER, Maria do Carmo, & RAMOS, José Maria Rodriguez. **Fundamentos de ética empresarial e econômica**. 2ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2003.

ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BAUMHART, R. S. J. **Ética em negócios**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1971.

BENTHAM, Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Coleção Os Pensadores.

BERTERO, Carlos Osmar. Teoria da organização e sociedades desenvolvidas. RAE: **Revista de Administração de Empresas**. V.32, n.3, jul-ago 1992, p.14-28.

\_\_\_\_\_. A evolução da análise organizacional no Brasil (1961-93). RAE: **Revista de Administração de Empresas**. V.34, n.3, mai-jun 1994, p.81-90.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: por um movimento social europeu**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURGOIN, Henry. **L'Afrique malade du management**. Paris: Jean Picollec, 1984.

BRIGHAM, Eugene; HOUSTON, Joel. **Fundamentos da moderna administração financeira**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CHANDLER, A. D. **Strategy and structure: chapters in the history of the american industrial enterprise**. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1976.

CHANLAT, Jean-François. **Ciências sociais e management**: reconciliando o econômico e o social. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **O caminho de uma nova ética nas relações das organizações**. RAE: Revista de Administração de Empresas. V.32, n.3, jul-ago 1992, p.68-73.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier, PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **Histórias das idéias políticas**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

COHEN, D. Os dilemas da ética. **Revista Exame**, São Paulo, ano 37, n.10, p.35-43, 14 maio 2003.

COLLINS, James C. PORRAS, Jerry I. **Feitas para durar**: práticas bem-sucedidas de empresas visionárias. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

COMTE, Auguste. **Catecismo positivista**. São Paulo: Abril Cultural, 1973a. Coleção Os Pensadores.

\_\_\_\_\_. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 1973b. Coleção Os Pensadores.

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Abril Cultural, 1973c. Coleção Os Pensadores.

COSTA, José Silveira da. A filosofia Cristã. In: REZENDE, Antonio (Org.) **Curso de filosofia**: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

CRETELLA JÚNIOR, J. **Novíssima história da filosofia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

DE PAULA, Ana Paula Paes. **Tragtenberg e a resistência da crítica**: pesquisa e ensino na administração hoje. In: Revista de Administração de Empresas (RAE). São Paulo, v.41, n. 3, p. 77-81. jul-set 2001.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução Paulo M. de Olivera. Bauru, SP: Edupro, 1996.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Disponível em: <<http://cultvox.locaweb.com.br/gratisfilosofiapolitica.asp>>. Acesso em 03 out. 2004.

DIAS, Camila Carneiro. **Administração estratégica, conflito, cooperação e aprendizado**. Diálogos Possíveis: Revista da Faculdade Social da Bahia, vol. 1. n.0, jul-dez 2002. Salvador, 2002.

DIAS, Maurício. A razão do estado. **Revista Carta Capital**. São Paulo, ano XI, n.331, p.24-27, 2 maio 2005.

DRUCKER, Peter F. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1994.

ENRIQUEZ, Eugène. O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**. São Paulo, v. 37, n. 1, p. 18-29, jan-mar 1997a.

\_\_\_\_\_. Os desafios éticos nas organizações modernas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n.2, p. 6-17, abr/jun. 1997b.

FACULDADE BAIANA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS. **Administração**. Disponível em: <<http://www.fabac.com.br/index.php?eva=c2l0ZT0zJm1vZHVsbz1ldmFfY29udGV1ZG8mY29fY29kPTcw>>. Acesso em: 01 fev. 2005.

FACULDADES INTEGRADAS DA BAHIA. **Administração geral**. Disponível em: <[http://www.fib.br/graduacao\\_adm\\_plano.php](http://www.fib.br/graduacao_adm_plano.php)>. Acesso em: 01 fev. 2005.

FACULDADE OLGA METTIG. **Administração**. Disponível em: <[http://www.facex.com.br/faculdade/faculdade\\_adm.htm](http://www.facex.com.br/faculdade/faculdade_adm.htm)>. Acesso em: 01 fev. 2005.

FACULDADE RUY BARBOSA. **Administração**. Disponível em: <<http://www.frb.br>>. Acesso em: 01 fev. 2005.

FACULDADE SÃO CAMILO-BAHIA. **Administração**. Disponível em: <[http://www2.saocamilo-ba.br/graduacao\\_admgeral.asp](http://www2.saocamilo-ba.br/graduacao_admgeral.asp)>. Acesso em: 01 fev. 2005.

FACULDADE DE TECNOLOGIA EMPRESARIAL. **Administração**. Disponível em: <[http://www.fte.com.br/graduacao\\_cursos\\_gest-neg-disc.php](http://www.fte.com.br/graduacao_cursos_gest-neg-disc.php)>. Acesso em: 01 fev. 2005.

FARIA, Maria do C. B. de. **Aristóteles: a plenitude como horizonte do ser.** São Paulo: Editora Moderna, 1994.

FISCHER, Tânia. Administração pública com área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro: p. 278-288 – out./dez. 1984.

\_\_\_\_\_. Alice através do espelho ou Macunaíma em Campus Papagalli? Mapeando rotas de ensino dos estudos organizacionais. **O&S** – p. 47-62 - set./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. Difusão do conhecimento sobre organizações e gestão no Brasil: seis propostas de ensino para o decênio 2000/2010. **Revista de Administração Contemporânea**, Edição especial, 2001, p. 123-139.

\_\_\_\_\_. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliações.** Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

\_\_\_\_\_. **Sobre as tentativas de organização de modalidades de ensino-aprendizagem nos currículos dos cursos de mestrado em administração no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 1977. (Dissertação submetida como requisito para a obtenção do grau de mestre)

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Educação e mudança.** Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. São Paulo: Paz e Terra, 1999.(Coleção Educação e Comunicação vol. 1).

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade.** Tradução de Luciana Carli. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **The entropy law and the economic process.** Cambridge, Massachusetts, Harvard University press, 1976.

GRAJEW, Oded. Disponível em: <[http://www.terra.com.br/istoedinheiro/265/entrevista\\_3.htm](http://www.terra.com.br/istoedinheiro/265/entrevista_3.htm)>. Acesso em: 23 fev. 2004.

HAYES, Robert; ABERNATHY, William J. Managing our way to economic decline. **Harvard Business Review**. V. 58, p. 67-77, 1980.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do espírito**. Tradução de Paulo Meneses. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HERZOG, Ana Luiza. Perdidos num mar de opções. **Guia Exame**, São Paulo, p. 26-27, dez 2004.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martin Claret, 2004. Coleção A Obra-Prima de Cada Autor.

HOFSTEDE, G. **Cultures consequences**, Sage Publications, 1980.

HUMBERG, Mario Ernesto. Sarbox e códigos de ética. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A-3, 3 mar. 2005.

HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção Os Pensadores.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Os tipos de curso e de diploma**. Disponível em: <[http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/tipos\\_de\\_curso.stm#Modalidade/](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/tipos_de_curso.stm#Modalidade/)> Acesso em: 30.maio. 2004.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Os tipos de curso e de diploma**. Disponível em: <[http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/info\\_curso\\_new.asp?](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/info_curso_new.asp?)> Acesso em: 30.maio 2005.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/>>. Acesso em: 23 fev 2004.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR UNYAHNA DE SALVADOR – IESUS. **Administração**. Disponível em: <<http://www.unyahna.br/unyahna/modules.php?>>. Acesso em: 01 fev. 2005.

JAPIASSÚ, Hilton. O racionalismo cartesiano. In: REZENDE, Antonio (Org.) **Curso de filosofia**: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

KREILTON, Maria Priscilla. **A ética nas relações entre empresas e sociedade**: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. In ENANPAD, 28, Anais...Curitiba: ANPAD, 2004.

LEISINGER, Klaus; SCHMITT, Karin. **Ética empresarial**: responsabilidade global e gerenciamento moderno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LOBO, Flavio. A favor da elite plural. **Revista Carta Capital**. São Paulo, ano XI, n.331, p.28-31, 2 maio 2005.

LOCKE, John. **Coleção os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Coleção A Obra-Prima de Cada Autor)

MATTA, João Eurico. Quantidade versus qualidade na formação do administrador. **Jornal do Administrador**, Salvador, ano 13, n. 26, p. 3, dez. 2004.

MATTAR NETO, João Augusto. **Filosofia e ética na administração**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MEIRELES, Manuel; PAIXÃO, Marisa Regina. **Teorias da administração**: clássicas e modernas. São Paulo: Futura, 2003.

MENDONÇA. Kátia Marly Leite. **Deus e diabo nos detalhes**: a ética em Buber e Adorno. Lua Nova: Revista de cultura e Política. São Paulo: v.60. p.117-130, 2003.

MILL, John Stuart. **O utilitarismo**. Tradução de Alexandre Braga Massela. São Paulo: Iluminuras, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relação das instituições de ensino superior de Salvador reconhecidas pelo MEC**. Disponível em: <[http:// www.mec.gov.br/](http://www.mec.gov.br/)>. Acesso em: 30 jan. 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relação das instituições de ensino superior de Salvador reconhecidas pelo MEC**. Disponível em: <[http:// www.mec.gov.br/](http://www.mec.gov.br/)>. Acesso em: 27 maio 2005.

MINTZBERG, Henry; GOSLING, Jonathan. Educando administradores além das fronteiras. RAE. **Revista de Administração de Empresas**. V.43, n.2, abr-maio-jun 2003, p.30.

MINTZBERG, Henry. et al. Memo to: CEO. In: **Fastcompany.com/magazine**, 2002. Disponível em: <<http://www.fastcompany.com/magazine/59/ceo.html>>. Acesso em 02 jan. 2004.

MINTZBERG, Henry; QUINN, James B. **O processo da estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes Mota. VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia de. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Pioneira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teoria das organizações**: evolução e crítica. São Paulo: Pioneira, 1998.

\_\_\_\_\_. **Teoria geral da administração**: uma introdução. São Paulo: Pioneira, 2001.

MORIN, Edgar. **O método 6**: ética. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto alegre: Sulina, 2005.

NASH, Laura. L. **Ética nas empresas**. Tradução de Kátia Aparecida Roque; revisão técnica de Peter Nadas. São Paulo: Makron Books, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Para além do bem e do mal**. Tradução Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2003.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e práxis histórica**. São Paulo: Atica, 1995.

\_\_\_\_\_. **Ética e racionalidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

PASSOS, Elizete. **Ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.

PAULINO, Evandro. **O ensino da ética em cursos de graduação em administração**. São Paulo: FGV/EAESP, 2003. (Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-graduação da FGV/EAESP)

PLATÃO. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

PORTER, James I.; MULLER, H.; REHDER, Robert. **The making of managers**: an American Perspective. Journal of General Management. V. 14, nº. 14, p. 62-76, 1989.

PORTER, James I.; MULLER, H.; REHDER, Robert. **Reinventing the MBA the european way - american business education needs revision; includes related articles on MBA programs and model programs**. Articles in May-June 1991 issue of Business Horizon. Disponível em: <[http://www.findarticles.com/p/articles/mi\\_m1038/is\\_n3\\_v34/ai\\_10817141](http://www.findarticles.com/p/articles/mi_m1038/is_n3_v34/ai_10817141)>. Acesso em 20 fev. 2005.

PORTER, Michael E. **Competição**: Estratégias competitivas essenciais. Rio de janeiro: Campus, 1999.

\_\_\_\_\_. **Competition in global industries**. HBS Press. Boston, 1986.

\_\_\_\_\_. **Estratégia Competitiva:** Técnicas de análise da indústria e da concorrência. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PORTOCARRERO, Vera. Nietzsche: uma crítica radical. In: REZENDE, Antonio (Org.) **Curso de filosofia:** para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

QUINTELLA, Rogério Hermida; DIAS, Camila Carneiro. **O papel dos paradigmas tecnoeconômicos sobre os estudos organizacionais e o pensamento estratégico empresarial.** In: ENANPAD, 24, Anais...Florianópolis: ANPAD, 2000.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações:** uma reconceituação da riqueza das nações. Tradução de Mary Cardoso. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989

REZENDE, Antonio (Org.) **Curso de filosofia:** para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ROSSETI, José Paschoal. **Introdução à economia.** São Paulo: Atlas, 1993.

RUSSEL, Bertrand. **História do pensamento ocidental:** a aventura das idéias dos pré-socráticos a Wittgenstein. Tradução de Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

SÁ, A. L. de. **Ética profissional.** São Paulo: Atlas, 1998.

SACCOL. Amarolinda Zanela. MUNCK. Luciano. **Sócrates e a educação de graduação em administração de empresas:** pela valorização de um posicionamento crítico. Disponível em:<<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/6semead/index.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2005.

SANTOS, Boventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2000.

SARTRE, J. P. **O ser e o nada.** Petrópolis: Vozes, 1997.

SIMON, Maria Célia. O positivismo de Comte. In: REZENDE, Antonio (Org.) **Curso de filosofia:** para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SIQUEIRA, Domingos Sávio Pimentel. **Administração:** há vagas. Expansão do ensino superior na região metropolitana de Salvador (1994-2000). Salvador: EAUFBA, 2001. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-graduação da EAUFBA.

SPINOZA, Baruch de. **Ética**: demonstrada à maneira dos geômetras. São Paulo: Martin Claret, 2003. . (Coleção A Obra-Prima de Cada Autor)

SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial**: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

\_\_\_\_\_. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TACHIZAWA, Takeshy et al. **Gestão de negócios**: visões e dimensões empresariais da organização. São Paulo: Atlas, 2001.

TOFFLER, B. L. **Ética no trabalho**. Tradução de Márcia Castilho Costa Saliola; revisão técnica de Maria Cecília Coutinho Arruda. São Paulo: Makron Books, 1993.

TREIN, Franklin. Hegel e a dialética. In: REZENDE, Antonio (Org.) **Curso de filosofia**: para professores e alunos dos cursos de segundo grau e de graduação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR. **Cursos**. Disponível em: <[http://www.ucsal.br/graduacao/curs\\_grad\\_esc\\_adm\\_empresas.asp](http://www.ucsal.br/graduacao/curs_grad_esc_adm_empresas.asp)>. Acesso em: 01 fev. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Administração**. Disponível em: <[http://www.adm.ufba.br/curso\\_administra%E7%E3o.jpg](http://www.adm.ufba.br/curso_administra%E7%E3o.jpg)>. Acesso em: 01 fev. 2005.

UNIVERSIDADE SALVADOR. **Administração**. Disponível em: <<http://www.unifacs.br/graduacao/cursos/adm/disciplinas.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2005.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. 9ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VÁSQUEZ, Adolfo. **Ética**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VAZ, Henrique C. de L. **Escritos de filosofia II**: Ética e cultura. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

\_\_\_\_\_. **Escritos de filosofia IV**: Introdução à ética filosófica 1. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. **Escritos de filosofia V**: Introdução à ética filosófica 2. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

WIGGERSHAUS, Rolf. **A escola de Frankfurt**: história, desenvolvimento teórico, significação política. Tradução do alemão por Lilyane Deroche-Gurgel; tradução do francês por Vera de Azambuja Harvey; revisão técnica por Jorge Coelho Soares. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

ZACCARELLI, Sergio Batista. A moderna estratégia nas empresas e o velho pensamento estratégico. **RAE Light**: Revista de Administração de Empresas. V. 2, n.5, jul-ago 1995, p.21-26.

ZAJSDSNADJDER, L. **Ser ético no Brasil**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2001.

## APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Número de IES no ensino Superior da Bahia

APÊNDICE 2 – Questionário Docente

APÊNDICE 3 – Questionário Diretor

APÊNDICE 4 – Questionário Coordenador

APÊNDICE 5 – Questionário Discente

APÊNDICE 6 – Assertivas Relacionadas com a Moral da Integridade

APÊNDICE 7 – Assertivas Relacionadas com a Moral da Integridade

## ANEXOS

ANEXO 1 – Resolução nº2 de 04.10.1993 do MEC

ANEXO 2 – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em  
Administração, Bacharelado